

BIBLIOTECA LUSO-BRASILEIRA

**Dietrich Briesemeister
Sergio Paulo Rouanet
(eds.)**

O Brasil no limiar do século XXI



Frankfurt am Main 1996
ISBN 3 925203 50 8
ISSN 1432-4393

DIETRICH BRIESEMEISTER
SERGIO PAULO ROUANET
(EDS.)

O BRASIL NO LIMAR DO SÉCULO XXI

BIBLIOTECA LUSO-BRASILEIRA

Publicações do Instituto Ibero-Americano
Fundação Património Cultural Prussiano

Editado por Dietrich Briesemeister

Vol. 1

BIBLIOTECA LUSO-BRASILEIRA

**Dietrich Briesemeister
Sergio Paulo Rouanet
(eds.)**

O Brasil no limiar do século XXI



TFM
Frankfurt am Main 1996
ISBN 3-925203-50-8
ISSN 1432-4393

O Brasil no limiar do século XXI / Dietrich Briesemeister;
Sergio Paulo Rouanet (ed.) — Frankfurt am Main: TFM, 1996
(Biblioteca luso-brasileira; Vol. 1)

ISBN 3-925203-50-8

NE: Briesemeister, Dietrich [Hrsg.]; GT

© TFM — Teo Ferrer de Mesquita
Heiligkreuzgasse 9 A
D-60313 Frankfurt am Main

Reservam-se todos os direitos para todos os países / Omnia
proprietas iura reservantur stricteque vindicantur.

Composição e redacção: Axel Schönberger

Esta obra acabou de se imprimir em Novembro de 1996

Edição patrocinada pelo Consulado-Geral do Brasil em Berlim

Inhaltsverzeichnis

Dietrich Briesemeister (Berlim) / Sergio Paulo Rouanet (Praga):	
Prefácio	7
Sergio Paulo Rouanet:	
Voltaire hoje	9
Affonso Romano de Sant'Anna (Rio de Janeiro):	
Reflexos das transformações do Brasil no livro, na literatura e nas bibliotecas brasileiras	43
Tércio Sampaio Ferraz Júnior (São Paulo):	
Constituição Brasileira: modelo de Estado, Estado Democrático de Direito, objetivos e limites jurídicos	63
Barbara Freitag (Praga):	
Ótica externa e olhar interno: mudanças no sistema educacional brasileiro	85
Luiz Alberto Moniz Bandeira (Frankfurt am Main):	
A contribuição da Alemanha para o desenvolvi- mento industrial do Brasil	109
Sérgio Paulo Rouanet (Praga):	
Transformações na cultura brasileira	171
Endereços dos autores	191

Dietrich Briesemeister (Berlim)
Sergio Paulo Rouanet (Praga)

Prefácio

Entre 12 e 13 de Dezembro de 1994, realizou-se em Berlim um simpósio intitulado «O Brasil no limiar do século XXI». Fruto da colaboração entre o Instituto Ibero-Americano, que forneceu o local e uma pequena remuneração para os participantes, e o Consulado-Geral do Brasil em Berlim, que graças a recursos postos à sua disposição pelo Núcleo de Divulgação do Ministério das Relações Exteriores pagou as passagens dos palestrantes de Frankfurt am Main a Berlim, o simpósio tratou de temas de grande interesse para a compreensão do Brasil na virada do século.

Além dos dois organizadores, Dietrich Briesemeister como Diretor do Instituto Ibero-Americano, e Sergio Paulo Rouanet então Cônsul-Geral do Brasil em Berlim, mas cujos textos se revestiram de caráter estritamente pessoal, colaboraram no simpósio Affonso Romano de Sant'Anna, com uma palestra sobre a literatura brasileira contemporânea, Marco Aurelio Garcia, abordando a atualidade política do Brasil, Barbara Freitag, com uma conferência sobre a educação brasileira, Ernildo Stein, falando sobre o fim das utopias e sobre a melancolia das esquerdas, Tercio Ferraz, dissertando sobre o debate constitucional no Brasil, e Luiz Alberto Moniz Bandeira, expondo a contribuição da Alemanha ao desenvolvimento industrial do Brasil.

Em parte, o simpósio foi a continuação de um encontro interdisciplinar realizado em Heidelberg, entre 7 e 9 de Dezembro de 1994, sob a coordenação do professor H. P. Schwake e do Cônsul-Geral do Brasil em Frankfurt am Main, Ministro Cesário Melantônio, sobre o processo de transformações ocorridas no Brasil. Os organizadores ofereceram aos conferencistas interessados a possibilidade de prosseguirem suas reflexões em Berlim. Mas o simpósio de Berlim não foi uma simples duplicação do seminário de Heidelberg, pois houve novos participantes (como o filósofo e o psicanalista Ernildo

Stein) e o perfil do público era outro, compondo-se em sua maioria de estudantes de pós-graduação, o que ensejou uma discussão viva e dinâmica.

Não há coincidência completa entre os textos lidos no simpósio e os enfeixados neste volume. Nem todas as contribuições do simpósio estão contidas no livro. Inversamente, nem todos os textos do livro resultaram de palestras feitas no simpósio. Mas os ensaios nele publicados dão uma idéia clara da problemática abordada e do espírito que presidiu à seleção dos temas. A intenção dos organizadores foi propiciar uma discussão ampla sobre vários aspectos da realidade brasileira, num momento em que o país emergia de uma decisiva eleição presidencial e se preparava para os desafios do próximo milênio, construindo uma nova etapa de sua trajetória democrática.

O Simpósio de Berlim foi mais um marco na história da cooperação entre o Instituto Ibero-Americano e o Brasil — seu povo, seu governo, suas instituições. Meses depois, essa cooperação produziria novos resultados, sob a forma do Colóquio de Brazilianistas alemães já mencionado, cujos trabalhos pretendemos também publicar como segundo tomo da nova série «Biblioteca Luso-Brasileira» que o Instituto Ibero-Americano abre com o presente livro, prestando assim a devida atenção ao Brasil e aos outros seis países do mundo lusófono, reunidos politicamente, desde Julho de 1996, na nova Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), maior que até a chamada francofonia. Em tempos difíceis, o Instituto Ibero-Americano está bem decidido para continuar o seu trabalho cultural e mediador entre o Brasil e a Alemanha, esperando que possa continuar, também no futuro, sua ação tradicional em prol da amizade entre os dois países e as suas respectivas culturas.

Sergio Paulo Rouanet (Praga)

Voltaire hoje

O tricentenário do nascimento de Voltaire foi festejado com pompa e circunstância na Europa e nos Estados Unidos. Em Genebra, durante algum tempo terra de eleição do filósofo e onde Charles Wirz dirige brilhantemente o *Institut Voltaire*, realizaram-se conferências e espetáculos teatrais. No plano acadêmico, o acontecimento decisivo foi o Congresso Internacional intitulado *Voltaire e seus combates*, reunido em Oxford e Paris, em Setembro e Outubro de 1994, e que teve a participação de especialistas de dezenas de países, inclusive Alemanha, Áustria, Bélgica, Canadá, Espanha, Estados Unidos, França, Grécia, Inglaterra, Irlanda, Israel, Itália, Portugal, Rumania, Rússia, Suécia, Suíça e Tunísia.

Compreendemos o interesse da Europa por Voltaire e até o interesse dos Estados Unidos, cujos fundadores admiraram Voltaire e mesmo o visitaram em Ferney, como Franklin. Mas que relação pode ele ter com o Brasil?

Essa pergunta se subdivide em duas. Primeiro, qual a importância do Brasil para Voltaire? É a questão da imagem do Brasil em sua obra. Segundo, qual a importância de Voltaire para o Brasil? É a questão da recepção dessa obra no Brasil.

A primeira pergunta pode ser respondida rapidamente: nas pouquíssimas referências ao Brasil, Voltaire o vê apenas, na linha do ensaio de Montaigne sobre os canibais, como a terra do bom selvagem, capaz de dar à Europa corrupta lições de virtude e de sabedoria. Mas ele vai um pouco além do estereótipo num capítulo do *Essai sur les mœurs* intitulado *Du Brésil*.

Há uma versão preliminar desse texto, comprado por Catarina a Grande, juntamente com outros manuscritos, por ocasião da morte de Voltaire. Essa versão permaneceu inédita até 1915. A meu pedido, o Embaixador do Brasil em Moscou, Sebastião do Rego Barros, localizou e fotografou o documento na Biblioteca Imperial de São Petersburgo. Nesse texto, Voltaire diz que o Brasil fora descoberto em 1500 por Americo Vesputici, a serviço dos portugueses. O Brasil, para ele, é o terreno

mais fértil da terra, na qual a brisa tempera o ardor do sol e alimenta uma primavera eterna. As montanhas têm ouro, as rochas têm diamantes, e todos os frutos nascem sem qualquer cultivo. Seus habitantes vivem nus, não têm leis nem divindades, e se ocupam unicamente das necessidades do corpo, sobretudo as sexuais, graças ao estímulo de ervas colhidas pelas mulheres. O tabu do incesto é desconhecido, pois essas selvagens se unem com suas mães e suas irmãs. Suas únicas armas são o arco e a flecha. São antropófagos, e se espantam quando sabem que os europeus não comem seus inimigos. Têm uma longevidade extrema: vivem 120 e mesmo 140 anos. Em suma, conclui o documento, «tal era no mais belo clima do universo o estado de pura natureza dos homens, que chegavam, saudáveis, à mais extrema velhice.»¹

A versão definitiva foi impressa em 1761, transformando-se no capítulo 150 do *Essai sur les mœurs*. Agora, o Brasil é descoberto por Cabral, e os homens não vivem mais 140 anos, embora a terra continue fértil e a primavera ainda seja eterna. Os habitantes são belicosos, e devoram seus inimigos, não tendo nem leis nem Estado. «Não havia leis de qualquer espécie entre esses brasileiros, exceto as que se estabeleciam ao acaso pelo povo reunido; só o instinto os governava. Esse instinto os levava a caçar quando tinham fome, a juntar-se a mulheres quando a necessidade o exigia e a satisfazer com rapazes essa necessidade passageira.» Não havia vestígio de religião, embora «alguns charlatães, usando penas na cabeça, excitassem os povos ao combate, e lhes dessem ervas que não curavam suas doenças.» Os portugueses nada fizeram para desenvolver o Brasil até 1559, quando criaram estabelecimentos mais permanentes. Quando a coroa de Portugal se fundiu com a da Espanha, em 1581, os brasileiros, que já tinham enriquecido os portugueses, aumentaram as riquezas dos espanhóis. Depois vieram os holandeses, que por sua vez tiraram dos espanhóis o

¹ Voltaire: *Essai sur les mœurs*, ed. René Pomeau, Paris: Garnier Frères, 1963, t. 2, pág. 365, variante a.

que os espanhóis tinham tirado dos portugueses. Enfim, vieram os ingleses, que dominaram economicamente Portugal. Foi assim em pura perda que o Brasil foi explorado pelos portugueses.

Esse país produziu para seus dominadores o que o México, o Peru, e as ilhas davam aos espanhóis, ouro, prata, artigos preciosos. Descobriram-se mesmo, nos últimos tempos, minas de diamante tão abundantes quanto as de Golconda. Mas o que aconteceu? Tantas riquezas empobreceram os portugueses ... [que] contando com o ouro e os diamantes, cessaram de cultivar as verdadeiras minas, que são a agricultura e as manufaturas. Seus diamantes e seu ouro pagaram apenas as coisas necessárias que a Inglaterra lhes forneceu; foi para a Inglaterra, com efeito, que os portugueses trabalharam na América. Enfim, em 1756, quando Lisboa fora destruída por um terremoto, foi preciso que Londres enviasse até moeda cunhada a Portugal, onde tudo faltava. Nesse país, o rei é rico e o povo é pobre.²

Lemos esses textos com alívio, porque tudo isso, felizmente, já pertence ao passado. Nosso povo hoje é guiado unicamente pela razão, e não pelo instinto; não somente temos leis, mas as respeitamos escrupulosamente; não é mais verdade que os brasileiros trabalhem para enriquecer os outros países; e somente um cínico, um Voltaire moderno, poderia afirmar que o povo é pobre e a classe dominante é rica.

A segunda pergunta — o que tem Voltaire a ver com o Brasil? — não teria ocorrido a ninguém, há duzentos anos, na cidade de Ouro Preto. Pois aqui, apesar do Santo Ofício e da Real Mesa Censória, Voltaire era conhecido e lido por toda a população culta. Para todos, era evidente que a obra de Voltaire tinha relevância imediata para uma população subjugada a um poder absoluto metropolitano e a uma tirania local fundada no arbítrio político e no obscurantismo religioso.

Certamente era essa a opinião do Cônego Luís Vieira da Silva, o mais culto dos Inconfidentes, em cuja biblioteca se

² Voltaire: *Essai sur les mœurs*, em: *Œuvres Complètes*, Paris: Baudouin Frères, 1827, t. 4, pág. 149.

encontrava um volume *in octavo* das obras de Voltaire,³ como seria a opinião de Inácio José de Alvarenga Peixoto, que possuía um Voltaire em sete tomos,⁴ e a de José de Rezende Costa, que tinha em seu poder a *Henriade* e o teatro de Voltaire em onze volumes.⁵

A influência de Voltaire em Ouro Preto era seguramente maior que a que se pode demonstrar a partir dos autos de sequestro. Não há referência a Voltaire na lista de livros apreendidos na biblioteca de Claudio Manuel de Costa,⁶ mas acho altamente improvável que o autor de *Vila Rica*⁷ não tenha lido e meditado o poema que se considerava na época a maior epopéia do século, a *Henriade*. Quanto a Tomaz Antônio Gonzaga, o execrável meirinho que sequestrou seus bens, disse apenas que o namorado de Marília possuía 83 livros,⁸ mas ninguém que percorra suas obras deixará de perceber a influência de Voltaire: a condenação do militarismo na ode com que ele aclamou o advento de Dona Maria I,⁹ o anticlericalismo nas *Cartas Chilenas*¹⁰ e a denúncia da tirania, vista como a «laxidão

³ *Autos de devassa da Inconfidência Mineira*, Brasília; Belo Horizonte 1962, vol. 6, pág. 91.

⁴ *Obra citada*, pág. 170.

⁵ *Obra citada*, pág. 428.

⁶ *Obra citada*, págs. 97-100.

⁷ Claudio Monoel da Costa: *Vila Rica*, Belo Horizonte: Augusto de Lima Júnior, 1969.

⁸ *Autos de devassa, obra citada*, pág. 49.

⁹ «Não são, Lusos, não são as falsas glórias / Nascidas dos acasos das vitórias / Os sucessos de Marte, contingentes, / Que fazem os Impérios florescentes.» Tomás Gonzaga: «Congratulação com o povo português na feliz Aclamação da muito Alta e muito Poderosa D. Maria I, Nossa Senhora», em: *Marília de Dirceu e mais poesias*, Lisboa: Sá da Costa, 1937, pág. 211.

¹⁰ «Montado em nédia mula vem um padre / Que tem de capelão as justas honras / Labregão no feitio e meio idoso / Em olhos encovados, barba tesa / Fechadas sobranceiras, rosto fusco / Cangalhas no nariz. Ah quem dissera / Que num corpo que tem de nabo a forma / Haviam pôr os céus tão

de fazer o soberano quanto quiser e não quanto é justo», no *Tratado de direito natural*.¹¹

A Biblioteca de São João do Rei mostra que a presença de Voltaire na capitania não se limitava a Ouro Preto. Além da *Encyclopédie*, a biblioteca contém várias obras de Voltaire, muitas doadas por Batista Caetano de Almeida e pela família de José de Rezende Costa.¹²

Voltaire continuou presente, direta ou indiretamente, nas outras três «inconfidências» do fim do século XVIII e o início do século XIX: a carioca, de 1794, a baiana, de 1798, e a pernambucana, de 1801.

Voltaire passou a ser editado no Brasil depois que Dom João VI implantou a Imprensa Régia no Rio de Janeiro. Foi assim que em 1812 aparecia no Rio a *Henriade*.¹³ O clima intelectual do período da Independência foi em parte voltairiano.

Desde sua fase de estudante em Coimbra, José Bonifácio publicara vários poemas em que Voltaire aparece diretamente, ou em versos que fustigam o «fanatismo férreo». Voltairiano, também, segundo Octavio Tarquinio de Souza, era o antipopulismo de José Bonifácio, seu horror à desordem, à demagogia.¹⁴

Influenciado ou não por José Bonifácio, Dom Pedro I era leitor de Voltaire. Numa carta escrita logo depois da abdicação de Carlos X, em 1830, nosso primeiro Imperador diz que ao contrário do rei francês deposto, ele se manteria fiel à Consti-

grande caco!» Tomás Antonio Gonzaga: *Cartas chilenas*, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1957, pág. 197.

¹¹ Tomás Antonio Gonzaga: *Tratado de direito natural*, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1957, pág. 108.

¹² E. Bradford Burns: «O Iluminismo em duas bibliotecas do Brasil Colônia», em: *Universitas* 8-9 (Janeiro-Agosto de 1971; Universidade Federal da Bahia), págs. 5-14.

¹³ Octavio Tarquinio de Souza: *José Bonifácio*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1957, pág. 129.

¹⁴ *Obra citada*, pág. 63.

tução, para que não lhe acontecesse o mesmo que na «sátira de Voltaire» sobre «seis diferentes personagens que foram passar o carnaval em Veneza, entre os quais diz um — eu sou o rei fulano que por ter perdido isto e aquilo vim passar o carnaval em Veneza. Eu não quero [...] dizer se me perguntarem: fui o imperador fulano do B. que por tolo vim passar o carnaval nos Estados Unidos.»¹⁵ O estilo epistolar de Dom Pedro pode não ser um modelo de elegância, mas a alusão a Voltaire é clara. É o capítulo do *Candide*, muito bem resumido por Dom Pedro, em que o herói encontra na Itália seis reis que perderam o trono, e que na falta de melhor ocupação vão passar o carnaval em Veneza.¹⁶ Mas sua surpreendente erudição voltaireana não salva Dom Pedro do destino que ele temia. Seis meses depois, ele seria mais um soberano no exílio.

Na Regência, o interesse por Voltaire continuou. Em 1831, Manuel Odorico Mendes traduz *Mérove* e em 1839 *Tancredo*. O tradutor dedica esta última peça «às senhoras brasileiras e portuguesas, porque sendo mulheres, podem melhor conhecer os rasgos profundos do pincel de Voltaire, no pintar o amor extremo e generoso, sustentado na virtude e provado por sacrifícios.»

Durante o século XIX, Voltaire continua a fornecer armas de combate ao pensamento progressista, e nesse sentido está associado ao destino do nosso liberalismo político.

No final da monarquia e na República, os positivistas viram em Voltaire, apesar de sua frivolidade, que eles deploravam, um dos filósofos que haviam ajudado a destruir o sistema teológico, preparando assim o caminho para o advento do estágio positivo. Além disso, tudo indica que Voltaire foi uma das fontes do anticlericalismo dos nossos positivistas. Por essa via, ele continuou influenciando o pensamento de nossa classe política

¹⁵ Octavio Tarquinio de Souza: *A vida de D. Pedro I*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1957, tomo 3, pág. 872.

¹⁶ Voltaire: *Candide*, capítulo 26, em: *Romans et contes*, Paris: Gallimard, 1972, págs. 219-222.

durante parte do século XX e até os nossos dias, em que não são raros os filhos de positivistas que têm Voltaire em seu prenome.

Não há dúvida, assim, de que o Brasil está plenamente justificado em participar das comemorações mundiais em torno de Voltaire, porque ele de certo modo é parte de nossa história.

A questão é saber que Voltaire está sendo festejado. É um Voltaire morto, ou um filósofo vivo, cujo pensamento pode ainda influenciar o nosso presente?

Essa questão estava na ordem do dia quando, há exatamente 50 anos, num momento em que a guerra ainda não estava ganha e parte do território francês continuava ocupada, Paul Valéry pronunciou na Sorbonne um discurso para comemorar o mesmo acontecimento que estamos celebrando: o nascimento de Voltaire.

Valéry não teve um minuto de hesitação. Para ele, não se tratava de homenagear uma estátua, mas de convocar um companheiro de armas. O autor de *Mérope* tinha realmente morrido em 30 de maio de 1778, mas o campeão da dignidade humana estava mais vivo que nunca. Por isso, «Voltaire vive, Voltaire dura ... Ele é indefinidamente atual.» Como tal, ele é chamado a participar da luta contra a barbárie nazi-fascista, a empunhar mais uma vez a bandeira da justiça e da liberdade, espezinhadas pela mais homicida de todas as guerras. Mais do que nunca, conclui Valéry, precisamos de Voltaire, um Voltaire à altura do mundo incendiado, capaz de «acusar, maldizer [...] o crime enorme e planetário» que se perpetra sob nossos olhos.

Em suma, para Valéry, a atualidade de Voltaire estava em seu humanismo, em seu combate em prol do homem, num momento em que os crimes contra a humanidade tinham atingido um novo e mais trágico patamar.¹⁷

Um balanço que veja a relevância contemporânea de Voltaire apenas nesse humanismo, como tende a fazer Valéry,

¹⁷ Paul Valéry: *Voltaire*, em: *Œuvres*, Paris: Gallimard, 1957 (La Pléiade), vol. 1, págs. 518-530.

é certamente unilateral. Seria absurdo ignorar o escritor, idealizando o apóstolo.

A poesia de Voltaire, por exemplo, tem sido vista como seca e árida. É verdade que a *Henriade*, tão admirada pelos contemporâneos, permanece ilegível. Mas sua facilidade de versificação nos gêneros menores é espantosa. Suas sátiras são pelo menos comparáveis às de Boileau, seus epigramas são exemplares e seus contos em verso mereceriam ser tão lidos como os em prosa.

A posteridade não ratificou o julgamento de Voltaire de que o teatro constituía a parte mais durável de sua obra, mas chegou o momento de rever o exagero oposto, segundo o qual suas peças são irrepresentáveis. O *Orphelin de la Chine*, acusado de ter posto em cena uma China de opereta, teve grande sucesso na própria China, onde a peça foi montada em 1991. *Zaire*, cujo patético emocionava o público do antigo regime, conseguiu o mesmo efeito quando levada ao palco em 1989, em Paris, e em Ferney, em 1992: afirma-se que houve muito choro entre os espectadores.¹⁸ Estou certo de que a adaptação cênica de *Candide*, que tivemos ocasião de ver em Ouro Preto, suscitou mais gargalhadas que lágrimas, mas estará com isso correspondendo às intenções de Voltaire e demonstrando que até quando não escrevia para o teatro ele era homem de teatro.

Voltaire historiador é hoje considerado sem grande indulgência, o que é dificilmente explicável, porque na verdade ele fundou a historiografia moderna.

Primeiro, ele inaugura a história científica ao fazer a triagem sistemática da verdade e da fábula, num exercício de dúvida metódica, de «pirronismo histórico», que evitasse, segundo suas próprias palavras, «misturar o duvidoso ao certo, e o quimérico ao verdadeiro».¹⁹ Para deixar claro o que esse método tinha de

¹⁸ René Pomeau: *Voltaire en son temps*, Oxford: Voltaire Foundation; Taylor Institution, 1994, vol. 5, págs. 374-375.

¹⁹ Voltaire: *Essai sur les mœurs*, Paris: Garnier Frères, obra citada, vol. 1, pág. 5.

novo, Voltaire faz questão de lembrar que os historiadores eclesiásticos ainda repetiam com toda seriedade que Luís VIII morrera vítima de sua castidade, porque se recusara a adotar o remédio que lhe fora recomendado por seus médicos, o de dormir com uma moça virgem,²⁰ e que os apologistas de Luís XVI continuavam afirmando que numa de suas campanhas o exército do rei atravessara o Reno a nado, heroicamente, quando a verdade mais prosaica foi que a travessia se fez a pé, num vau produzido pela estação seca.²¹

Segundo, ele seculariza a história, dissociando-a de qualquer perspectiva teológica, como a adotada por Santo Agostinho e pelo providencialismo de Bossuet: a história é puramente humana, não obedece a nenhum desígnio transcendente. No máximo, ele decifra na história, atrás da sucessão dos crimes provocados pelo fanatismo e pela tirania, uma discreta tendência para o aperfeiçoamento humano. Mas não se trata propriamente de uma doutrina do progresso, e sim de algo como uma idéia reguladora, um princípio metodológico que permite ao historiador investigar quando, onde e em que medida se dá essa lenta e problemática passagem da barbárie para a civilização. É a tarefa da «história filosófica». Mas a história filosófica é muito diferente da filosofia da história. A história filosófica de Voltaire é apenas o exame da história feito por um historiador-filósofo. A filosofia da história, inventada por Hegel e seus sucessores, é a objetivação da razão na história, a razão historicizada, a crença numa racionalidade inerente à história, que a impulsiona necessariamente em direção a um *télos* próximo ou remoto. É preciso convir que em nossa época pós-marxista temos maiores afinidades com a história filosófica de Voltaire que com as diferentes filosofias da história, cujos aspectos mitologizantes mostram claramente seu enraizamento na tradição religiosa judaico-cristã.

²⁰ Voltaire: *obra citada*, pág. 541.

²¹ René Pomeau: *Voltaire en son temps*, obra citada, vol. 3, págs. 63-64.

Terceiro, ele cria uma história verdadeiramente universal, ao sair do âmbito estreito da história bíblica e européia. Seu *Essai sur les mœurs*, por exemplo, contém capítulos sobre a China, a Índia, a Pérsia de Zoroastro, o mundo muçulmano.

Quarto, apesar de atribuir um papel importante às grandes personalidades, o que o leva a dividir a história da humanidade em quatro «idades felizes», nomeadas segundo os heróis que marcaram — a de Filipe e Alexandre, a de César e Augusto, a dos Medici e a de Luís XIV — Voltaire está mais interessado em estudar os «séculos», ou as épocas que os monarcas a que elas devem sua denominação. Nesse estudo, ele vai além do que se chamaria mais tarde história «événementielle», passando do plano dos acontecimentos para atingir grandes tendências, configurações-sínteses, os *mœurs*, o «espírito das nações». Investiga a totalidade dos fatores que atuaram em cada época, inclusive os econômicos, os demográficos, os técnicos e os culturais, e não apenas os episódios puramente políticos. Atenta à história econômica, à história das técnicas, à história da população, à história das estruturas, à história «em movimento», essa historiografia supostamente «ultrapassada» se revela mais moderna que a maioria dos trabalhos históricos do século XIX e do início do século XX, inscrevendo-se — Jacques le Goff *dixit* — na trilha da Escola dos *Annales* e das investigações de Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel.²²

Se os méritos de Voltaire como poeta, dramaturgo e historiador são contestados, não há nenhuma controvérsia no que diz respeito ao contista. É o melhor Voltaire, no consenso de todos. Em sua narrativa rápida, nervosa, concisa, ele nos convida a acompanhar as peripécias de Micromégas, em sua viagem de Sírius à Terra, para discutir com os minúsculos habitantes de nosso planeta as entelequias de Aristóteles, os

²² Jacques Le Goff / Roger Chartier / Jacques Revel (eds.): *Die Rückeroberung des historischen Denkens*, tradução alemã de Wolfgang Kaiser, Frankfurt am Main: Fischer, 1994, págs. 26-28 (título original: *La nouvelle histoire*).

turbilhões de Descartes e as mônadas de Leibniz. Outro viajante vem de mais perto, da América: é o *Ingénu*, o índio norte-americano que visita a França e julga os usos e costumes da corte de Luís XV à luz do direito natural. Mal começamos a descansar, e já é hora de partir de novo, seguindo Candide em sua interminável peregrinação da Alemanha a Portugal, da Espanha ao Paraguai, de Buenos Aires a Paris, de Veneza a Constantinopla, viagem filosófica durante a qual escapamos das fogueiras da Inquisição, do terremoto de Lisboa, das garras dos jesuítas, e ao fim da qual, depois de um curto interlúdio na cidade ideal de Eldorado, tendo sobrevivido a naufrágios e escapado das galés, atingimos uma felicidade relativa, cultivando pistaches na Turquia, ao lado de nossa antiga bem-amada, de quem não gostamos mais, e de nosso antigo preceptor, cuja filosofia foi refutada pela prática.

Sim, seria injusto negar a atualidade de Voltaire como contista, como historiador e até como poeta e dramaturgo. E no entanto sentimos que Valéry tinha razão. Se Voltaire tivesse se limitado a escrever tragédias e epopéias, não estaríamos hoje comemorando o tricentenário do seu nascimento. É sobretudo o cruzado da tolerância e da justiça que está vivo hoje, como procurarei demonstrar a seguir.

Embora essa terminologia só se tenha difundido depois das declarações americanas de 1776 e da declaração universal de 1789, Voltaire contribuiu de tal maneira, por seu pensamento e por sua militância, para a defesa e consolidação dos direitos humanos, que estamos autorizados a traduzir na linguagem dos direitos do homem os vários combates da cruzada voltaireana. Deixando claro que todos esses direitos são interdependentes, proponho distinguir, assim, o direito à razão, o direito à liberdade, o direito à justiça, o direito ao bem-estar e o direito à paz.

O direito à razão significa, para Voltaire, a possibilidade de pensar, sem tutelas alheias. No *Dicionário Filosófico*, ele faz sua luminosa apóstrofe de Horácio, o *sapere aude* que Kant transformou na palavra de ordem da *Aufklärung*: «Ousa pensar por ti mesmo.» No mesmo verbete, ele considera vergonhoso

que se confiem nossas almas a pessoas a quem não confiaríamos nosso dinheiro.²³ Despreza, como Kant, os «espíritos servos», a escravidão da alma, que consiste em «dobrar o espírito dos nossos filhos [...] em ensinar-lhes desde a infância a balbuciar tolices das quais somos os primeiros a zombar [...] em tornar uma nação idiota, pusilânime e bárbara, em instituir, enfim, leis que impeçam os homens de escrever, de falar e mesmo de pensar.»²⁴

Donde a importância da liberdade de imprensa. Restringi-la é atentar contra a inteligência. O que teria acontecido com a glória da antiga Roma se Cícero não houvesse escrito livremente? O que aconteceria, hoje, com a cultura européia, se os holandeses não se encarregassem de imprimir, com total liberdade, todos os livros, se a Inglaterra, que enriqueceu e aumentou seu poderio graças à liberdade, impedisse a publicação de certos autores?²⁵ O mundo civilizado acabaria se parecendo como a Turquia, que fechou, em 1757, a única tipografia do país, através de um edito que segundo Voltaire se intitulava «Do horrível perigo da leitura». Nesse edito, o mufti do Império Otomano, sempre segundo Voltaire, proíbe a todos os fiéis, sob pena de danação eterna, de ler livros de qualquer natureza, proíbe aos pais de ensinarem seus filhos a ler e finalmente proíbe a todos de pensar. O mufti ordena, em conclusão, que qualquer idéia que pretendesse entrar ilegalmente no país fosse presa e trazida à sua presença com pés e mãos amarradas, para receber um castigo exemplar.²⁶

É no terreno religioso que Voltaire reivindica com mais ênfase a liberdade de pensar, porque é nele que se manifestava

²³ Voltaire: *Dictionnaire philosophique*, verbete «Liberté de penser», Paris: Garnier; Flammarion, 1964, pág. 261.

²⁴ Voltaire: *Dialogues entre A, B et C*, em: *La politique de Voltaire*, ed. René Pomeau, Paris: Armand Colin, 1963, pág. 219.

²⁵ Voltaire: *Dictionnaire philosophique*, obra citada, pág. 259.

²⁶ Voltaire: *De l'horrible danger de la lecture*, em: *Mélanges*, Paris: Gallimard, 1961 (La Pléiade), págs. 713-714.

com mais rigor a intransigência obscurantista do antigo regime. O *écrasez l'infâme* é a face militante do *sapere aude*. Por sua vez, o combate pela tolerância é o lado positivo da luta anti-religiosa. Não se trata de combater o Cristianismo enquanto tal, e sim as igrejas e seitas que massacram e torturam em nome do Cristianismo. A «infâme» que ele quer esmagar é a hidra do fanatismo, e esse monstro tem muitos rostos. Nisso, Voltaire não distingue entre os católicos, responsáveis pela carnificina de S. Bartolomeu, e os calvinistas, que queimaram Calvet, como não distingue, dentro do catolicismo, entre o fanatismo dos dominicanos, que lançavam na fogueira os hereges, o fanatismo dos jesuítas, que recusavam a extrema unção aos moribundos que não tivessem se submetido a uma bula papal que condenava os jansenistas — a bula *Unigenitus* — e o fanatismo dos próprios jansenistas, instalado nos odiosos *Parlements* e inspiradores dos energúmenos de St. Médard, que se rolavam no chão em espasmos epilépticos, predizendo o futuro — os «convulsionários».

A intolerância é contrária ao direito natural, cujo núcleo é a «regra de ouro» — não faças o que não queres que te façam —, enquanto o intolerante se arroga o direito de obrigar os outros a pensarem como ele próprio, sem admitir que estes exerçam idêntica prerrogativa. «O direito da intolerância é portanto absurdo e bárbaro; é o direito dos tigres, e é horrível, pois os tigres somente despedaçam sua presa para comer, e nós nos exterminamos por causa de alguns parágrafos.»²⁷ Em seu *Tratado sobre a tolerância*, Voltaire mostra que a intolerância era desconhecida no mundo antigo, que os romanos acolhiam todos os deuses, que o próprio Cristianismo, longe de ter sido perseguido pelos imperadores, como afirma a hagiografia eclesiástica, só não era aceito quando atentava contra a ordem pública, que os judeus de modo geral conviviam com as religiões dos seus vizinhos, e que os Evangelhos recomendavam a

²⁷ Voltaire: *Traité sur la tolérance*, em: *Mélanges*, Paris: Gallimard, 1961 (La Pléiade), pág. 584.

doçura e do amor ao próximo, jamais o ódio religioso. A tolerância é necessária, porque nossa razão é frágil, e nenhum de nós pode ter a pretensão de possuir a verdade. «Devemos tolerar-nos mutuamente», diz o *Dicionário filosófico*, «porque somos todos fracos, inconsequentes, sujeitos à mudança e ao erro. Pode um caniço que o vento derruba na lama dizer a outro caniço, caído numa direção contrária: rasteja do meu modo, miserável, ou exigirei que te arranquem e te queimem?»²⁸

O direito à liberdade é concebido por Voltaire essencialmente como o direito a viver num Estado regido por leis fundadas na razão. Como quase todos os enciclopedistas, Voltaire era liberal, mas não democrático. Ele compreendia a liberdade, negativamente, como ausência de tirania, e não como direito de participação popular nos mecanismos decisórios do Estado. Segundo essa definição, havia liberdade na Prússia de Frederico II e na Rússia de Catarina a Grande, porque esses monarcas não agiam segundo seu capricho — principal característica do tirano — e sim de acordo com normas racionais, voltadas para o bem dos súditos. Eram soberanos absolutos, mas não déspotas, pois haviam implantado medidas sábias, inspiradas pela razão e pela humanidade, como a abolição da tortura e a liberdade de culto. Quanto à democracia, Voltaire aderiu à opinião dominante segundo a qual ela não seria viável nos grandes Estados modernos. De resto, esse elitista incorrigível não podia partilhar a fé do seu aqui-inimigo, Rousseau, nas luzes e na capacidade de autogoverno do povo. Como diz um dos seus porta-vozes, um brâmane filosófico: «Os homens são raramente dignos de se governarem a si mesmos. Essa felicidade só pertence aos pequenos povos que se escondem em ilhas ou entre montanhas, como coelhos que fogem dos animais ferozes; mas no fim, são descobertos e devorados».²⁹ Quando em suas *Cartas Filosóficas*

²⁸ Voltaire: *Dictionnaire philosophique*, obra citada, verbete «Tolérance», pág. 368.

²⁹ Voltaire: *Dictionnaire philosophique*, obra citada, verbete «États, gouvernements», pág. 181.

Voltaire elogia o sistema político inglês, salienta apenas o papel do Parlamento na limitação do poder dos nobres, e não o caráter eletivo da Câmara dos Comuns.³⁰

Mas como podia Voltaire ter certeza de que o soberano fosse adotar uma política esclarecida, e não tirânica, como um déspota oriental? Porque sendo um soberano esclarecido, seria guiado por uma instância interna, a razão, controlada por uma instância externa, a opinião pública. Era a essa opinião que se dirigia Voltaire, era ela que sua propaganda filosófica procurava educar, para que ela pudesse formar um dique contra os abusos do governante e constituir-se num tribunal diante do qual ele precisasse justificar-se. Os «freios e contrapesos», reclamados por Montesquieu para conter o arbítrio da coroa, não viriam nem de um parlamento eletivo à inglesa, cuja representatividade na época era quase nula, nem dos detestáveis tribunais do antigo regime, como advogava o autor do *Esprit des lois*, mas de uma opinião pública moldada pela filosofia enciclopédista.

No fundo, Voltaire conhecia perfeitamente os riscos desse projeto. A opinião pública podia ser amordaçada pela repressão policial. Com isso, não haveria nenhum obstáculo à tirania. E um tirano é um tirano, esclarecido ou não. Suas decepções com Frederico — o Salomão do Norte — e com a própria Catarina — a Semíramis do Norte — não lhe deixavam qualquer dúvida a respeito. Mas seu horror pelas atrocidades dos antigos tribunais franceses, os *Parlements*, era de tal ordem, que ele confessava preferir a tirania de um só — o rei absoluto — à tirania exercida por muitos, a oligarquia dos magistrados. «Se há apenas um déspota», diz ele cinicamente, «basta que eu me encoste num muro quando o vejo passar, ou me prosterne, ou esfregue minha testa no chão, segundo o costume do país; mas se há um bando de cem déspotas, exponho-me a ter que repetir

³⁰ Voltaire: *Lettres philosophiques*, em: *Mélanges*, obra citada, págs. 20-23.

essa cerimônia cem vezes por dia, o que a longo prazo é muito enfadonho.»³¹

Resta que a estratégia de Voltaire foi de uma eficácia devastadora, produzindo efeitos certamente não desejados por seu autor. Ela criou uma opinião pública aguerrida, que dez anos depois da morte de Voltaire impor a convocação dos Estados Gerais e o fim do absolutismo.

Além dessa liberdade genérica, concedida ao indivíduo enquanto súdito ou cidadão, Voltaire advogou uma liberdade específica, a ser concedida a mulheres e a integrantes de grupos particulares, como os negros e os judeus.

Voltaire tinha boas razões para propor a emancipação das mulheres. Ele sempre conviveu com mulheres superiores, como Madame du Deffand, e sobretudo com Madame du Châtelet, matemática e companheira dos seus estudos sobre Newton. Como diz uma moça a outra, num dos seus diálogos: «Minha mãe me acreditou digna de pensar por mim mesma [...] Ela me considerou sempre um ser pensante, e não uma boneca que se ajusta, que se mostra e que se guarda de novo no momento seguinte».³² Em outro diálogo, uma Marechala conversando com um padre repele indignada a frase de São Paulo, segundo a qual as mulheres deveriam submeter-se a seus maridos. Submeter-se por que? Por que o homem é mais forte? Por que ele tem barba? Por que ele provoca na esposa uma doença de nove meses, que às vezes é mortal? As mulheres têm as mesmas aptidões que os homens, diz a Marechala, inclusive para governar, como provam as rainhas ilustres. Por que então São Paulo dissera essa barbaridade? Bem, talvez ele fosse um pouco jansenista, responde cautelosamente um padre. «Ah! dizia a Marechala. Eu bem que desconfiei que ele era um herege.»³³

³¹ Voltaire: *Dictionnaire philosophique*, obra citada, verbete «Tyrannie», pág. 372.

³² Voltaire: *L'éducation des filles*, em: *Mélanges*, obra citada, pág. 445.

³³ Voltaire: *Femmes, soyez soumises à vos maris*, em: *Mélanges*, obra citada, págs. 1331-1334.

Voltaire protesta contra o regime de servidão, ainda existente em várias províncias francesas, inclusive na vizinhança de Ferney, no Franco-Condado. Dirige apelo sobre apelo a Paris, na tentativa de libertar os servos, mas sem grande êxito. No entanto, a campanha de Voltaire influenciou a opinião de modo decisivo, levando à total emancipação dos servos, em 1789.

Como os demais filósofos, Voltaire condena a escravidão negra e prega a abolição do tráfico. A descrição do sofrimento dos escravos negros na América, no *Candide*, criou uma indignação que certamente não foi estranha à abolição do regime escravo, no período revolucionário. Candide e Pangloss encontram na América meridional um negro semi-nu, sem mão e sem perna, que conta ter sido mutilado por haver tentado escapar. É a esse preço, diz o escravo, que vocês comem açúcar na Europa. «Oh Pangloss!» gritou Candide. «Tu não tinhas adivinhado essa abominação. [...] Ele vertia lágrimas, olhando o negro; e chorando, entrou no Surinam.»³⁴

Acusado de anti-semitismo por criticar os judeus bíblicos, precursores do cristianismo, Voltaire na verdade incluiu plenamente os judeus em sua cruzada humanitária. Eles eram seres humanos e portanto precisavam ser emancipados, como todos os outros povos e grupos oprimidos. Numa de suas sátiras, ele põe em cena um judeu de Esmirna protestando contra a Inquisição, e chamando de «tigres devotos» e «panteras fanáticas» os cristãos que queimavam os judeus, e termina com um *plaidoyer* contra os fanáticos, exortando-os a cessarem de «perseguir aqueles que como homens são seus irmãos e como judeus são seus pais.»³⁵

Voltaire elogia, nisso semelhante a Rousseau, as virtudes e a sabedoria dos índios americanos e condena os massacres perpetrados no Novo Mundo pelos espanhóis. Citando Las Casas, ele deplora a sorte desses infelizes, «quase nus e sem armas, perseguidos como cervos no fundo das florestas, devo-

³⁴ Voltaire: *Candide*, capítulo XIX, obra citada, págs. 189-190.

³⁵ Voltaire: *Sermon du Rabbin Akib*, em: *Mélanges*, obra citada, pág. 451.

rados por mastins, fuzilados, ou surpreendidos e queimados em suas habitações.» Para Voltaire, houve nada menos que «a extinção total de uma raça de homens». Em *Alzire*, um governador filosófico do Peru, Guzmán, diz que «Nós, destas terras destruidores implacáveis, nós, sempre insaciáveis de ouro e de sangue, nós degolamos esse povo em vez de ganhar sua estima. Graças a nós, tudo é sangue, tudo é pólvora [...] Flagelos do novo mundo, injustos, vaidosos, avaros, só nós nesse país somos bárbaros. O americano, indomável em sua simplicidade, nos iguala em coragem e nos ultrapassa em bondade.»³⁶ Ele inclui os indígenas, assim, pelo menos tacitamente, entre as vítimas que deveriam ser emancipadas.

Mas Voltaire não se limita a criticar o tratamento dado aos índios pelos europeus. Ele critica, em geral, o colonialismo, empreendimento absurdo que resulta, na melhor das hipóteses, na conquista de «alguns alqueires de neve», obtidos à custa de consideráveis sangrias financeiras e demográficas nos países metropolitanos e de crimes bárbaros nos países subjugados. É a esse preço — o trabalho escravo do índio e do americano — que a Europa consome o seu açúcar, como vimos no *Candide*. Podemos dizer, assim, que mesmo sem aderir ao anticolonialismo revolucionário do Padre Raynal, que pregava verdadeiras guerras de libertação nos territórios de além-mar, Voltaire incluía entre os direitos à liberdade o de libertar-se da tutela colonial.

O próximo direito — o direito à justiça - mobiliza o lado mais humano e mais quixotesco de Voltaire. Ele critica a prisão arbitrária, decidida por autoridades locais, sem autorização superior, denuncia a falta de garantias judiciais, durante o julgamento do réu, em sessões secretas, que não permitem uma defesa adequada, deplora a variedade das leis penais, que diferem de província a província, discorda dos critérios para a classificação de delitos, que incluem abusivamente entre os

³⁶ Voltaire: *Alzire*, ato I, cena I, em: *Théâtre*, Paris: Garnier Frères, sem data, pág. 179.

crimes puníveis a feitiçaria e o sacrilégio, e contesta a própria legitimidade dos juízes, que ocupam seus lugares por uma simples compra, segundo o princípio da venalidade dos cargos.

Ele critica, também, a desproporção entre o crime e a pena, e insurge-se contra a pena de morte, que em vez de promover o bem comum limita-se a institucionalizar a vingança. Uma legislação humana deve abolir a pena capital ou pelo menos reduzir ao máximo sua aplicação. «A espada da justiça», diz Voltaire, «está entre nossas mãos; mas devemos tirar-lhe o fio e não torná-la mais cortante.»³⁷

Voltaire condena os suplícios, como a roda, e a tortura, que a pretexto de forçar a confissão de um mero suspeito impõe por antecipação um castigo inominável a alguém cuja culpa se trata precisamente de averiguar. A tortura é uma prática atroz, já abolida em nações mais civilizadas como a Inglaterra e a Rússia de Catarina, e que se mantém apenas em nações bárbaras como a França do antigo regime. Nesse país, diz Voltaire, o grave magistrado que comprou o direito de martirizar os seres humanos conta à sua mulher, no jantar, as torturas que ordenou durante o dia. Da primeira vez a mulher se revolta, na segunda ela fica curiosa, e em seguida a primeira coisa que ela faz quando o marido chega em casa é perguntar-lhe: «Meu amor, você não torturou ninguém hoje?»³⁸

Mas a contribuição de Voltaire para a defesa e consolidação do direito à justiça não foi apenas teórica. Nisso ele foi sobretudo um homem de ação, lutando para reabilitar vítimas e salvar inocentes.

O caso Calas é o mais notório. Em Outubro de 1761, o filho de Calas, um comerciante de Toulouse, suicidou-se. A justiça acusou Calas, de religião calvinista, de haver assassinado seu filho, a fim de impedir que ele se convertesse ao catolicismo. Calas foi condenado pelo tribunal de Toulouse e em Março de

³⁷ Voltaire: *Commentaire sur Beccaria*, em: *L'affaire Calas*, Paris: Gallimard, 1975 (Folio), pág. 258.

³⁸ Voltaire: *Dictionnaire philosophique*, verbete «Torture», pág. 370.

1762 foi despedaçado vivo, em praça pública. Recebendo em Ferney a viúva de Calas e dois dos seus filhos, Voltaire se convence de que Calas fora vítima de um monstruoso erro judiciário e decide lutar por sua reabilitação. Sozinho, a golpes de cartas, de panfletos, de ensaios como o *Tratado da tolerância*, mobilizando o apoio de amigos influentes em Versalhes e na Europa, Voltaire consegue a revisão do processo e finalmente, em 1765, a anulação da sentença.

Em Dezembro de 1761, uma jovem mentalmente perturbada se suicida, jogando-se num poço. Seu pai, Sirven, e sua mãe, ambos protestantes, são acusados de assassinar a moça, supostamente (como de hábito) porque ela pretendia converter-se ao catolicismo. O casal e duas outras filhas conseguem fugir, em direção à Suíça. Sirven e a mulher são condenados à forca, à revelia, e as duas filhas ao banimento. Voltaire acolhe a família e inicia uma campanha epistolar, solicitando apoio de Catarina II, de Frederico, do Príncipe de Ligne. O assunto se arrasta indefinidamente. Foi preciso que os *Parlements* fossem dissolvidos por Maupeou para que em 1771 os novos tribunais revissem a sentença, absolvendo todos os acusados.

O caso do cavaleiro de La Barre foi particularmente abominável. Preso em Abbeville por haver mutilado um crucifixo e por não se ter descoberto durante a passagem de uma procissão, esse moço de 19 anos foi acusado de sacrilégio e de blasfêmia, e condenado à morte. Os esforços para obter seu perdão fracassaram. No dia 1 de Julho de 1766, La Barre foi decapitado — os carrascos tiveram a delicadeza de não lhe arrancar antes a língua, como exigia a sentença — e sua cabeça foi arremessada na fogueira, juntamente com um exemplar do *Dicionário Filosófico* de Voltaire. Este se bateu, como no caso de Calas, pela reabilitação da vítima, publicando descrições minuciosas da morte de La Barre. Dessa vez, entretanto, seus esforços só tiveram êxito anos depois de sua morte, por um decreto da Convenção.

Em 1766, o conde de Lally, derrotado pelos ingleses na Índia, é preso por traição e decapitado. Voltaire examina os

fatos e conclui que a acusação era falsa. Ajudado pelo filho de Lally, publica vários textos em que demonstra a injustiça da condenação. Quatro dias antes de sua morte, Voltaire é informado de que o Conselho do Rei anulara, finalmente, a sentença. Ele dita a última carta de sua vida ao jovem Lally-Tollendal: «O moribundo ressuscita com essa grande notícia [...] Morrerá contente.»³⁹ É a derradeira vitória de Voltaire contra a barbárie. Para comemorá-la, manda pendurar na parede do seu quarto um cartaz: «No dia 26 de maio, o assassinato jurídico cometido [...] na pessoa de Lally foi vingado pelo Conselho do Rei».⁴⁰

O direito ao bem-estar não se funda, para Voltaire, em nenhuma reivindicação igualitária. Os homens são iguais em sua condição biológica, tanto reis como camponeses nascem chorando e morrem na angústia, mas o estado social exige a desigualdade, a existência de um grande número de pessoas que por serem pobres são impelidas ao trabalho, sem o qual as necessidades sociais não seriam atendidas e o gênero humano não poderia sobreviver.

Mas do fato de que os homens não são iguais não resulta, para Voltaire, que a maioria deva ser indigente. Depois de dizer, no *Século de Luís XIV*, que «é preciso que haja um grande número de pobres», ele acrescenta: «mas não é preciso que eles sejam miseráveis.» Eles podem e devem melhorar suas condições materiais de vida, mesmo que a sociedade como um todo permaneça inigualitária. Esse objetivo poderá ser atingido pela aceleração da atividade econômica, que multiplique os empregos e aumente os salários. Sem anacronismo excessivo, poderíamos chamar Voltaire de «desenvolvimentista», no sentido de alguém que para assegurar a promoção socio-econômica das pessoas de baixa renda aposta no crescimento da produção e não numa

³⁹ Voltaire: carta ao Cavaleiro Trophime Gérard de Lally-Tollendal, 26 de maio de 1778, D21213, em: *Correspondence and Related Documents*, ed. Theodore Besterman, Oxford: The Voltaire Foundation, 1976, vol. 45, pág. 341.

⁴⁰ René Pomeau: *Voltaire en son temps, obra citada*, vol. 5, pág. 324.

política diretamente redistributivista. Na querela que opunha, no século XVIII, os partidários de leis suntuárias, que condenavam o luxo, e os que o defendiam, Voltaire está sem dúvida do lado dos segundos, mas é menos por suas inclinações epicuristas que por sua convicção de que o consumo, em geral, deveria ser favorecido, independentemente da natureza das mercadorias, porque seu crescimento geraria empregos que se traduziriam em aumento do poder de compra, que por sua vez criariam estímulos adicionais para o setor produtivo e generalizariam o bem-estar.

Como senhor de Ferney, Voltaire é um desenvolvimentista exemplar. Ele converte terras pantanosas em pastagens. Utiliza charruas moderníssimas, aduba o solo, planta milhares de árvores, constroi estábulos e leiterias-modelos. Mas pensa, sobretudo, na elevação do nível de vida da população local. Abre uma escola. Constroi casas. Pratica uma política consciente de criação de empregos, instalando indústrias com alta intensidade de mão de obra, como uma olaria para a fabricação de telhas e uma fábrica de meias de seda. Por ocasião de agitações civis em Genebra, transforma-se em campeão da causa popular, contra a burguesia e a aristocracia, e acolhe em suas terras grande número de proletários e semi-proletários, que se converterão na força de trabalho para uma nova indústria — a relojoaria. Graças às relações de Voltaire em toda Europa, em breve os relógios de Ferney serão conhecidos em Versalhes, Berlim e São Petersburgo. A prosperidade aumenta, quando Voltaire consegue liberar a região de Ferney dos abusos fiscais do antigo regime.

No fim da vida de Voltaire, Ferney tinha se transformado numa cidade-testemunha do programa econômico das Luzes, numa proclamação do direito ao bem-estar e na prova de que esse direito poderia ser atendido por uma política consequente de modernização. Era uma simples miniatura do que podia ser feito, em escala mais vasta. Voltaire pensa na modernização de nações inteiras, ainda imersas no que chamaríamos de «subdesenvolvimento», e tomando o exemplo da Rússia, transformada

numa geração pelo czar Pedro o Grande, refere-se a «vastas regiões na África, em que os homens necessitam de um czar Pedro; ele virá talvez dentro de milhões de anos, porque tudo vem tarde demais.»⁴¹ Partilhemos a esperança de Voltaire, não somente com relação à África, mas com relação à América Latina, mas esperemos que essa modernização não precise esperar tanto tempo e sobretudo que ela não exija a intervenção de um czar.

O pacifismo foi uma das principais características das Luzes. A guerra é condenada por Diderot, Holbach, Condorcet. Mas nenhum dos filósofos é tão veemente como Voltaire.

Para ele, a guerra é «um empreendimento infernal» e «contém todos os flagelos e todos os crimes». Ela destrói todas as virtudes da civilização. «Que me importam a humanidade, a benevolência, a modéstia, a temperança, a doçura, a sabedoria, a piedade, quando uma meia libra de chumbo atirada a cem passos me despedaça o corpo, fazendo-me morrer aos vinte anos com tormentos inexprimíveis, no meio de cinco ou seis mil moribundos, enquanto meus olhos, abertos pela última vez, vêm a cidade em que nasci destruída pelo ferro e pelo fogo, e os últimos sons que ouço são os gritos de mulheres e crianças expirando debaixo das ruínas?»⁴²

A guerra é uma das loucuras humanas que mais enfurecem Micromégas, quando esse gigantesco habitante de Sírius vem visitar o nosso planeta. Um dos seus informantes explicou que naquele mesmo momento cem mil loucos cobertos com chapéus estavam massacrando cem mil outros loucos cobertos com turbantes. O que está sendo disputado, explica o terráqueo, são alguns montinhos de lama. Trata-se de saber se essa lama pertencerá a um homem chamado Sultão, ou outro chamado Cesar. Nenhum dos dois jamais viu esses montículos de terra, e

⁴¹ Voltaire: *Anecdotes sur le czar Pierre le Grand*, em: *La politique de Voltaire*, obra citada, pág. 103.

⁴² Voltaire: *Dictionnaire philosophique*, obra citada, verbete «Guerre», págs. 217-220.

nenhum dos animais que se degolam mutuamente jamais viu o animal pelo qual estão se degolando. Num acesso de indignação, Micromégas diz que tem vontade de esmagar com seu calcanhar todo esse formigueiro de assassinos ridículos. Não é preciso, diz o seu interlocutor, eles próprios estão se encarregando disso.⁴³

Voltaire atribui as guerras às ambições dinásticas, ao fanatismo religioso, e até, numa explicação surpreendentemente moderna, a conflitos que hoje chamaríamos de imperialistas. Assim, a luta entre franceses e ingleses na Índia se deveria ao desejo mútuo de «vender na Europa tecidos estampados». Mas não resta dúvida de que no espírito de Voltaire a guerra era um subproduto das rivalidades entre tribos, clãs, etnias, e, sobretudo, nações. A solução não estava, contudo, em sistemas de «paz perpétua», segundo a proposta do Padre Saint-Pierre, divulgada por Rousseau, porque esses esquemas de «segurança coletiva» só poderiam ser eficazes se incluíssem todas as nações do mundo e fossem dotados dos meios necessários para agir em defesa da paz, o que parecia a Voltaire altamente irrealista.⁴⁴ A verdadeira solução estava, mais uma vez, numa ação pedagógica sistemática junto à opinião européia, visando a dissolução gradual dos preconceitos particularistas, principalmente os nacionais.

Para Voltaire, este é o cerne da questão. É por isso que ele é universalista. No momento em que todos os homens se tratassem verdadeiramente como iguais, transcendendo fronteiras nacionais, de raça, língua e religião, os conflitos armados desapareceriam. Como quase todos os filósofos da Ilustração, Voltaire tinha uma relação ambígua com o conceito de pátria. Ela estimula os antagonismos entre os homens. «Eis a condição humana, que desejar a grandeza do seu país signifique desejar

⁴³ Voltaire: *Micromégas*, em: *Romans et contes, obra citada*, capítulo 7, págs. 11-118.

⁴⁴ Voltaire: *Rescrit de l'Empereur de Chine*, em: *Mélanges, obra citada*, págs. 411-413.

mal a seus vizinhos. Aquele que não quisesse que sua pátria fosse maior ou menor, mais rica ou mais pobre, seria o cidadão do universo.»⁴⁵ A pátria é o país em que nos sentimos bem: *ubi bene, ibi patria*. «Temos uma pátria sob um bom rei; não a temos quando ele é mau.»⁴⁶ Surge assim um conceito político e normativo de patriotismo, pelo qual a pátria é objeto de uma escolha adulta e não uma fatalidade imposta pelas circunstâncias do nosso nascimento. A mesma razão que nos ajudou a fazer essa escolha nos leva também a desprezar um conflito motivado pela ambição de conquista ou desejo de glória. Nesse sentido, patriotismo e cosmopolitismo deixam de ser incompatíveis. No verbete «patriotismo», da *Encyclopédie*, o cavaleiro de Jaucourt diz que «o patriotismo mais perfeito é o que se possui quando estamos tão conscientes dos direitos do gênero humano que os respeitamos em todos os povos da terra.»⁴⁷ É dessa natureza o patriotismo de Voltaire. É o melhor antídoto contra a guerra, ou, positivamente, a condição necessária para garantir o direito à paz.

Mas terminado esse retrospecto, em que sentido podemos dizer que Voltaire é «indefinidamente atual», nas palavras de Valéry?

Essa atualidade não está, certamente, nas opiniões de Voltaire sobre a «canalha» nem em sua confiança no absolutismo esclarecido. Nisso, ele foi filho do seu tempo e nada tem a dizer ao nosso. Ele é atual porque sua batalha está inacabada e porque apesar de progressos importantíssimos, muitas aberrações que ele combateu renasceram ou se agravaram.

É o que podemos verificar em cada um dos direitos pelos quais Voltaire se bateu.

⁴⁵ Voltaire: *Dictionnaire philosophique*, obra citada, verbete «Patrie», pág. 308.

⁴⁶ Voltaire: *Dictionnaire philosophique*, verbete «Patrie», acréscimo de 1771, em: *La politique de Voltaire*, obra citada, pág. 108.

⁴⁷ *L'Encyclopédie, ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, vol. XII, Neuchâtel: Samuel Faulche et Compagnie, 1765.

É o caso do direito à razão, o valor mais alto da ilustração e o mais decisivo para Voltaire, porque é a condição de possibilidade de todos os outros. O pensamento ainda está sujeito a restrições policiais em grande parte da humanidade. Nos países em que elas não existem, a «servidão voluntária» induzida pelo conformismo e pela propaganda impede as pessoas de pensarem por si mesmas. Os fundamentalismos religiosos pululam em toda parte. Nos Estados Unidos e na Suíça, seitas pregam o fim do mundo e abreviam a chegada dos seus adeptos ao paraíso, induzindo-os ao suicídio coletivo. Ayatollahs mandam militantes executar escritores sacrílegos, do mesmo modo que os padres do antigo regime, segundo Voltaire, armavam regicidas como Jacques Clément e Ravaillac, para maior glória de Deus. No Bangla-Desh, uma escritora é condenada à morte por ter ousado criticar o Corão. Indus e muçulmanos se trucidam mutuamente em nome do Profeta ou de Brama.

No Brasil, vivemos durante duas décadas sob uma ditadura que proibia livros e prendia escritores, exatamente como na França de Voltaire. Com a redemocratização, esses exemplos de intolerância se tornaram raros, mas não se pode dizer que o direito à razão esteja entre os mais utilizados no Brasil. Ao contrário, o irracionalismo se difunde e hoje quase podemos ouvir a reivindicação oposta, o direito ao delírio. Magos publicam *best sellers*, antigos guerrilheiros consultam astrólogos e veteranas trotskistas rodopiam todas as noites no terreiro. São formas benignas de irracionalismo, compreensíveis sobretudo entre os jovens que se filiam a uma concepção alternativa do mundo, e que vêm na leitura de livros esotéricos uma forma tão legítima de protestar contra o *establishment* religioso como a adesão aos verdes é uma forma legítima de protestar contra o *establishment* político. Afinal, é melhor captar energia cósmica numa pirâmide de cristal que usar energia atômica para destruir o planeta. Esperemos apenas que as formas patológicas de irracionalismo, como o sacrifício de crianças e até de artistas de televisão, em rituais de magia negra, permaneçam casos isolados. E esperemos também que um dia os intelectuais pós-

modernos que criticam a razão como antena do poder se convençam de que toda desrazão é potencialmente repressiva e de que o obscurantismo é o principal aliado do fascismo. Se eles lessem mais Voltaire e menos Derrida, talvez se convencessem de que o Iluminismo é infinitamente mais subversivo que o contrailuminismo de hoje, inspirado em autores que não são exatamente paradigmas do pensamento de esquerda, como Nietzsche e Heidegger.

O direito individual à liberdade é hoje reconhecido nas chamadas democracias industriais, nos antigos países do Leste e em quase todos os países da América Latina. Mas o socialismo burocrático, na China, na Coreia do Norte e em Cuba, bem como os regimes africanos de partido único, são tão absolutistas quanto as tiranias do tempo de Voltaire, com a diferença de que não são despotismos especialmente esclarecidos e de que a rede de coação dos regimes totalitários de hoje é muito mais eficaz que no antigo regime. Por outro lado, os movimentos segmentares de emancipação continuam muito longe dos objetivos visados. A libertação da mulher ainda não avançou o suficiente, o sexismo continua endêmico na Europa e nos Estados Unidos, e são ainda raras mulheres como a companheira de Voltaire, Madame du Châtelet, que escrevia tratados de álgebra e divulgava a física de Newton. A libertação dos negros ainda é mais retórica que real e não há sinais evidentes de que as populações aborígenes estejam recebendo benefícios muito concretos, nem sequer o direito à vida. O colonialismo terminou como forma ostensiva de dominação política, mas não como colonialismo indireto, agora institucionalizado sob a forma de um pretenso direito à intervenção, ou como subordinação econômica e tecnológica.

Terminada uma noite de vinte e um anos, o Brasil é hoje um país plenamente democrático, com liberdade pessoal e política reconhecida a todos. Mas se isso é verdade para a liberdade individual, é menos verdade no tocante aos objetivos de emancipação setorial. Contam-se nos dedos as mulheres que ocupam altos cargos executivos ou na magistratura superior,

elas são ainda minoritárias nos departamentos de pós-graduação, em contraste com o monopólio que exercem no ensino de primeiro grau, e preenchem apenas 7 % das cadeiras da Academia Brasileira de Letras — três acadêmicas, de um total de quarenta membros. A Lei Aurea ainda é uma mentira para a população negra do Brasil, que vive em sua maioria em condições de pobreza igual ou pior à que ostentava há um século, que continua sem educação, sem teto, sem alimentação, e que fornece 80 % ou mais da população penitenciária ou das vítimas da repressão policial. Os progressos obtidos no que diz respeito à emancipação da população indígena podem ser lidos na crônica policial, nas manchetes do *New York Times*, ou nos relatórios da Amnesty International. A descolonização se consumou há 172 anos, mas não é preciso ser nacionalista, o que como bom iluminista estou longe de ser, para saber que o país ainda tem um longo caminho a percorrer para superar a dependência financeira e tecnológica que o impede de participar igualitariamente dos processos decisórios mundiais.

O direito à justiça está hoje em dia protegido nos principais estados democráticos, e dificilmente veríamos abusos semelhantes aos praticados, no tempo de Voltaire, pelos antigos *Parlements*. Mesmo assim, a existência da pena de morte nos Estados Unidos é um anacronismo cuja abolição ainda não está à vista. Em outros países, além da pena de morte, há punições degradantes, como a chibata, castigos cruéis, como a lapidação de adúlteras, e a criminalização de práticas, como a blasfêmia ou o adultério, que eram severamente punidas no tempo de Voltaire, mas que hoje deveríamos considerar tão irrelevantes do ponto de vista penal como a feitiçaria.

No Brasil não há pena de morte desde a República. Mas há uma pena de morte não-oficial, praticada por justiceiros profissionais, contra crianças e verdadeiros ou supostos delinquentes. Durante o regime militar tivemos a ressurreição da tortura, uma tortura mais científica que a aplicada a Calas, e que sem dúvida causaria inveja aos magistrados de Toulouse e aos carrascos que desmembraram o cavaleiro de La Barre. O advento da democra-

cia não conseguiu assegurar de todo o direito à justiça, porque como os juízes são os primeiros a reconhecer, propondo, para isso, uma reforma profunda do aparelho judiciário, ela continua, apesar de progressos recentes, em grande parte discriminatória e seletiva, punindo as pessoas de baixa renda e deixando impunes os delitos dos poderosos.

O direito ao bem-estar é negado na prática pela pobreza absoluta em que vegeta a maioria da população do mundo. O chamado conflito Norte-Sul é uma consequência do desnível de renda entre os países desenvolvidos, cuja população tem padrões de consumo sem precedentes na história mundial, e os países subdesenvolvidos, em que a miséria de massa é certamente mais dramática que a encontrada por Voltaire entre os servos da gleba, quando ele se instalou em Ferney.

Inútil dizer que esse direito é transgredido no Brasil, cujos indicadores sociais estão entre os piores do mundo. Com uma mortalidade infantil de 88 por mil, quase duas vezes mais alta que a de Siri-Lanka, e uma taxa de analfabetismo de 18 %, uma das mais elevadas da América Latina, o Brasil está em quinquagésimo lugar na escala do desenvolvimento humano, segundo o índice elaborado pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, apesar de pertencer ao grupo das dez maiores economias do mundo. O remédio, decerto, não é a modernização autoritária apregoada por Voltaire a partir do modelo russo, mas não é, tampouco, a recusa da modernidade, a regressão utópica para um paraíso bucólico, segundo a visão rousseauista. Depois de 200 anos, os dois adversários se enfrentam de novo, no Brasil: entre Voltaire, que apostava no progresso econômico e tecnológico, e Rousseau, que realizou uma crítica radical da modernidade, é preciso ter a coragem de tomar partido por Voltaire, buscando a realização de uma modernidade humana, capaz de assegurar a 100 milhões de brasileiros a fruição efetiva do seu direito ao bem-estar.

Enfim, o direito à paz, que parecia ter se consolidado com o fim da guerra fria e consequentemente com o fim da ameaça nuclear, tornou-se de novo problemático com os focos de

violência armada que explodiram depois da dissolução do império soviético e da Iugoslávia. O discurso dominante, hoje, é o discurso da identidade — identidade cultural, étnica e nacional. Há uma etnização dos conflitos — sérvios versus croatas, russos versus alemães, minorias húngaras versus maiorias rumenas, eslavos ortodoxos versus bósnios muçulmanos — e no fundo uma retribalização do mundo, dividido entre comunidades autárquicas, demarcadas segundo critérios linguísticos, raciais e religiosos. É o fim do modesto universalismo que havia sido alcançado durante a guerra fria, na verdade, dois cosmopolitismos rivais, que apesar de tudo representavam um progresso, mesmo ambíguo, em direção a um mundo sem fronteiras culturais ou nacionais. O triunfo do nacionalismo e da política da etnicidade poderão selar o fim de qualquer concepção universalista, sem a qual, como sabia Voltaire, o direito à paz se tornaria ilusório.

País sem conflitos externos, sem inimigos hereditários, sem diferenças culturais gritantes, o Brasil tem tudo para assegurar a seus habitantes pelo menos esse direito. Mas é preciso ficar vigilante para que a maré dos novíssimos particularismos não chegue até nós, seja sob uma forma nacionalista que nos leve a desenvolver fantasias xenófobas, seja pela importação de uma ideologia da etnicidade que estimule a formação de identidades polonesas no Paraná, de identidades africanas na Bahia e de identidades bororo no Mato Grosso. Cada vez que alguém começa a falar muito alto de «raízes» e de perda de identidade, está na hora de procurar a saída de emergência: a doutrina «do sangue e do solo» não está longe. Nada poderia frustrar mais radicalmente o exercício do direito à paz, porque a etnicidade não é outra coisa que a mitologização neoromântica da violência, uma ideologia que faz um militante da SS pensar que é Siegfried e que o autoriza a metralhar um gueto em nome de suas raízes germânicas. Para os que alegam que no Brasil esses extremos são inconcebíveis, respondo que uma política da etnicidade que tenha Macunaíma como herói é muito mais simpática que a que tem Odin como figura totêmica, mas na

dúvida é preferível evitar até um caráter nacional baseado na falta de caráter: no frigidar dos ovos, Macunaíma pode se esquecer de dizer «ai, que preguiça» e numa crise de heroísmo defender pela violência essa identidade negativa, esmigalhando com seu tacape miolos inocentes. De novo, Voltaire tem razão: sem doses suficientes de universalismo que permitam estabelecer diálogos transnacionais e transculturais, relativizando todas as identidades coletivas, o direito à paz, externa e interna, poderia ser ameaçado no Brasil.

Eis a atualidade de Voltaire: a exacerbação, hoje em dia, do fanatismo, da tirania, da injustiça, da miséria e da violência, mostram como precisamos do homem cuja mensagem infatigável foi a defesa do direito à tolerância e à razão, do direito à liberdade individual e coletiva, do direito à justiça e à equidade, do direito ao desenvolvimento e ao bem-estar, do direito à paz e à universalidade.

Sua atualidade está, sobretudo, numa coisa importantíssima, que foi sua obra exclusiva: a criação de uma nova figura jurídica, a dos crimes contra a humanidade, antecipando Nuremberg. Pois como lembra Valéry, até então, os crimes eram definidos como infrações contra a ordem pública, contra as leis do Estado, contra a religião oficial. Voltaire mostra que existem delitos mais graves, que transcendem todas as jurisdições nacionais. «Ele retira os processos dos quais se ocupa à apreciação estreita, quase maquinal, à indiferença ou ao endurecimento profissional do magistrado, e os submete a esse juiz ainda pouco consciente de ser um juiz em última instância, ainda ignorante de sua competência e do seu poder, o Homem. Ele submete a lei ao tribunal da humanidade.»⁴⁸ E o faz apelando para esse tribunal que ele própria ajudaria a fundar, a opinião pública mundial, que Kant chamaria a sociedade civil universal. Em sua crítica a Pascal, esse «sublime misantropo»,

⁴⁸ Paul Valéry: obra citada, pág. 525.

Voltaire define perfeitamente a sua escolha: «Atrevo-me a tomar o partido da humanidade.»⁴⁹

Não gostaria de terminar nesse tom heroico e com esse ar de solenidade, porque Voltaire não foi nem heroico nem solene.

Ele foi menos e mais que um herói, foi um ser humano, com todas as suas fraquezas e contradições. Era inescrupuloso em suas especulações financeiras. Era dissimulado, escondendo sua responsabilidade em ações condenáveis e negando a autoria de obras evidentemente suas. Era mesquinho e rancoroso em suas polêmicas. Perseguiu Rousseau com uma inadmissível má fé. Tinha uma vaidade mórbida. Mas ao lado de tudo isso, podia ser generoso enquanto amante, como deixou claro em sua relação com Madame du Châtelet, e como homem, ajudando pessoas necessitadas, como uma descendente do grande Corneille, e mostrando-se indulgente com amigos infiéis, como Thiérot.

Mais imperdoável que dar a impressão de um Voltaire heróico, seria criar a ficção de um Voltaire circunspecto, dizendo coisas graves sobre os direitos humanos. Espero não ter cometido esse erro. Nenhum comentário sobre Voltaire seria voltaireano se não contivesse o ingrediente voltaireano fundamental: o riso. O riso voltaireano é sarcástico, às vezes estridente, mas é riso. Pode ser um riso iconoclástico, mas por que não? Muitos ídolos merecem efetivamente ser demolidos. Ou Voltaire pode apenas sorrir, com malícia. É assim que prefiro imaginá-lo: não com um sorriso *hideux*, hediondo, como disse Alfred de Musset, porque hediondas eram as injustiças que ele combateu, mas com aquele sorriso de patriarca indulgente, que ele tem na estátua em que Houdon o imortalizou. Com esse sorriso ele fazia sorrir seus amigos e talvez até seus inimigos. Quem sabe se Fréron, Maupertuis e Nonotte, depois de espumarem de raiva, não sorriam com os epigramas e panfletos com que Voltaire os atacava? Com esse sorriso, ele nos faz sorrir. E

⁴⁹ Voltaire: *Lettres philosophiques*, em: *Mélanges*, obra citada, Carta 25, pág. 104.

Deus me perdoe, mas com esse sorriso talvez ele fizesse sorrir o próprio Deus — um Deus deísta, entenda-se, e portanto um Deus voltaireano.

Quem o diz é Eça de Queirós, em *A cidade e as serras*. Um dia, Zé Fernandes adormece no meio de milhares de livros, no palacete de Jacinto, e sonha que tudo tinha se transformado em livros: as casas eram construídas com livros, dos ramos dos castanheiros pendiam folhas de livros, as mulheres usavam vestidos de papel impresso. Ele escala o obelisco da Concorde, evidentemente uma montanha de livros, e chega ao céu. Imediatamente avista Deus. «Numa claridade que dele irradiava, mais clara que todas as claridades, entre fundas estantes de ouro abarrotadas de códices, sentado em vetustíssimos fólios, com os flocos das infinitas barbas espalhados por sobre resmas de folhetos, brochuras e catálogos — o Altíssimo lia ... lia e sorria. Ousei, arrepiado de sagrado horror, espreitar por cima do seu ombro coruscante. O livro era brochado, de três franços ... o Eterno lia Voltaire, numa edição barata, e sorria.»⁵⁰

É a maneira mais voltaireana de encerrar esta contribuição.

⁵⁰ Eça de Queirós: *A cidade e as serras*, em: *Obras*, Porto: Lello & Irmãos, sem data, vol. 1, pág. 418.

Affonso Romano de Sant'Anna
(Rio de Janeiro)

Reflexos das transformações do Brasil
no livro, na literatura
e nas bibliotecas brasileiras

Não estranhem meu estilo. Não vou fazer uma apresentação puramente acadêmica. Desde que nos anos 80 comecei a escrever para o *Jornal do Brasil* amplos artigos sobre a realidade brasileira que resolvi desacademizar meu texto, tratando assuntos excelsos ou dramáticos não apenas em forma de poesia, mas num estilo de crônicas ou, então, de uma ensaística onde o sujeito pensante ou narrador não tem pejo de se mostrar como um «cogito» inquieto e inquietante na primeira pessoa.

Parecia-me, naquela época, que o saber universitário havia construído uma linguagem por demais encastelada e que era necessário laicizá-la através dos jornais. Não esquecer que nos anos 60 e 70, em torno do estruturalismo, nas ciências humanas, organizou-se uma parafernália crítica, que ao mesmo tempo em que se constituiu em um avanço crítico, transformou-se também numa produção quase esotérica, que afastou os leitores que não fossem universitários sem que os universitários se sentissem à vontade diante da nova linguagem composta de grandes tecnalidades.

Contudo, é possível que tal estilo, em minha prática, não tenha começado exatamente nos anos 80. Ele estava em mim desde sempre pela seminal presença do chamado «eu lírico», que permite ao poeta falar de seu tempo na primeira pessoa. Assim, sinto-me autorizado, mais que por mim mesmo, por Platão e Staiger a continuar na intersecção estilística e cultural de alguns de meus livros. Por exemplo, um intitulado «Política e Paixão», outro chamado «Que país é este?», onde basicamente o que me preocupava eram exatamente as transformações da cultura e da sociedade brasileira, tema que aqui também se procura objetivar neste seminário.

Percebam que estou denunciando, mesmo em linguagem amena, claramente minha posição epistemológica. Estou definindo o lugar do qual falo e onde estarei exposto à análise alheia. Parto conscientemente desta banalidade, que é necessário, no entanto, frisar: falo a partir de um espaço determinado do qual tenho consciência (pelo menos em parte). Falo da paixão política e da paixão poética por meu país. Mas mais do que isto pertencço a uma geração de escritores e intelectuais formada a partir de um pressuposto que tinha força de axioma: a revolução política e a revolução estética eram dois elementos que faziam avançar a história de nossos dias. Esse conceito duplamente transformador da sociedade tornou-se mais comum e visível a partir do século XIX, mas foi com as vanguardas que eclodiram no século XX e com as revoluções russa, chinesa e cubana, por exemplo, que se configuraram.

Conforme indiquei em outro trabalho,¹ havia nessa expectativa existencial e teórica a ingênua noção de que a história seguia em forma de flecha, que vinha de um princípio edênico determinado e teria um fim triunfalista. Os fatos mostraram o angelismo seráfico dessa expectativa. A história não caminha linearmente numa sucessão de teses, antíteses e sínteses. Há, isto sim, várias histórias simultâneas. E mais: as revoluções podem ser reacionárias assim como as vanguardas podem redundar num exercício de autoritarismo estético nihilista.

Num plano regional, nacional-brasileiro, faço parte de uma geração de intelectuais que levou o primeiro grande choque histórico em 1964, quando a utopia juvenil, bela e ingênua, desestruturou-se diante da realidade pragmática que foi a ditadura que se instalou no país.

Vinha de um «berço esplêndido» para um «futuro radioso»
e éramos maiores em tudo,
— discursando rios e pretensão»

¹ «O que aprendemos até agora», aula inaugural na Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.

Mas

Uma coisa é um país
outra um ajuntamento.
Uma coisa é um país
outra um monumento.
Uma coisa é um país
outra o aviltamento.

Falo também ressoando outro grande choque geracional que foi a derrocada do comunismo e do muro de Berlim, em 1989. Falo ciente de que o século XX historicamente já acabou² e que estamos na transição para o XXI, que possivelmente já começou.

Falo sabendo que as fronteiras do conceito de país são mutantes, que país é uma categoria recentíssima na história, estruturada na passagem do século XVIII para o XIX e que nos séculos vindouros talvez tal conceito — país — não mais exista ou seja totalmente modificado. Atualmente, por exemplo, a formação dos blocos regionais geo-econômicos já se impõem como categorias supranacionais. Por isto,

Vivo no século vinte, sigo para o vinte e um
ainda preso ao dezanove
como um tonto guarani
e aldeado vacum. Sei que daqui a pouco
não haverá mais país.
País —
loucura de quantos gerais a cavalo
escalpelando índios e murais,
queimando caravelas e livros
— nas fogueiras e cais,
homens gordos melosos sorrisos comensais
politicando subúrbios e arando votos
e benesses nos palanques oficiais.

² Poema «Epitáfio para o século XX», em: *O lado esquerdo do meu peito*, Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

Portanto, como falar das transformações e perspectivas do meu país, e mais, de nossa literatura?

Literatura é outro conceito em mutação permanente. E essa foi a grande contribuição dos formalistas russos e dos estruturalistas: o texto que não era literatura ontem, uma simples carta ou diário, pode ser considerado literatura hoje. Um «best-seller» agora, que olhamos com tanto desdém, pode no século vindouro (se já não o é) ser considerado uma manifestação icônica de nossa cultura e como tal ser esteticamente resgatada. A televisão e o cinema reelaboram e ampliam as técnicas narrativas do romance, que por sua vez ampliou e reelaborou as técnicas narrativas da epopéia. O universo literário, como se fosse um campo da física, é um universo em expansão.

Estou já fazendo aqui aquilo que parafraseando Erich Auerbach poderia ser chamado de «mescla de estilos». E que não chamem a isto de «pós-moderno», como ficou tão fácil nomear recentemente. O cronista, o ensaísta, o poeta, aqui estão, e mais: o depoimento não apenas do escritor, mas do administrador cultural, que nos últimos quatro anos teve o honroso encargo de dirigir a Biblioteca Nacional brasileira, a oitava do mundo, com seus oito milhões de peças.

Permito-me (e esse texto já se vê, é autocomplacente, o autor vai se permitindo mais do que lhe seria permitido) até mesmo chegar a uma perigosa observação: seria bom que os intelectuais ocupassem postos na administração pública, se possível dentro da área da cultura. Isto os enriqueceria de duas maneiras: em primeiro lugar, conheceriam melhor o país. Ouso uma «boutade» ao dizer que só conhece o país quem andou pelos labirintos da administração pública. Em segundo lugar, isto daria um sentido crítico maior aos intelectuais que tendem a falar do não lugar, de uma utopia confortável, quando, na verdade, a praxis e a realidade são outras.

Isto me faz reatar uma questão que deixei apenas indiciada anteriormente quanto a laicização do saber em oposição à universidade. Com efeito, se minha peripécia intelectual particular tomou este rumo sobretudo a partir dos anos 80, hoje,

quando assume a presidência do país um intelectual da dimensão de Fernando Henrique Cardoso é de se esperar que ele convocará, retirará dos quadros universitários um contingente apreciável para operacionalizar seu programa de governo.

Desta simples observação poderia derivar uma questão importante para se entender as relações entre o intelectual e o poder no país. Nos últimos anos, pode-se dizer que o Exército, o Itamaraty e a universidade se alternam ou se complementam no fornecimento de cérebros para a administração pública toda vez que o país quer fugir ao clássico estamento de políticos de extração rural e de formação jurídica que dominaram alguns séculos da vida nacional.

Estou ainda na introdução, mas já estou saindo da introdução, se é que todo o meu texto não é que uma introdução àquilo que gostaria de pensar que penso. E vou lançar aqui alguns dados como forma de ir saindo da primeira pessoa para a objetivação de alguns fatos e feitos que devem margear o conteúdo dessa apresentação.

O que é o Brasil hoje, no âmbito da produção literária e editorial?

Um país que produz cerca de 30 mil títulos novos por ano e cujas edições somam um total de 300 milhões de livros por ano. É muito? É pouco. Distribuídos esse livros pelos 150 milhões, é pouco, muito pouco.

Mais dados: a clássica e alarmante afirmação de que o país tem cerca de 600 livrarias. 600 livrarias em oito milhões de km² dá para fazer qualquer escritor morrer de vergonha. Claro, podemos fazer uns abatimentos para diminuir o vexame. Dizer que a região amazônica, que ocupa um terço do país, é pura floresta e rios. Mas isto não resolve. Países com cinco ou dez milhões de habitantes têm mais livrarias. No entanto, para minorar o constrangimento, podemos avançar outra desculpa em forma de jactância. Dizer, por exemplo, que algumas edições de Nietzsche, Platão, Benjamim, quando distribuídas pelas quinze mil bancas de jornais do país, chegaram a vender, às vezes, 30, 50 ou 100 mil exemplares. Tenho ouvido isto e chego a duvi-

dar. Mas sou dos que se surpreendem que *Ulisses* de James Joyce, traduzido em português, tenha tido já várias edições. Num certo momento pareceu-me que havia mais edições de *Ulisses* no Brasil do que na Irlanda. Recordo-me de quando estive em Dublin nos anos 60. Aí a palavra James Joyce ainda causava constrangimento a muitos dublinenses. E no Brasil saíam várias edições da sua obra para espanto geral.

Percebam que estou introduzindo entre esses números um dado importante para se entender esse país surpreendente que não pára de surpreender mesmo aos brasileiros. Aliás, ser brasileiro é um exercício de surpresas. De tédio não se morre no Brasil. Se temos poucas livrarias e as bancas de jornal às vezes funcionam cumprindo um papel suplementar, por outro lado, existem no país cerca de 600 editoras que vendem livros diretamente nas casas. Dizia-me na Feira de Frankfurt am Main, em Outubro de 1994, um livreiro brasileiro, que um desses editores confessou-lhe que só no Acre, aquela faixa de terra meio desamparada na Amazônia a qual foi anexada ao Brasil em negociações com a Bolívia no princípio do século, só no Acre o tal editor vende edições de três mil exemplares de seus livros. O que, percebam, é um milagre, se constataremos que as editoras do Rio de Janeiro e São Paulo lançam primeiras edições de livros não «best-sellers», também em tiragem de dois a três mil exemplares.

Falar do Brasil é falar de lonjuras, de grandes extensões, onde o Brasil se exila do Brasil. Dominar um tão vasto território não é tarefa fácil. E este dado geográfico tem reflexo na situação cultural do país. Há cerca de um ano, por exemplo, fui convidado para ir a um encontro de escritores no novo estado de Tocantins. Um estado formado com a metade da parte de cima do antigo estado de Goiás. Queria que eu lá lançasse um livro meu recente. Sugeriu, então, que deixassem a cargo de um livreiro essa tarefa. Aí ouvi a surpreendente revelação por parte de quem me convidava: É melhor o senhor trazer o livro, porque aqui em Tocantins não tem livreria. Exatamente. Um

novo estado onde havia uma universidade já em construção e onde não havia ainda uma livraria.

A informação é chocante, sobretudo se considerarmos que o novo estado parece ser, pelo menos, da metade da Alemanha atual. No entanto, temos que levar em conta que ali, em Tocantins, a própria capital, Palmas, está sendo construída do zero. Ao aproximar-se o avião, vê-se já o vasto acampamento que é a cidade em construção, uma espécie de Brasília da região.

Muita coisa no Brasil é recente. E surpresas nos ocorrem a todo instante. Certamente vocês já ouviram falar da riquíssima província mineral de Carajás na Amazônia. Ali existem em larga escala todos os minerais nobres e a região transformou-se num grande pólo de exportação de matéria prima. Pois essa vasta riqueza foi descoberta por acaso. Em torno de 1967, um avião pequeno caiu em plena floresta amazônica. Mais tarde, as equipes de salvamento se deram conta de que aquela era uma riquíssima região, que a partir de então começou a ser mapeada economicamente.

Culturalmente também estamos mapeando e descobrindo sempre um Brasil novo. Posso lhes dar dois exemplos sumários. Recentemente, foram levantados na Biblioteca Nacional cerca de quatro mil documentos sobre a escravidão, portanto, é falsa a afirmação de que tudo o que havia sobre a escravidão havia sido destruído por Rui Barbosa, enquanto ministro, temeroso que o estado tivesse que indenizar os antigos fazendeiros. Na mesma linha de redescoberta de nosso solo cultural, pesquisadores em Pernambuco e em Minas Gerais, localizaram no século XIX centenas de escritoras que eram até então desconhecidas da história literária do país. Parafraseando, pode-se dizer que assim como a província mineral na região de Carajás foi uma surpresa, também algumas reservas culturais estão sendo reachadas, a exemplo, aliás do que sucedeu há algumas décadas quando o musicólogo de origem alemã, Curt Lang, descobriu em Minas Gerais centenas de partituras de compositores negros e mulatos que no século XVIII constituíam uma sofisticada

escola de música barroca ao nível das melhores existentes na Europa.

No Brasil estamos sempre mapeando o país. Aqui na Europa, os povos estão sempre movendo as fronteiras a cada guerra que ocorre, redesenhando assim um novo perfil do país. No Brasil, a fronteira está estabelecida há muito, mas a tarefa é a ocupação e exploração do que já está na fronteira interior. Em muitos sentidos, ainda estamos fazendo o movimento para o oeste que os americanos fizeram no século XIX. A construção de Brasília, a Transamazônica, a constituição recente de novos estados como Rondônia, Roraima, Acre, Mato Grosso do Sul, Tocantins, alguns maiores que muitos países europeus, fazem parte de uma marcha para o oeste ainda não concretizada totalmente.

Neste quadro é que se podem detetar, por exemplo, mistérios no parque editorial brasileiro. Como explicar que Monteiro Lobato nos anos 30 e 40, quando o país tinha só uns 40 milhões de habitantes, vendesse 40 mil exemplares de alguns de seus livros por todo o país? Sem dúvida, foi invejável e fenomenal que ele tivesse criado uma rede de distribuição artesanal, que fazia com que seus livros fossem em lombos de burros ou viajassem de barcos.

Hoje, um Jorge Amado, em suas primeiras edições, pode vender 100 mil exemplares no país, outros autores bem vendidos chegam a 30 e 40 mil. Por outro lado, romances clássicos, quando adotados nas escolas, alcançam grandes tiragens. O Brasil, por outro lado, é capaz de produzir fenômenos como José Mauro de Vasconcelos (traduzido para dezenas de línguas com *Meu pé de laranja lima*), ou este recente Paulo Coelho, que em todo o mundo já vendeu quatro milhões de exemplares com seus livros místicos esotéricos.

Alguns podem alegar que isto é literatura de massa ou paraliteratura. De certa forma, isto é irrelevante dentro de um contexto mercadológico. O que nos deve impressionar é o fato de que existe um mercado em potencial no país ao qual se dirigem muito poucos autores.

Vamos uma vez mais para dados mais pragmáticos, unindo ação e pensamento ou, como se dizia gloriosamente nos anos 60, fundindo teoria e praxis.

Hoje, a Fundação Biblioteca Nacional está desenvolvendo no país duas ações integradas para modificar a relação do brasileiro com o livro e com a leitura. Depois de quatro anos de trabalho, já temos dados concretos para afirmar que o novo governo que se instalou no país em 1995 pode fazer avançar prodigiosamente o projeto que intitulamos de «Projeto Biblioteca Ano 2000». Basta que, pelo menos, reforce duas pontas de lança desse projeto: o Sistema Nacional de Bibliotecas e o PROLER (Programa Nacional de Promoção da Leitura).

Com o Sistema Nacional de Bibliotecas, criado em 1991, conseguimos até agora agrupar cerca de 2500 bibliotecas municipais e estaduais. Fizemos um levantamento do que existe nessas bibliotecas e como operam. Editamos, finalmente, um Guia das Bibliotecas com o endereço de todas elas. Mas elas são mais do que essas 2500, pois nem todas responderam ao questionário e algumas mudaram de endereço. Estima-se que sejam cerca de três mil.

No entanto, se somarmos a essas mais 900 bibliotecas universitárias, que em convênio com a Biblioteca Nacional estão se abrindo também à comunidade e mais cerca de 500 construídas nos CIEPS e CIACS, complexos educacionais que atendem à comunidade, estaremos perto do número de quatro mil bibliotecas, o que já é um móvel dinamizador não apenas do parque editorial, mas um elemento culturalmente transformador da sociedade. A isto se adicione que dentro do «Projeto Biblioteca Ano 2000» conseguimos que vários governadores e prefeitos reformassem bibliotecas e construíssem novas. E prefeituras criativas como Curitiba já construíram doze dos 120 «Faróis do Saber», que são bibliotecas de bairro.

Insisto nesses dados, porque estamos convencidos de que o bibliotecário, convertido num profissional da informação, é e será um personagem ainda mais fundamental na sociedade que

se estrutura em torno das grandes redes de informática em todo o mundo.

A Fundação Biblioteca Nacional, dentro desse quadro, conscientizou-se de que tem um papel diverso das bibliotecas nacionais de outros países. Além de ser a cabeça do Sistema Nacional de Bibliotecas realizando um consistente programa de implemento e articulação de políticas do livro, chegamos à conclusão de que era importante desencadear um intensivo programa de promoção da leitura nos lugares mais longínquos do país.

Percebam que não estou falando de luta contra o analfabetismo. Isto, em princípio, é tarefa do Ministério da Educação. A nós compete lutar contra o chamado «analfabeto funcional», ou seja, o indivíduo que sabe ler, mas lê mal e interpreta precária e equivocadamente aquilo que lê.

Isto não é uma exclusividade do Brasil. Na Europa existem 50 milhões de analfabetos funcionais. São trabalhadores vários que têm uma leitura insuficiente, que termina por atrapalhar a própria produtividade do país. No Brasil, temos uns 18 % de analfabetos, mas estamos descobrindo essa nova fronteira, o analfabeto funcional.

Por isto, o PROLER tem desenvolvido programas intensivos em centenas de cidades de norte a sul. Isto começa no Acre e chega à fronteira argentina num pólo que temos em Passo Fundo.

Para que vocês tenham uma idéia da dimensão desse projeto já em execução, seria o mesmo que imaginar que se ele fosse realizado em território europeu e centralizado aqui na Alemanha, suas irradiações estariam em Moscou, Oslo, Madrid e Nigéria. Por isto, eu lhes dizia das dimensões do Brasil. Dizia-lhes eu das diferenças de conceito entre uma biblioteca nacional no Rio de Janeiro ou em Frankfurt am Main.

A idéia que estamos pondo em execução através do PROLER é simples: nenhum país do primeiro mundo chegou a primeiro mundo sem passar pelo livro e pela leitura. Portanto, para o desenvolvimento do Brasil, não há outra porta de

passagem. Temos que partir ao mesmo tempo para uma educação maciça e massiva da sociedade lutando por atingir níveis de qualidade competitiva com os países mais avançados.

Com satisfação, vamos recebendo notícias de que as indústrias brasileiras estão preocupadas com a questão da leitura e da qualidade. O Sesi (Serviço Social da Indústria) de São Paulo encomendou pesquisa a esse respeito e constatou que a produtividade está relacionada com o grau de competência leitora de seus operários, dispondo-se a trabalhar para modificar o quadro atual. Por sua vez, uma empresa como a Petrobrás está desenvolvendo conosco, através de cinco caminhões-biblioteca que percorrem a periferia do Rio de Janeiro, São Paulo e Magé, o programa «Leia Brasil». A Rede Ferroviária Federal está construindo dois vagões biblioteca que irão, inicialmente do Rio de Janeiro para Minas, emprestando livros e realizando programas em velhas estações de trem. Ao mesmo tempo, o Ministério da Marinha começa a se interessar por um programa semelhante, de barcos-biblioteca que percorram a Amazônia e o Rio São Francisco.

Os brasileiros temos uma síndrome no mínimo curiosa: a de que a história está sempre começando ou por começar. Isto é o oposto do que um europeu sente. Aqui a história é um peso ou um pesadelo, como já disseram vários. Tenho a impressão de já ter experimentado isto, sobretudo quando residi em Colônia, e impactado diante da catedral que levou 600 anos para ficar pronta e começou a ser erigida em 1248, escrevi um longo poema onde o olhar índio e negro manifesta a sua perplexidade diante da história alheia.

Na Europa, a história é inarredável. Por isto, os teóricos mudam frequentemente o conceito de história como forma de removê-la ou recondicioná-la praticamente. Formas de controlar o pesadelo, o delírio ou a realidade.

No Brasil, onde o imaginário europeu depositou a herança utópica renascentista, onde se ergueria o «novo mundo», onde se encontraria emblematicamente o Eden e o «bom selvagem», o lugar da «terra sem males» dos índios guaranis, no Brasil,

«país do futuro» de Stefan Zweig, a história é um constante recomençar, e tudo parece muito recente. Poderia até ter intitulado essa conferência de «as invenções do Brasil». «Invenções» mais que «descobertas».

Dizia eu anteriormente que o conceito de país está sempre em mutação. Nosso caso concreto é ilustrativo. Já fomos capitânias hereditárias, governo geral, vice-reino, reinado e república. Na república, o Brasil foi reinaugurado várias vezes. Em 1889 com Marechal Deodoro, gerando a República Velha que vai até 1930; por Getúlio Vargas, que reinventou outro Brasil do qual se apoderou até 1945; por Juscelino Kubitschek que reinaugurou econômica e espacialmente a nação com Brasília, rodovias e indústrias; João Goulart em 1964 queria inventar um Brasil populista e sindicalista; os militares em 1964 de novo reinauguraram o Brasil por uns 20 anos. Nos anos 80, a eleição frustrada de Tancredo Neves foi outra invenção do Brasil, consignada no nome de «Nova República». Collor em 1991 inventou coisas e loisas até que caiu do poder, porque inventou demais. Agora com Fernando Henrique Cardoso temos a mesma sensação de reinauguração do país.

Estamos sempre começando, recomençando. Às vezes tem-se a impressão de que estamos patinando no mesmo lugar, andando para trás (a exemplo da década de 80, considerada década perdida³ para o continente), mas surgem aí algumas estatísticas que introduzem mais complexidade na questão. Por exemplo, quando apresentam o Brasil como o país que mais cresceu economicamente nos últimos 100 anos apesar de todas as contra-marchas em sua caminhada.

Consideremos um dado curioso sobre um dos aspectos recentes do país: a universidade brasileira. Foi fundada somente em 1934, em São Paulo. Para ali foram trazidas grandes inteligências européias, tais como Levi-Strauss, Giuseppe Ungaretti e Fernando Braudel, Roger Bastide.

³ Poema «Década perdida», em: *O lado esquerdo do meu peito*, Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

Tivemos cursos superiores a partir do século XIX, depois que para cá veio a família imperial, fugindo de Napoleão. Cursos de Direito no Recife e São Paulo, faculdades de medicina aqui e ali. Antes disto, a vida cultural universitária vinha toda do exterior. No século XVI, só treze brasileiros tinham ido estudar em Coimbra. No século XVII já eram 353. De uma maneira geral, como informa Rubens Borba de Moraes, entre o século XVI e o século XVIII, 2220 brasileiros se formaram em Coimbra sem contar o que se formaram em outros países. Nestes três primeiros séculos foram 300 os autores brasileiros que publicaram cerca de 750 obras. Mas, convém lembrar: publicaram-nas no exterior, pois no Brasil, Colônia de Portugal, era proibida a imprensa e a publicação de livros. Mesmo assim, formaram-se grandes bibliotecas como a do Maranhão e do Pará com 12 mil volumes, em torno de 1760.

Com efeito, a partir dos anos 60, o governo militar (que se instaurou em 1964) deu grande impulso às universidades e organizou os cursos de mestrado e doutorado fazendo com que milhares de estudantes fizessem especializações na Europa e Estados Unidos. Os «campi» se espalharam por todo o país graças também a uma ordenação maior da economia. Em poucos anos, de 100 mil passamos para mais de um milhão de universitários nos anos 70. (Estas observações, que aqui faço introdutoriamente, poderiam e deveriam ser melhor desenvolvidas por outras pessoas, porque há um dado que até agora não tem sido devidamente analisado: ao lado da repressão, do exílio, da tortura, sem que uma coisa justifique a outra, durante o regime militar houve mais dinheiro para a educação e para a cultura do que depois da abertura democrática nos anos 80. Sobre isto poderia assinalar esse paradoxo: num determinado momento, durante a ditadura, havia verba e com ela a censura, noutro momento, durante a democracia, havia a liberdade de expressão, mas não a verba. Para se discutir esse absurdo basta que se constate o absurdo orçamento dado ao Ministério da Cultura que veio decrescendo desde 1980 até chegar a uma cifra que gira em torno dos 100 milhões de dólares.)

Recordo-me quando estive lecionando em 1978 na Universidade de Köln do espanto, quando vi a data em que a universidade foi criada: 1247. Por outro lado, alguém poderia alegar que a Universidade apareceu no Peru e no México em 1551 e nem por isto esses países deram o salto que deveriam ter dado.

Precisamos, então, indagar que tipo de universidade foi criada, em que contexto e com que finalidade, além de verificarmos a questão do colonialismo em nosso continente.

Sendo recente, a universidade brasileira, com todos os seus senões e dificuldades, tem um dado significativo a fornecer. Desde que foram estabelecidos os cursos de pós-graduação no final dos anos 60 até hoje, cerca de 100 mil teses foram defendidas em todo o país. Só a Biblioteca Nacional tem hoje mais de 80 mil teses e o IBICT está produzindo um CD-ROM com a relação de todos esses títulos.

Muitos outros temas, percebo, poderiam ser desdobrados nesta fala, se tivéssemos mais tempo. Insinuo alguns deles:

1. a profissionalização do escritor: um maior número de escritores já vive de literatura hoje, comparados aos mestres modernistas do princípio do século;
2. a televisão brasileira exerce um papel importante na conformação cultural do país e vários escritores produzem para ela, tendo a novela brasileira se constituído num produto especial no mercado internacional;
3. depois da geração modernista de 1922, da geração de 1945 e da eclosão das neo-vanguardas em 1956, não há nenhum grupo dominante na literatura brasileira, a qual se caracteriza hoje por uma pluralidade de estilos;
4. surgiu uma nova ensaística universitária com significativa presença feminina;
5. está havendo hoje em dia uma conscientização geopolítica e econômica de que o português é falado por cerca de 180 milhões de pessoas na Europa, África e Américas e que sendo a terceira língua mais falada do ocidente, seus falan-

tes têm que assumir o lugar que lhes cabe na conjuntura internacional;

6. o Brasil tem um papel importante a cumprir na América Latina, que espera que ele assuma a liderança que lhe compete. Isto realizado, ele sairá do isolamento tradicional e puxará consigo outros países e culturas.

O país, enfim, hoje está sendo reinaugurado através do governo de Fernando Henrique Cardoso. Seria uma bela maneira de se despedir do século XX e uma forma desafiadora de inaugurar o século XXI. Eu pessoalmente há muito já saí do século XX com seus dilemas ideológicos e seus paradoxos vanguardistas e revolucionários. Estou indo para o século XXI. Como dizia aquela comandante numa de nossas guerras de fronteira: «Quem for brasileiro, que me siga.»

E como prova disto, leio-lhes um poema intitulado «Epitáfio para o século XX», que é no avesso de seu significado a sinalização para o futuro.

Epitáfio para o século XX

1. Aqui jaz um século
onde houve duas ou três guerras
mundiais e milhares
de outras pequenas
e igualmente bestiais.

2. Aqui jaz um século
onde se acreditou
que estar à esquerda
ou à direita
eram questões cruciais.

3. Aqui jaz um século
que quase se esvaiu
na nuvem atômica.
Salvaram-no o acaso
e os pacifistas
com sua homeopática
atitude
— nux vomica.

4. Aqui jaz um século
que um muro dividiu.
Um século de concreto
armado, canceroso,
drogado, empestado,
que enfim sobreviveu
às bactérias que pariu.

5. Aqui jaz um século
que se abismou
com as estrelas
nas telas
e que o suicídio
de supernovas
contemplou.
Um século filmado
que o vento levou.

6. Aqui jaz um século
semiótico e despótico,
que se pensou dialético
e foi patético e aidético.
Um século que decretou
a morte de Deus,
a morte de História,
a morte do homem,
em que se pisou na lua
e se morreu de fome.

7. Aqui jaz um século
que opondo classe a classe
quase se desclassificou.
Século cheio de anátemas
e antenas, sibérias e gestapos,
e ideológicas safenas;
século technicolor
que tudo transplantou
e o branco e o negro
a custo aproximou.

8. Aqui jaz um século
que se deitou no divã.
Século narciso & esquizo,
que não pôde computar
seus neologismos.
Século vanguardista,
marxista, guerrilheiro,
terrorista, freudiano,
proustiano, joyciano,
borges-kafkiano.
Século de utopias e hippies
que caberiam num *chip*.

9. Aqui jaz um século
que se chamou moderno
e olhando presunçoso
o passado e o futuro
julgou-se eterno;
século que de si
fez tanto alarde
e, no entanto,
já vai tarde.

10. Foi duro atravessá-lo
muitas vezes morri, outras
quis regressar ao 18
ou 16, pular ao 21,
sair daqui
para lugar nenhum.

11. Tende piedade de nós, ó vós
que em outros tempos nos julgais
da confortável galáxia
em que irônico estais.
Tende piedade de nós
—modernos medievais—
tende piedade como Villon
e Brecht por minha voz
de novo imploram. Piedade
dos que viveram neste século
per saecula saeculorum.

Tércio Sampaio Ferraz Júnior (São Paulo)

**Constituição Brasileira: modelo de Estado,
Estado Democrático de Direito,
objetivos e limites jurídicos**

O tema do modelo de Estado, no interior de uma discussão constitucional, exige uma reflexão que conduza, por meio da rede normativa do texto da Constituição, a uma percepção de sua realidade, tanto no sentido de suas condicionantes históricas quanto do prognóstico normativo que ela autoriza.

A experiência constitucional proporcionada pela Constituição brasileira de 1988 nesses seis anos é bastante significativa, no que diz respeito à instalação e à realização de um modelo de Estado. A proposta normativa, constante do preâmbulo, fala em Estado Democrático de Direito. Induz, obviamente, a que se pense, de um lado, nos tradicionais princípios do Estado de Direito (exercício de direitos sociais e individuais, liberdade, segurança, igualdade, etc.), mas, de outro, nas exigências das necessidades de democratização da própria sociedade (que há de ser fraterna, pluralista, sem preconceitos, fundada na harmonia social, etc.).

Este reconhecimento da necessidade de democratização da própria sociedade, vista como um ente distinto do próprio Estado, mas ao mesmo tempo integrado no Estado, aponta para uma complicada síntese entre o Estado de Direito e o Estado Social ou *Welfare State*. Na verdade, este reconhecimento tem uma repercussão especial na forma constitucional do Estado. Deve-se ter em conta, nesses termos, a passagem marcadamente peculiar, na vida constitucional brasileira, de um Estado liberal burguês e sua expressão tradicional no Estado de Direito, para o chamado Estado Social (Forsthoff 1976).

Apenas para que nos entendamos, gostaria de assinalar, no Estado de Direito, para identificá-lo, a postura individualista abstrata, o primado da liberdade no sentido negativo de não impedimento, a presença da segurança formal e da propriedade privada. Portanto, um Estado concebido, como dizia Carl Schmitt, como servo estritamente controlado da sociedade

(Schmitt 1970: 125). Já no Estado Social, dever-se-ia perceber uma espécie de extensão do catálogo dos direitos individuais na direção dos chamados direitos de segunda geração, direitos econômicos e sociais, portanto a consideração do homem concretamente situado, o reconhecimento de um conteúdo positivo da liberdade como participação a que corresponde uma complexidade de processos e técnicas de atuação do poder público, o problema da intervenção do Estado no domínio econômico, donde uma transformação conseqüente nos próprios sistemas de controle da constitucionalidade e da legalidade. Sem qualquer intenção de definir modelos, interessam-me estas considerações apenas na medida em que servem ao esclarecimento de como, no Brasil, ocorre a passagem constitucional do Estado de Direito para o Estado Social.

Pode-se dizer que o Brasil nasceu sob a égide de uma constituição formal. Isto é, desde o início de sua existência independente, o Estado brasileiro foi um Estado constitucional, cujo processo constituinte surgiu como um desdobramento da Revolução Liberal de O Porto, de 1820, que, por sua vez, era uma consequência da Revolução Francesa.

Quando falo em Estado constitucional, entendo um Estado cujo poder é limitado e organizado por uma constituição escrita nos moldes do constitucionalismo do final do século XVIII, enquanto um movimento de fundo liberal, expressão dos movimentos políticos da sociedade burguesa de então. Independente em 1822, Império constitucional em 1824, a relação entre Estado e sociedade civil no Brasil foi, contudo, desde o princípio, uma relação *sui generis*. Isso porque, ao contrário do que sucedeu no processo constitucionalista na Europa, nos Estados Unidos da América e, até mesmo, num certo sentido, ao contrário do que aconteceu nos demais países da América Latina, o Brasil teve uma formação política diferente, em que o Estado, enquanto organização administrativa, com competências e funções discriminadas e delimitadas, enquanto, pois, aparelho burocrático, teve uma formação extremamente precoce. Há uma observação de um pensador católico brasileiro, Alceu Amoroso

Lima, de que o Brasil teve Estado antes de ter sociedade. Esta observação espelha com propriedade a realidade brasileira que procuro explicitar. Praticamente 50 anos depois da descoberta do Brasil em 1500, já tínhamos, nos rudimentos, um aparelho de Estado, uma organização de governo, logo trazida e implantada pelos portugueses na nova terra. Apesar dessa formação precoce de um aparelho de Estado, no Brasil, a capacidade de mobilização política da sociedade desenvolveu-se de forma mais lenta e mais restrita. Ou seja, o Estado que nasce constitucionalmente em 1824 internalizou e consolidou as estruturas monárquicas oriundas do proclamado Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves de 1815, favorecendo sua centralização precoce. Assim, dotado de um aparato administrativo colonial relativamente complexo e que se transmitiu de forma pacífica e intacto para o Estado imperial, a unificação política brasileira e sua expressão constitucional ocorrem rapidamente entre os anos de 1822 e 1825. Mas a mobilização política da sociedade só ganhou intensidade e penetração um século depois.

Na verdade, a penetração ampla do Estado associada a fatores como partidos políticos regionais e oligárquicos, forte clientelismo rural, ausência de camadas médias organizadas politicamente acabaram por inviabilizar a institucionalização de formas de participação política e social oriundas da sociedade civil. Em consequência, enquanto nos países europeus em geral e nos Estados Unidos da América, em particular, o Estado sempre foi visto como uma projeção da sociedade civil — e isto fazia parte da ideologia liberal —, pois atuava como uma espécie de árbitro nos confrontos da cidadania burguesa, no Brasil sucedeu o inverso. Pode-se dizer até mesmo que, entre nós, a sociedade civil é que foi uma projeção do Estado. Como diz o politólogo brasileiro Héglio Trindade (Trindade 1985: 49), o Estado, que nasceu antes da sociedade, é que foi o agente que propiciou a configuração e o aparecimento de elites sociais no país e não ao contrário. Entende-se deste modo que, por esta formação diferente do que sucedeu no restante da América, o

Brasil tenha sido o único Estado que se instaurou como uma monarquia.

Ora, a repercussão desse fato na elaboração constitucional brasileira foi marcante. Como as elites sempre foram constituídas por meio do Estado, não foram elas que constituíram o Estado, a sua formação ideológica se deu às avessas. Ao invés dela vir da sociedade civil para a sociedade política, ela veio desta para aquela. Daí aquilo que, no Brasil, costuma ser denominado de importação de ideologias. Por exemplo, o movimento constitucionalista brasileiro de 1823 ocorreu por emulação de um movimento português de 1820, cujas idéias vinham do Iluminismo francês. Isto também aconteceu, é verdade, com os Estados Unidos da América, mas de uma forma diferente. Ali a incorporação de ideias iluministas veio ao encontro de uma experiência histórica vivida pelos imigrantes puritanos numa terra em que, não havendo nenhum poder instituído, principiou-se a desenvolver uma organização baseada no princípio da igualdade e do consenso mútuo, cujo instrumento escrito foi o famoso *Compact* celebrado pelos líderes do navio Mayflower em 1620. Com base nele, um típico instrumento social de estruturação da convivência, é que se conformaram, depois, as *Fundamental Orders of Connecticut* de 1639.

No Brasil, ao contrário, é preciso reconhecer que o ideal constituinte se implantou como um movimento no interior do aparelho de Estado. Se a Assembléia Constituinte convocada em 1823 não chegou a produzir uma Constituição, porque foi dissolvida, a Constituição que se produziu por força de uma determinação de D. Pedro I continha não obstante os sopros de todo o constitucionalismo europeu. Daí a tendência que se consagrou depois, em meados do século, para o parlamentarismo. A Constituição do Império não era uma Constituição parlamentarista, mas a vida política brasileira, por contingências históricas próprias, também por inspiração européia, foi se transformando numa experiência parlamentarista, até que surgiu um ato de governo que na prática estabeleceu o parlamentarismo no Brasil. Essa Constituição europeizada que estabelecia

formalmente uma monarquia constitucional concedia ao imperador, por meio do chamado poder moderador, um dispositivo que conferia ao imperador um poder de veto como de um árbitro de última instância para todas as questões que pudessem surgir nas relações entre os demais poderes. Esse poder moderador foi inclusive o ponto de discórdia de D. Pedro I com os políticos da época e que o conduziu afinal à abdicação. No Segundo Reinado (1841), com D. Pedro II, este poder foi parcialmente atenuado, produzindo a divisão da elite política em dois partidos (conservador e liberal) e viabilizando o funcionamento da monarquia parlamentar, na qual o poder moderador era instrumento de arbitragem política. Entre suas principais atribuições, conforme a Constituição imperial, estavam a de nomear os senadores, escolhidos de uma lista tríplice de nomes eleitos nas províncias, a de sancionar leis, a de dissolver a Câmara dos Deputados e nomear Ministros de Estado. Por lado da participação eleitoral no processo político, as eleições eram indiretas para a escolha dos membros do Parlamento, distinguindo a Constituição os *votantes* (que incluíam os analfabetos) dos *eleitores*, reconhecendo como qualificados para votar os *homens* maiores de 25 anos (salvo se bachareis ou oficiais, que podiam votar com idade inferior) e dispendo renda líquida anual de 100 mil réis. Para ser eleito, os requisitos eram os mesmos, salvo o da renda, que devia ser o dobro. Ao final do século, em 1881, a idade é diminuída para 21 anos e a eleição direta é adotada, embora isso não chegasse a significar nenhum alargamento significativo do nível de participação política.

Em síntese, pode-se dizer que a primeira experiência constitucional brasileira, por meio da manutenção da monarquia pela elite política, facilitou a obtenção de um consenso básico entre os governantes, garantindo um nível razoável de legitimidade e estabilidade, importante para a preservação da unidade territorial. Ou seja, quando, no Brasil, o sistema político começa a se defrontar com as contradições mais complexas do regionalismo (com alguma manifestação, na época do Império, no período da Regência), as questões da unidade nacional e a

construção de um aparelho de Estado complexo e estável já tinham sido superadas.

Ao final do século XIX tivemos outra revolução e a proclamação da República, que, embora preservasse a dominação oligárquica preponderantemente rural, acabaria beneficiando-se dos efeitos modernizadores decorrentes da abolição da escravidão (1888) sobre a economia cafeeira, que se dinamiza com a introdução do trabalho livre e de imigrantes europeus. O movimento republicano vinha crescendo desde o manifesto republicano de 1870 e o aparecimento do jornal *A República*. As idéias empolgaram sobretudo o exército e a revolução acabou proclamada por Deodoro da Fonseca, ministro do Império, em 15 de Novembro de 1889. Dezoito dias depois, em 3 de Dezembro, um decreto nomeou uma comissão de cinco membros para elaborar o projeto de Constituição. E, em 21 de Dezembro, convocou-se a Assembléia Constituinte.

Apareceram três anteprojetos, que foram transformados num único, redigido por Rangel Pestana. Sua discussão foi rápida, iniciando-se em 4 de Novembro de 1890 e limitando-se a alguns pontos principais: a organização federativa, a discriminação de rendas, a unidade do direito, a dualidade da magistratura, o sistema de eleição presidencial, a liberdade religiosa, a organização dos Estados. A relativa facilidade com que foram obtidos os consensos mostra, na composição da Assembléia, uma forte identidade ideológica que unia republicanos a antigos ministros de Estado da monarquia. Na verdade, a introdução do regime federativo veio ao encontro das oligarquias políticas regionais, cujo poder se confirmou e se fortaleceu. Houve assim mais uma coincidência de propósitos: importava-se um modelo externo, desta feita do constitucionalismo norte-americano, para respaldo de uma situação local que, por seu intermédio, se justificava. A República e as elites republicanas que estiveram presentes à Constituinte de 1890 emergiram de dentro do aparelho de Estado e ali se impuseram. O novo regime presidencialista, sob o signo do federalismo republicano, implantou um regime político descentralizado, sob controle de partidos

regionais, representativos de oligarquias estaduais dominantes e coordenados nacionalmente pelo Presidente da República. Com o novo regime constitucional extingue-se o sistema eleitoral censitário, com base em renda mínima, mas os analfabetos, os praças de pré do exército nacional e os religiosos de claustros ficavam excluídos. Com isso, a classe dirigente, mesmo ampliando parcialmente o regime representativo, consegue manter a eficiência e a legitimidade de sua posição perante a coletividade. Tratava-se, na prática constitucional, de um republicanismo fortemente autoritário que iria sofrer as primeiras pressões liberalizantes apenas na década de 20. Nesse sentido deve-se reconhecer que o retardamento de demandas populares entre nós se explica por essa revitalização da dominação oligárquica com a implantação do federalismo republicano, que reforçou a hegemonia das elites regionais, bastante eficaz no plano nacional. Acrescente-se a isto a reconversão das funções militares e cívicas da antiga Guarda Nacional da época da Guerra do Paraguai em cargos honoríficos de natureza política, os «coronéis», que serviram para uma eficiente mediação entre o centro e a periferia e deram ensejo ao chamado «coronelismo político».

A Revolução de 1930 não deixou de ser um movimento contra a Constituição de 1891. Mas na sua esteira não vinha um projeto Constituinte, conseguido a cobro dos constitucionalistas paulistas da Revolução de 1932. A Constituinte de 1934 desvencilhou-se, em parte, das orações brilhantes, entremeadas de citações inglesas e norte-americanas do século XIX. Mas entre os 214 deputados, eleitos por voto popular, e os 40, eleitos por classes profissionais, o choque do liberalismo autoritário anterior com os eflúvios do fascismo italiano foram inevitáveis. A Assembléia Nacional Constituinte foi convocada em Novembro de 1933 e passou oito meses discutindo o texto de um anteprojeto para uma nova Constituição, elaborado previamente pela chamada Comissão do Itamaraty, dirigida por Afrânio de Melo Franco. As políticas regionalistas estavam fortemente representadas por meio das bancadas dos grandes Estados. Mas Getúlio Vargas neutralizava habilmente a sua

importância por intermédio dos deputados das classes profissionais. Mais uma vez de dentro do aparelho de Estado era projetada uma vanguarda de elite política que teve por mérito, afinal, a aprovação de uma Constituição avançada para o campo social, introduzindo-se os direitos trabalhistas, dispositivos de caráter nacionalista, em que, não obstante, a inspiração externa, de novo, se fazia presente.

Com a Revolução de 1930, o sufrágio se torna secreto e quase universal, com a introdução do voto feminino, mantendo-se a exclusão dos analfabetos. Porém, a radicalização político-ideológica entre 1934 e 1937, provocada em grande parte pela mobilização de massa oriunda do Integralismo, movimento fascista brasileiro, e da Aliança Nacional Libertadora, de 1935, sob controle do Partido Comunista, solapou o consenso revolucionário de 1930, esvaziando-lhe o ideário liberal e reforçando as tendências autoritárias. Legitimou-se, assim, o golpe militar e frustraram-se as expectativas de alternância na sucessão de Getúlio Vargas em 1938.

Em 10 de novembro de 1937, um golpe de Estado dissolveu o Congresso e extinguiu a Constituição de 1934. Foi preparada uma nova Carta, que ficou conhecida como «Polaca», por sua inspiração: a Constituição da ditadura polonesa. Elaborada por Francisco Campos, foi outorgada ao País por Getúlio Vargas. Desta feita, não houve Constituinte. Com a Carta Constitucional de 1937, ocorre um refluxo autoritário, sob o controle de uma estrutura de poder centralizada, desmobilizadora de uma ação política partidária e basicamente paternalista, com o que se estabeleceu a matriz burocrática e corporativista do Estado. Com isso, o padrão brasileiro da interação Estado / Sociedade Civil adquiriu dois componentes bloqueadores fundamentais: a expansão de mecanismos estatais de controle tendendo a reduzir o espaço de estruturação autônoma da sociedade civil e a atitude persistente das elites políticas, independentemente dos regimes políticos, de dissuadir formas de participação de tipo liberal-democrático (Trindade 1985: 61). Assim, embora a constituição de 1937 reconhecesse uma Câmara dos Deputados,

com representantes do povo, estes eram eleitos por sufrágio indireto, cujos eleitores eram os vereadores municipais e mais dez cidadãos por município eleitos para compor o colégio eleitoral (art. 47). De outro lado, previa a Constituição uma segunda Câmara chamada Conselho Federal, composto de um representante por Estado, escolhido pela respectiva Assembléia Legislativa, mas sujeito a veto do Governador. Contudo, toda a matéria de administração econômica, aí incluídas as relações de trabalho, eram submetidas a um Conselho de Economia Nacional, composto de representantes sindicais e associações profissionais reconhecidos em lei, com paridade de representação entre empregados e empregadores. Este Conselho era dividido em seções e nelas havia três membros designados diretamente pelo Presidente da República. Na verdade, porém, este, por meio de decreto-lei de sua exclusiva competência, praticamente monopolizava o processo legislativo.

O fim do Estado Novo, instituído em 1937, ocorreu em 1945. O ditador foi deposto pelas Forças Armadas e o Governo Provisório convocou uma Assembléia Nacional Constituinte que, instalada em Fevereiro de 1946, tomou a Constituição de 1934 como base de suas discussões. No impulso da queda do nazi-fascismo em todo o mundo, a forte componente liberal da Constituinte de 1946 deu-lhe a necessária base consensual. Apesar disso, o tipo de política conciliadora, que acima de tudo manteve as estruturas do aparelho de Estado herdadas do Estado Novo da Constituição de 1937, acabou por fazer da Constituição de 1946 um corpo de enunciados programáticos em questões fundamentais. O que permitiu que nem sempre fosse concretizada, ou por razões de incompatibilidade com a realidade para a qual tinha sido feita, ou por força de acomodações políticas. De fato, o influxo liberal da Constituição de 1946, marcado por um presidencialismo forte e com tendências desenvolvimentistas cujo equilíbrio era dado por um Congresso mais conservador, teve antes o sentido de uma liberação da ordem fascista e de uma ordenação formal do poder nacional. Lembrava mais um liberalismo à moda de Locke, deste modo menos propenso ao

liberalismo à moda francesa, considerado como ameaça à sociedade civil e tendente à anarquia. Nessas condições, permanecia o reconhecimento da função do Estado para exercer o papel de protetor da sociedade. Com isso, a experiência constitucional de 1946 assinalava um persistente hibridismo ideológico e institucional, combinando estruturas liberais com uma prática conservadora, senão autoritária. Isto culminava no que Jaguaribe chamou de «democracia eleitoral» e que culminaria no que Schmitter, mais atrevidamente, denominou «democracia» (uma mistura de democracia com ditadura) (Jaguaribe 1985).

Em 1964, uma nova revolução, politicamente decorrente do desequilíbrio provocado pela possibilidade de um Congresso menos conservador aliar-se a um presidencialismo reformista, e, em 1967, uma outra Constituição. Não houve convocação de Constituinte. Por meio de um ato institucional, o Poder revolucionário outorgou competência ao Congresso Nacional devidamente expurgado para elaborar o novo texto. Foi criada uma comissão para a apresentação de um anteprojeto. A comissão, contudo, por incompatibilidade com o Poder revolucionário, acabou por se dissolver. E o anteprojeto foi o produto da lavra de técnico afinado com o novo regime.

A Constituição de 1967 não foi preservada de alterações revolucionárias. Destinada a consagrar os ideais desenvolvimentistas, mas constitucionalmente balisados de 1964, ela teve curta duração, posto que em 13 de Dezembro de 1968 reapareceu o Poder revolucionário, com a edição do famigerado Ato Institucional Nº 5. Aquele Poder, transitório por definição, havia esgotado sua missão com a edição do AI-4, que convocou o Congresso, extraordinariamente, para discussão, votação e promulgação do projeto que viria a ser a Constituição de 1967. Ao reaparecer, reabriu o processo revolucionário. Apareceu, depois, a Emenda nº 1 de 1969, que, praticamente, reformulou a Constituição de 1967 por inteiro, mantendo, ademais, no seu corpo, o AI-5 e os poderes revolucionários que dele decorriam. Esta convivência de Constituição com atos revolucionários

persiste até 13 de Outubro de 1978, quando, por força das injunções políticas, o chamado processo de distensão iniciado pelo então presidente Geisel conduz o Brasil à Emenda Constitucional nº 11, que revoga os atos institucionais.

Daí para frente o País viveu um regime constitucional caracterizado por uma espécie de hibridismo constitucional, posto que a Constituição que restou vigente, embora expurgada dos atos institucionais, continuou a albergar dispositivos coerentes com o espírito autoritário do regime de 1964, ao lado de outros, em que se podia entender uma vocação mais democrática. Disto resultou um texto tecnicamente pouco sistemático em muitos aspectos, impossível de receber um tratamento unitário em termos de princípios básicos. De um lado, por exemplo, à iniciativa privada era garantida uma preeminência; de outro, diversas normas permitiam uma intervenção do Estado no domínio econômico sem os correspondentes freios. O mesmo acontecia com o regime federativo, proclamado expressamente, mas emasculado por outros dispositivos que, em matéria tributária, garantiam a supremacia da União sobre os Estados e Municípios.

A Constituição brasileira do regime autoritário de 1964, em termos da Emenda nº1 de 1969, acabou por enfatizar ao extremo aquela impotência política genérica da sociedade civil perante uma tecnocracia estatal bem montada e estruturada. Nela ficava claro o menosprezo do voto como moeda básica de barganha política ou o reconhecimento da superioridade dos técnicos da racionalidade econômica sobre qualquer forma de representação popular — a desproporção de forças entre Executivo e Legislativo era, nesse sentido, ostensiva — ou a eficiência da repressão militar. Isto não impediu, é verdade, um desprendimento de forças econômicas, capazes de assegurar auspiciosas taxas de desenvolvimento na década de 70. Contudo, esse modelo constitucional desenvolvimentista do ponto de vista econômico, se, no começo, mostrava uma predisposição para deixar a sociedade civil suficiente e aparentemente livre no seu isolamento político, ao correr do tempo essa liberdade foi

adquirindo sua face real de concessão do Estado, em que a cidadania, como finalidade, era antes um objetivo a realizar-se no futuro (desenvolvimento econômico como condição de posterior desenvolvimento político). Pode-se, nesta linha de observação, entender o sentido político adquirido pelo movimento que culminou na Constituição de 1988. Ao contrário do que sucedera sempre, no passado, o novo processo constituinte não veio empolgado por nenhum princípio eminente, como a independência, em 1822, a República, em 1889, a luta contra as oligarquias regionais e as conquistas sociais na Europa da entre-guerra, em 1930/34, o fascismo, em 1937, a restauração da democracia liberal, em 1945. Ele apenas se postava contra o regime autoritário de 1964, mas não buscava explicitamente nenhum modelo externo, embora, posteriormente, alguns traços da constituição portuguesa viessem a ser percebidos.

Esta ausência de um modelo externo explícito marca, a meu ver, uma peculiaridade da Constituição vigente em face das anteriores. Talvez por isso se possa, no caso dela, buscar na sua controvertida sistemática um elo próprio capaz de ligar tendências aparentemente divergentes que a fazem ora um presidencialismo com traços parlamentaristas, ora uma social-democracia com traços corporativistas, ora um neo-liberalismo com traços intervencionistas, ora um capitalismo com traços estatistas, ora um desenvolvimentismo com traços assistencialistas etc. Esta sistemática controvertida não foi, ademais, fruto de uma tendência consciente e de uma proposta explícita, mas resultou do próprio processo constituinte de 1987, que não partiu de nenhum projeto, mas distribuiu as diferentes temáticas por inúmeras comissões, cujos resultados foram encaminhados depois a uma comissão central, onde se deu então a convergência formalmente dispersiva das várias pressões sociais. Nesta convergência e à luz de seu passado constitucional é que se torna significativo o modelo de estado proposto como Estado Democrático de Direito.

A meu ver, o que se propôs na Constituinte de 1987 foi um *processo de transformação do Estado*. E com essa noção não se

exprime apenas a sujeição do Estado a processos jurídicos e a realização não importa de que idéia de direito, mas a sua subordinação a critérios materiais que o transcendem, principalmente a interação de dois princípios substantivos. O princípio da soberania do povo e dos direitos fundamentais, que está no Artigo 1º, parágrafo único, incisos I, II e III, é conjugado com o da realização da chamada democracia econômica, social e cultural como objetivo da democracia política, que está também no Artigo 1º, nos incisos IV e V, e no Artigo 3º, incisos I, II, III e IV.

O que vem sendo percebido, no entanto, na experiência recente da Constituição brasileira vigente, é que uma compatibilização do Estado de Direito com o Estado Social traz algumas dificuldades significativas. Seria preciso, de um lado, garantir em cada caso uma *situação de compromisso* entre os grupos sociais que assegurasse um mínimo de critérios comuns de valores que fossem admitidos por todos. De outro lado, *um quadro constitucional rigoroso* sem o qual a atuação do Estado, inevitavelmente sujeito a grupos de pressão e a interesses estamentais e corporativistas da burocracia, pode se tornar facilmente uma espécie de exercício de arbitrariedade camuflado por supostos ditames de princípios públicos relevantes.

As dificuldades dessa compatibilização, em face das exigências mencionadas, repousam afinal no inevitável reconhecimento de que elas têm caráter distinto. A exigência de um *compromisso* é um problema tipicamente político nos seus meios e nos seus fins, enquanto a exigência de um *quadro constitucional rigoroso* é um problema tipicamente jurídico formal.

Essa dualidade de caráter vem sendo percebida, na verdade, no fato de que o Estado de Direito é um conceito formalmente jurídico, formal, o mesmo não sucedendo com o conceito de Estado Social. As garantias proporcionadas pelo contorno constitucional do Estado de Direito são assim acima de tudo delimitações com sentido eminentemente técnico normativo. Pressupõem portanto um modelo de Estado que em relação à liberdade dos cidadãos deixa valer o *status quo*. Já as garantias

exigidas do Estado Social pressupõem um Estado politicamente ativo que desempenha funções distributivas, que em última análise desconhece o dualismo entre Estado e sociedade.

Em consequência, enquanto para o Estado de Direito o fenómeno do poder é por definição circunscrito e delimitado no seu contorno constitucional, o Estado Social extravasa essas limitações porque nele as possibilidades de extensão das formas de domínio são imensas, podendo atingir intensidades sutis e num certo sentido até fora de controle do ponto de vista do Estado de Direito. Afinal, se ao indivíduo para sobreviver não basta mais, como acontecia no Brasil, desde o século XIX, um relacionamento direto e concreto com as fontes naturais, na medida, pois, em que a grande massa está urbanizada e metida nas malhas da envolvente industrialização, isso tudo exige providências organizacionais que nenhuma corporação isolada pode fornecer. Então esse indivíduo se percebe não mais como alguém que vive num Estado, nem como alguém que depende do Estado, mas como uma espécie de ativista político potencial. Nos últimos anos, pode-se dizer que, de certo modo, o *impeachment* do Presidente, aliado a uma expressiva falência do assistencialismo social herdado do corporativismo fascista de 1937, cria novas bases para a compreensão da relação Estado/sociedade. E é esse processo de transformação que agora com a Constituição de 1988 nos atinge talvez de uma forma mais aguda como nunca em nossa História pregressa.

O fato de que a nossa estrutura institucional das leis básicas, enquanto constitutivas do Estado de Direito, provém de uma experiência marcada pelo hibridismo liberalismo conservador / práxis autoritária se aplica a uma realidade que não mais permite ater-nos a certas fórmulas de rigor formalista sem que nos obriguemos a abrir inúmeras exceções, acabou mudando o caráter geral dessas normas. Este contraste se espelha, hoje, no detalhismo da Constituição, capaz de albergar exigências ora tendentes a reclamar os benefícios de uma democracia social extensiva ora pedindo as cautelas próprias de um industrialismo neoliberal emergente. Mesmo as normas que consagram os

direitos fundamentais (veja-se o artigo 5º da Constituição Federal) não fogem a essa característica, e isso obviamente afeta a lógica interna do Estado de Direito, e deve ser considerado como um dado relevante quando se discute o modelo constitucional de Estado brasileiro.

Para compreender essas transformações, teremos que partir do caráter positivado das normas das constituições modernas. A positivação foi uma das idéias que corporificam o movimento constitucionalista a partir do século XIX, principalmente. E um dos traços centrais do Estado de Direito foi assim a fixação de uma ordem estatal livre na forma de normas positivas, sujeitas às formalidades garantidoras da certeza e da segurança. Dessa forma protegia-se a liberdade conforme a lei e as declarações expressas de direitos individuais, antes presentes de uma forma difusa na teoria do direito natural racional, é um exemplo típico do que eu estou dizendo.

Isso exigiu uma espécie de formalidade constitucional que, no Brasil, foi se alimentando e se desenvolvendo desde o século XIX. Essa formalidade conferia à constituição uma transparência e uma estabilidade indispensáveis. Graças a essa formalidade, as constituições então puderam submeter-se às chamadas regras usuais de interpretação. Por seu intermédio, no entanto, conseguimos chegar ao sentido e ao controle da eficácia da constituição, que acabavam por minimizar a práxis constitucional correspondente. A sua estabilidade decorria do formalismo, não obstante as práticas autoritárias da realidade política e social.

Para efeito de um modelo constitucional para o Estado de Direito concebido como um Estado mínimo, reduzido em suas funções, essa formalidade tinha uma orientação específica que eu chamaria de orientação de bloqueio ou função de bloqueio, conforme o princípio da legalidade e da constitucionalidade que formalmente limitava a atuação do Estado. Isto funcionou bem, no Brasil, até 1930. Não podemos desconhecer nesse passo que as normas constitucionais, seja na Constituição imperial, seja na Constituição republicana de 1891, continham obviamente

elementos jurídicos que a diferenciavam das demais normas, do que um normativismo ideologicamente formalista, supostamente neutro e acrítico, chegava a dar conta.

A partir de 1930, contudo, entrou em cena uma ordem política global do Estado constitucional que obrigou a certas correções e especificações. No limiar dessas transformações que caracterizam a complicada convivência do Estado de Direito com o Estado do Bem-Estar Social ou Estado Social, o jurista e estadista brasileiro Rui Barbosa fazia observar o seguinte:

A concepção individualista dos direitos humanos tem evoluído rapidamente, com os tremendos sucessos deste século, para uma noção incomensurável nas noções jurídicas do individualismo restringidas agora por uma extensão cada vez maior dos direitos sociais. Já não se vê na sociedade um mero agregado, uma juxtaposição de unidades individuais acasteladas cada qual no seu direito intratável, mas uma unidade orgânica em que a esfera do indivíduo tem por limites inevitáveis de todos os lados a coletividade. O direito vai cedendo à moral, o indivíduo à associação, o egoísmo à solidariedade humana (*Discursos*, apud Silveira 1968: II, 3).

Isso foi dito no começo deste século.

Essas palavras de Rui, se nós as entendemos bem, apontavam já para uma espécie de desformalização da constituição e da interpretação da constituição, o que ele certamente não encampava nestes termos, em toda a sua extensão. Mas mostravam uma preocupação que iria se tornar aguda nos dias de hoje. Mais ou menos na mesma época, Max Weber (1976: 503-504) já apontava para tendências que iriam, como dizia ele, favorecer uma dissolução desse formalismo jurídico que nasceu junto com o modelo do Estado de Direito. Ele previa uma certa disparidade entre as legalidades lógicas próprias do pensamento formal jurídico e os efeitos econômicos visados, bem como as respectivas expectativas em relação a esses efeitos. Surgiam, dizia ele, exigências materiais dos modernos problemas de classes, de um lado, acompanhadas, de outro, de propostas de ideologias jurídicas que se guiavam por critérios valorativos contidos na expressão social do direito. Estas mudanças, que se tornaram expressivas na Europa desde os anos 20, não foram capazes,

porém, no Brasil, de quebrar o hibridismo na prática constitucional que o acompanhou até agora.

Portanto, o que está ocorrendo na experiência constitucional brasileira atual, certamente já vivenciada na Europa desde os anos 20, talvez pudesse ser assinalado em termos de uma tomada de consciência social e política da distinção entre um modelo constitucional de Estado com a função de bloqueio, que cabe para as Constituições de 1824 e 1891, e um modelo constitucional de Estado com a função de legitimação das aspirações sociais, que foi, formalmente, próprio das Constituições de 1934, 1937, 1946 e 1967/69. Esse segundo significaria que certas aspirações se tornariam metas privilegiadas, no caso da Constituição fascista de 1937 e da autoritária de 1967/69, até mesmo acima ou além de uma conformidade constitucional estritamente formal. Elas fariam parte por assim dizer de uma pretensão inerente a própria Constituição. Isso quebraria o Estado de Direito como ele foi pensado no passado, isto é, com a exclusiva função de bloqueio.

Na verdade, a idéia subjacente ao modelo de Estado com função de legitimação, em que constituições instauram uma pretensão de se verem atendidas expectativas de realização e concreção, traz para a nossa experiência constitucional uma consideração de ordem valorativa que a experiência alemã perceberá na década de 20. Ou seja, pressupondo-se que uma constituição apresente no seu corpo normativo um sistema de valores, o modelo de Estado que ela institui se torna uma realização de valores e exige essa realização. Na verdade, ela não estabelece um Estado, mas propõe a realização de um Estado.

Não estou falando da oposição entre uma concepção formalista e uma prática autoritária, nem ignorando que o Estado Constitucional com função de bloqueio também pudesse buscar uma «ratio» imanente por meio dos tradicionais métodos teleológicos, sociológicos, axiológicos que ressaltassem, por exemplo, o valor da liberdade individual. O problema ao qual me refiro aqui é outro. Quando se opõe um modelo de Estado

com a função de bloqueio ao Estado com função de legitimação de aspirações sociais, o que entra em pauta é o problema de como captar o sentido das constituições no momento em que, concebidas estas como sistemas de valores, o modelo de Estado que elas instituem se transforma num instrumento de realização política, com base na qual a atividade legislativa e judicial será forçada, pela pressão social, a concretizar princípios e programas implicitamente agasalhados no texto constitucional. Ou seja, a questão deixa de ser um problema de correto delineamento do Estado com a sua carga lógica, histórica, sistemática, teleológica e até valorativa, para tornar-se um problema de conformação política dos fatos ao modelo, isto é, de sua transformação conforme um projeto social ideológico. Isto pode parecer para os ouvidos europeus uma *Selbstverständlichkeit*, mas, se olharmos para o mencionado hibridismo da experiência constitucional brasileira no passado, trata-se de um desafio para uma radical transformação.

Essa mudança corresponde, no Brasil de hoje, a uma transformação do Estado constitucional enquanto Estado de Direito formal, que, no Império e na Primeira República, ostensivamente, e nas demais, até 1988, de forma ideologicamente encoberta, pressupunha uma distinção entre Estado e sociedade como entidades autônomas. Na Constituição de 1988, as tarefas que são postas ao Estado, o que não só leva à multiplicação das normas, mas também à sua modificação estrutural, põem a descoberto as suas limitações. Exige-se do Estado a responsabilidade pela transformação social adequada da sociedade, ou seja, colocam-se para ele outras funções que não se casam plenamente com a função de bloqueio dos velhos modelos constitucionais. Mas o resultado é, no momento, um sentimento de impotência do Estado que, na verdade, põe em cheque a distinção entre Estado e sociedade e a arraigada concepção do Estado como protetor da sociedade civil.

A estrutura constitucional do Estado protetor, no Brasil, sempre foi condicional e retrospectiva. Os fins só interessam na medida em que as condições sociais eram dadas e obedecidas.

Se os meios não fossem dados, esses fins deveriam ser apenas formalmente considerados e, na prática, ignorados. Quando, porém, a pressão social crescia e a relação de poder se sentia abalada, a relação meio-fim se invertia na forma de uma ruptura constitucional. Assim, os diversos discursos revolucionários, no Brasil, sempre pressupunham que os fins pusessem uma tal exigência que, se as condições não existissem, deveriam ser encontradas por meio de uma ruptura. Uma vez alterada a Constituição, porém, voltava a função de bloqueio que pressupunha que os preceitos constitucionais estatuem princípios e finalidades fundamentais, em relações aos quais o intérprete no entanto não pode articular sentidos e objetivos, senão aqueles que já estejam reconhecidos desde então, *ex tunc*, na própria estrutura de poder. O regulador político das rupturas constitucionais brasileiras era, assim, uma espécie de princípio de proibição de excessos, isto é, proibição de articulação de interesses da própria sociedade salvo se protegidos, sob a alegação de favorecer-lhes o exercício. Daí a imagem oficial do homem cordial brasileiro, apesar das crueldades de fato que viessem a ocorrer.

A questão muda de figura no momento atual, em face de uma experiência constitucional que parece desafiar as velhas formas de pensar, as exigências postas ao Estado Social. A estrutura programaticamente exigida pela realidade social cria uma tensão entre o Legislativo e o Executivo a qual, por conta de uma função de legitimação atribuída ao texto constitucional, pressupõe que o intérprete esteja autorizado a articular e a qualificar o interesse público, o interesse público coletivo, o interesse individual posto como um objetivo pelo preceito constitucional. Esta exigência se reflete, hoje, num sentimento de discricionariedade hermenêutica na relação entre os três poderes constitucionais, o que conduz, de um lado, a uma exacerbação no uso de medidas provisórias (*Maßnahmengesetze*) por parte do Executivo em face do Legislativo e a cobrança de uma verdadeira politização das decisões judiciais. A experiência constitucional atual parece pressupor então que os preceitos constitucionais estão submetidos a certas finalidades

que exigem realização não na forma de um Estado protetor, mas de uma sociedade que deseja prescindir da tutela estatal. Algumas dessas finalidades são de ordem normativa estrutural. Assim, os preceitos dirigidos à participação e prestação positiva do Estado Social são leis imperfeitas, *leges imperfectae*, isto é, não são imediatamente realizáveis sem uma atuação do próprio Estado, mas que, por sua vez, não se esgotam nessa atuação. Daí a exigência de que a própria sociedade deve então prover uma identificação dos meios sociais a fim de que a norma possa ser efetiva. Na recente eleição brasileira (1994), esta questão foi ostensivamente posta na forma de um debate até mesmo sobre eventuais mudanças reclamadas pelo texto constitucional não para alterá-lo o sentido social, mas para viabilizá-lo como estrutura social.

Outras condições são de ordem jurídico-funcionais. Como se supõe que a fixação constitucional de objetivos traduz valores, que no entanto por si sós não permitem a percepção de diretrizes vinculantes, exige-se do intérprete institucional que ele se direcione para a configuração da ordem social desejada, a partir da qual se terá o controle da constitucionalidade. Os reguladores dogmáticos desta função, no entanto, criam uma espécie de insegurança formal, mormente na atuação do poder judiciário, pois parecem perigosamente abertos, flexíveis. Os fins articulados e qualificados devem estar na dependência dos meios disponíveis e identificáveis, mas cabe ao intérprete considerá-los sob o ponto de vista da sua viabilidade.

A meu ver, o grande momento vivido pela experiência constitucional brasileira atual na instauração do Estado Democrático de Direito está, assim, no modo como as exigências do Estado Social se jurisfaçam, no sentido formal da palavra, nos contornos do Estado de Direito, quebrando, porém, o velho hibridismo da lógica liberal conjugada com uma práxis autoritária. Parece-me que o princípio legitimador, ainda que muito abstrato e genérico, dessa compatibilização deveria ser impedir que as chamadas funções sociais do Estado se transformem em funções de dominação. Esse é o risco. Seria preciso, portanto,

ver no reconhecimento do Estado Democrático de Direito uma espécie de repúdio à utilização, desvirtuada, das necessárias funções sociais como instrumento de poder, porque isso destruiria o Estado de Direito e com isso se perverteria a base do Estado Social que estaria então desnaturado. Em consequência, o Estado Democrático de Direito perderia o seu contorno constitucional.

Mas a recíproca também é verdadeira. Também não se pode levar à interpretação da constituição todos aqueles formalismos típicos da interpretação da lei. A lei constitucional chama-se lei apenas por metáfora, ela não é lei igual às outras leis. A constituição tem que ser entendida como a instauração do Estado e da comunidade. Então ela não deve se submeter àquele puro formalismo sob a pena de fazermos o inverso, isto é, tiranizarmos um grupo contra outro e impedirmos a realização do Estado Social. O difícil é fazer essa composição sem apelar para as rupturas que se pervertem no seu próprio curso. E esta dificuldade é, afinal, o grande desafio que vive, hoje, a experiência constitucional brasileira.

Bibliografia

- Forsthoff, Ernst (1976): *Rechtsstaat im Wandel*, München.
- Jaguaribe, Helio / Silva, Nelson do Valle e / Abreu, Marcelo de Paiva / Ávila, Fernando Bastos de / Fritsch, Winston (1985): *Brasil, sociedade democrática*, Rio de Janeiro: José Olympio [21986].
- Schmitt, Carl (1970): *Verfassungslehre*, Berlin.
- Silveira, Alípio (1968): *Hermenêutica no direito brasileiro*, 2 volumes, São Paulo.
- Trindade, Hélió (1985): *Como renascem as democracias*, São Paulo.
- Weber, Max (1976): *Wirtschaft und Gesellschaft*, Tübingen.

Barbara Freitag (Praga)

**Ótica externa e olhar interno:
mudanças no sistema educacional brasileiro¹**

Prólogo

Nas Ciências Sociais modernas tornaram-se correntes duas estratégias de pesquisa: uma que busca o conhecimento sobre um tema ou problema da realidade social a partir da ótica do *observador externo*, alheio e neutro com relação ao seu objeto de estudos; outra que busca esse mesmo conhecimento a partir do olhar do *observador participante*, inserido no próprio contexto a ser estudado. A primeira estabelece o seu objeto de estudo aplicando-lhe *de fora* e à sua revelia os padrões de medida elaborados pelas Ciências Sociais. O segundo busca auscultar as tendências e a dinâmica interna do seu objeto, participando dos seus dramas e de suas aflições.

Jürgen Habermas (1981), um dos maiores sociólogos alemães vivos, defende a tese de que somente chegaremos a um conceito aceitável de Sociedade se procurarmos integrar as duas perspectivas: a do ator inserido na trama associada à perspectiva do observador externo. Para o herdeiro da teoria crítica de Frankfurt, trata-se de compreender a sociedade por dentro, a partir de suas vivências, de seu cotidiano, de suas práticas sociais inquestionadas (a «Lebenswelt» = mundo vivido) e, simultaneamente, por fora, a partir do seu funcionamento objetivo, analisando-se o plano econômico e político macro-estrutural (o mundo «sistêmico»).

Usarei essa tese habermasiana como «roteiro» de minha análise. Em um primeiro momento, procurarei focalizar a

¹ Palestra proferida na Universidade de Heidelberg (Alemanha), no contexto do Simpósio sobre o Brasil, realizada entre 7 e 9 de Dezembro de 1994 em Heidelberg. Esta palestra foi repetida em Berlim, onde o mesmo Simpósio foi reapresentado sob os auspícios do Ibero-Amerikanisches Institut Preußischer Kulturbesitz de Berlim e do Consulado Geral do Brasil em Berlim.

realidade educacional brasileira como analisada a partir da *ótica externa*, tomando por base três conjuntos de documentos internacionais:

1. os Relatórios do Banco Mundial (1990-1994);
2. os Relatórios sobre o Desenvolvimento Humano (1990-1994), publicados pelas Nações Unidas; e, finalmente,
3. os documentos sobre Educação de Base e Alfabetização, publicados pela UNESCO (e UNICEF) desde a realização da Conferência Internacional sobre o Analfabetismo no Mundo, realizada na Tailândia em 1990.²

Em um segundo momento, procurarei fazer referência aos estudos sobre educação realizados no próprio contexto brasileiro que procuram analisar e «explicar» a crise da educação brasileira, fazendo tributo aos «clássicos» (Fernando de Azevedo, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Paulo Freire, Maria J. Werebe e tantos outros) e aos «modernos» (L. A. Rodrigues da Cunha, Manfredo Berger, Moacyr de Góes, Moacir Gadotti, Vanilda Paiva, T. R. Neubauer da Silva, entre outros). Incluo nesse perspectiva os últimos documentos elaborados pelo MEC, considerando especialmente a documentação compilada durante a «Conferência Nacional de Educação para Todos» (realizada em Brasília em 1994), acrescida dos dados publicados no «Plano Decenal de Educação para Todos» (MEC, Brasília 1994).³

Finalmente, em um terceiro momento, procurarei desenvolver uma visão de síntese, fazendo um balanço das contribuições de ambas as óticas, procurando integrar, como sugere

² Cfr. também Documento Base publicado na ocasião pela Inter-Agency-Commission (UNDP, UNESCO, UNICEF, World Bank): *Meeting Basic Learning Needs: A Vision for the 1990s; World Conference on Education for All (5-9 March 1990 in Thailand)*, New York 1990.

³ Cabe dar destaque, neste contexto, a dois documentos adicionais: MEC: *Educação no Brasil: situação e perspectivas*, Brasília 1993, e MEC: *Linhas programáticas da educação brasileira*, Brasília 1993/1994.

Habermas, a ótica externa ou «perspectiva sistêmica» com o olhar interno ou a perspectiva do «mundo vivido».

Primeiro momento: ótica externa

Nos relatórios do Banco Mundial, da Comissão de Desenvolvimento das Nações Unidas e da UNESCO, publicados nessa década de 90, o Brasil é singularizado negativamente.

Segundo o Banco Mundial, o Brasil ostentou nas últimas duas décadas um crescimento geral da riqueza extraordinário (PIB entre 350 a 420 bilhões de dólares),⁴ o que permite enquadrá-lo entre os dez países mais ricos do mundo. Simultaneamente, o Brasil apresenta índices assustadores de pobreza (World Bank 1990: 3).

O crescimento da renda conseguiu elevar até mesmo a renda dos mais pobres,⁵ mas os serviços (saúde, habitação, transporte, educação, etc.) foram negligenciados. Os índices de mortalidade infantil são altos e a expectativa de vida é baixa;⁶ as taxas de escolarização primária e secundária também são baixas, comparando-se o Brasil com seus vizinhos latinoamericanos.

Desde 1990 vêm sendo publicados anualmente os relatórios das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Humano. Nestes relatórios, as discrepâncias foram tematizadas e sintetizadas em um novo «índice»: o *Human Development Index* (HDI), quer dizer, um índice do desenvolvimento humano.

⁴ O Banco Mundial dá em seu relatório de 1994 como PIB para o Brasil de 1992 o valor de US\$ 360.405 bilhões; o IESP (Instituto de Economia do Setor Público) dá para o mesmo ano o valor de US\$ 410.900 bilhões. (Essas divergências certamente se devem a fatores diferentes de correção da inflação.)

⁵ Em 1988, a renda per capita dos brasileiros foi calculada (*World Bank Report*, 1990) em US\$ 2.120,00; em 1992, em US\$ 2.770,00 (*World Bank Report*, 1994).

⁶ Veja especialmente o *World Bank Report* 1993, dedicado particularmente à questão da saúde no mundo.

Em vez de hierarquizar os países segundo seu PIB ou sua renda média per capita, prática corriqueira entre os economistas (inclusive do Banco Mundial), os técnicos da Comissão para o Desenvolvimento Humano das Nações Unidas desenvolveram um índice que leva em conta, ao lado dos indicadores econômicos, os coeficientes de concentração de renda, taxas de analfabetismo, escolarização básica, expectativa de vida, mortalidade infantil; ou seja, adicionalmente, indicadores das áreas de educação e saúde. Desenvolvimento Humano passa a ser sinônimo de «bem estar» e «qualidade de vida».

Nestes relatórios, a «nova» hierarquização das nações mundiais baseia-se no «indicador do desenvolvimento humano» recém criado. Se em 1990 o Brasil figurava em décimo lugar segundo a classificação do Banco Mundial, baseada exclusivamente no Produto Interno Bruto (PIB), ele «escorrega» para o 51. lugar, levando-se em conta o novo índice HDI. Em 1994, o Brasil figurava, no Relatório do Banco Mundial, em 12º lugar, mas somente em 63º lugar⁷ no Relatório das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (cfr. Relatórios respectivos, 1990 e 1994).

Em 1990, o Brasil integrava-se em um «continente perdido» (cfr. *Jornal do Brasil*, 24 de Junho de 1990). Seus vizinhos mais próximos (na escala HDI) eram o Paraguai, o Irak, Siri Lanka, a Romênia e Jamaica. A Comissão encarregada de elaborar o relatório expressava sua decepção na fórmula: «lost

⁷ Em 1990, o HDI (que varia de 0, o mais baixo índice, a 1, índice mais alto) era de 0,784. O Japão estava em primeiro, a Nigéria em último lugar. Em 1994, o HDI brasileiro foi calculado em 0,756. Esta queda no valor «objetivado» do «desenvolvimento humano» se deve em parte ao crescimento da concentração da renda no Brasil (cfr. «O Leão é manso com os Tubarões», em: *Veja*, 9 de Janeiro de 1994), mas em parte também ao fato que a lista dos países considerados aumentou de 130 (em 1990) para 173. Em 1994, intercalaram-se entre o Canadá (em primeiro lugar) e o Brasil países como a Checoslováquia, a Estônia, Lituânia, Rússia, Ucrânia, entre outros, num total de onze países. Daí a «queda» do Brasil do 51º para 63º lugar. (O último país da lista é Guiné.)

opportunities for development» (cfr UN-HDR 1990: 42). Nos quatro anos que se seguiram a esse primeiro relatório, a avaliação crítica e pessimista para o Brasil não foi revertida. A Comissão passou a diferenciar os dados para grupos étnicos (1993), para homens e mulheres e/ou por regiões no interior de um país. Analisando os dados brasileiros, a Comissão mostra que o HDI do sul do país (=0,838) situaria o Brasil em pé de igualdade com Portugal (em 42º lugar na lista); em contrapartida, os dados do Nordeste (HDI=0,549) deixariam o Brasil em 111º lugar, ao lado de El Salvador e da Bolívia (cfr. UN-HDR 1994: 115-116).

As distorções intoleráveis na distribuição da renda e a utilização inadequada e mal direcionada de fartos recursos para as áreas sociais são apontadas como causas do quadro desolador.

Em 1991, a Comissão destaca como pontos favoráveis para o Brasil: os baixos gastos na área militar (apenas 1 % do PIB) e os investimentos relativamente altos (6 % do PIB) na área de educação e saúde. Constata, entretanto, que a metade da população brasileira precisou contentar-se com apenas 10 % da riqueza geral produzida, e que os investimentos na área educacional acontecem segundo um mecanismo de distribuição perverso: investiu-se mais na educação universitária que na primária. Enquanto somente 1 % da população estava sendo beneficiado com o ensino superior, este recebia quase 20 vezes mais recursos que a educação primária (cfr. UN-HDR 1991; veja-se também *Jornal do Brasil*, 23 de Maio de 1991).

Examinando-se os dados e as estatísticas publicadas pela UNESCO desde 1990, o Brasil ganha destaque como uma das nações com a maior taxa de analfabetismo no mundo contemporâneo (18,7 %). Na América Latina, o Brasil somente é ultrapassado pelo Haiti (com 47 %), a Guatemala (com 45 %), El Salvador (27 %), Honduras (27 %) e a Bolívia (22 %) (cfr. UNESCO: *World Statistical Indicators* 1990: 50). Enquanto a Argentina, o Chile, o México e outros países da América Latina atingem os padrões de escolarização dos países do Primeiro

Mundo, o Brasil aproxima-se perigosamente (no que concerne os indicadores educacionais) dos padrões africanos, ou seja, de padrões de Quarto Mundo.

A Argentina apresenta (desde 1980) taxas de escolarização dos seis aos quatorze anos que variam entre 84 % (aos seis anos) para 96 % (aos dez anos) para 74 % (aos quatorze anos). Para as mesmas faixas etárias, as taxas no Brasil são respectivamente 21 %, 54 % e 60 %; e para Cuba, 100 %, 99 % e 78 %. Somente na quarta série primária, no grupo de crianças da faixa dos nove anos, o Brasil chega (com 88 %) perto dos níveis do Chile (93 %), Argentina (96 %) e Cuba (100 %) (cfr. UNESCO / OREALC 1990: 48-49; veja-se também *World Bank Report* 1994: 255, tab. 28).

Em 1984, as taxas de reprovação na primeira série primária são estimadas pela UNESCO em 54 % no Brasil, 45 % no Peru, 36 % no Equador e na Colômbia, e 10 % no Chile. Na quarta série primária, essas taxas se nivelam em torno dos 10 % em quase todos os países mencionados, mas no Brasil ainda atinge 20 % (cfr. UNESCO: *Banco de Dados / Boletim* 18 [1989], pág. 47).

Em realidade, a situação da repetência no Brasil é muito mais grave. Klein / Ribeiro (1991) alertaram para os riscos de uma perigosa «cultura da repetência», em que os verdadeiros índices são disfarçados atrás das práticas do «aconselhamento» e dos «repetentes aprovados». No caso do «aconselhamento», trata-se de uma prática de retirar o aluno ameaçado de reprovação da escola antes das provas finais; ele conta, assim, como «evadido», que se rematricula no ano seguinte como aluno «novo» (mas que em verdade é repetente). No caso dos «repetentes aprovados», trata-se de um instrumento perverso de dividir as primeiras séries em A, B, C, passando-se o aluno como «aprovado» do nível C, para o B ou A, quando em verdade ele é um autêntico «repetente». Por isso, Castro / Araújo e Oliveira (1993: 14) concluem: «não ocorre evasão precoce, mas sim há altas taxas de repetência», bem maiores do que as oficialmente admitidas.

Enquanto a Argentina, México e Cuba apresentam uma taxa de analfabetismo na faixa etária dos jovens de 15 a 29 anos de 1 % ou abaixo, o Brasil apresenta uma taxa de 10 % para a mesma faixa etária. Na população adulta, acima de 40 anos, essa taxa é de apenas 7,5 % para a Argentina e Cuba, enquanto no Brasil ela atinge 35,5 % (cfr. UNESCO / OREALC 1990: 50-51; veja-se também UN-HDR 1994: 186-187, tab. 15 «Education Imbalances»).

Esses dados realmente são alarmantes, levando-se em conta as enormes somas dispendidas pelo Brasil nos mais variados projetos de alfabetização de adultos, desde a Campanha Nacional de Educação Rural (1952), Campanha Nacional contra o Analfabetismo (1956), os movimentos de Cultura Popular e de Educação de Base e a Mobilização Nacional contra o Analfabetismo dos anos 60, até a criação do MOBRAL nos anos 70 e sua transformação em EDUCAR, nos anos 80, até a suspensão desta, nos anos 90 (cfr. Paiva 1984). Os governos brasileiros têm se sucedido, anunciando planos de erradicação do analfabetismo, sem, contudo, conseguir reverter o quadro.⁸

Estes dados falam por si e confirmam a tese da equipe de técnicos das Nações Unidas: apesar de recursos «fartos» investidos na área educacional no Brasil, os resultados são magros; e mais, os recursos são mal aplicados (disproporção entre custos diretos e indiretos) ou até mesmo desviados (malversação, corrupção, uso indevido para outras áreas) (cfr. UN-HDR 1990: 42).

Carlos Lessa registrou coeficientes alarmantes para o ensino de primeiro grau: 55 % dos recursos destinados aos alunos perdiam-se nas malhas da burocracia (custos indiretos), confir-

⁸ Segundo estimativas recentes e confiáveis de Castro / Araújo e Oliveira (1993: 21), o número absoluto de analfabetos no Brasil se movimenta em torno de 39,5 milhões de brasileiros acima de 15 anos de idade (em 1990) e 38,7 milhões estimados para o ano 2010, passando da marca de 40 milhões no ano 2000.

mando, a partir da ótica interna, plenamente as críticas feitas pelos organismos internacionais.⁹

O segundo momento: o olhar interno

Quando lemos os diagnósticos feitos pelas equipes de técnicos do Banco Mundial, das Nações Unidas e da UNESCO durante os anos 90, não podemos deixar de perguntar:

1. Estariam esses diagnósticos corretos?
2. Seriam satisfatórias as explicações neles dadas?
3. Seriam as terapias sugeridas capazes de reverter o quadro pessimista pintado?

Minha crítica ao «Índice do desenvolvimento humano» (HDI) não se volta contra o que ele expressa e denuncia (pois nisso ele está correto), mas contra aquilo que ele omite e não denuncia. Seus autores confundiram «desenvolvimento humano» com «bem estar». Um «verdadeiro» índice do desenvolvimento humano (HID), teria, no meu entender, que incluir aspectos

⁹ Numa série de reportagens publicada pela *Folha de São Paulo* sobre a «República da Ignorância» (Setembro a Dezembro de 1991), os exemplos se multiplicaram, denunciando-se inclusive o «fracasso» da experiência dos CIEPs, de responsabilidade de Darcy Ribeiro durante os dois governos de Leonel Brizola no Rio. Segundo os cálculos de Marly de Abreu Costa, um aluno do CIEP custava US\$ 1457,00 por ano, enquanto um aluno da escola municipal comum no Rio custava apenas US\$ 468,00 (cfr. matéria publicada no Caderno 1 de 8 de Setembro de 1991, pág. 15, da *Folha de São Paulo*).

Cálculos semelhantes foram realizados posteriormente para os CIACs (Centros Integrados de Assistência à Criança) do governo Collor, e até mesmo para os CAICs (Centro de Atenção Integral à Criança) do governo Itamar. Os altos custos desses projetos «inovadores» são justificados pelos seus idealizadores defensores com outros argumentos: os elevados custos decorrem de custos de construção (de prédios novos da marca de Oscar Niemayer ou do arquiteto Lelé), por um lado, e por outro, das prestações de serviços (dentário, médico, esportivo, bibliotecário) além das aulas diárias ministradas.

políticos e humanos tais como liberdade política, cidadania, respeito aos direitos humanos, defesa do meio ambiente, preservação da paz interna e externa, entre outros.

Incluindo-se tais critérios, seria impossível comparar o Brasil com o Irak, Siri Lanka, Servia, Bosnia-Herzegovina, África do Sul ou outros países envolvidos em guerras civis, étnicas, religiosas ou em conflitos belicosos com seus vizinhos.

Em favor do Brasil pesaria a sua redemocratização plena e não sangrenta, depois de 21 anos de autoritarismo (reinstaurando-se todos os direitos políticos e assegurando-se novamente os direitos humanos), a ausência de conflitos religiosos, como observados até recentemente na Irlanda do Norte, ou conflitos raciais, como ainda virulentos sob o governo de Nelson Mandela na África do Sul, ou até mesmo a ausência de guerra civil, como observadas em Siri Lanka ou na antiga Iugoslávia. Se houvesse um esforço de incluir esses aspectos no HDI, o Brasil certamente melhoraria o seu «ranking» na escala subjacente ao HID, saltando do 63º lugar (1994) para um lugar fictício entre 63º e 42º (perto de Portugal).

Os relatórios mundiais têm a vantagem de situar o Brasil no contexto de 130 nações (em 1990) e 173 nações (em 1994), examinadas em seu conjunto, permitindo comparações ao mesmo tempo benéficas e dolorosas. Em consequência da abrangência desses relatórios, eles por vezes pecam em profundidade e diferenciação dos dados, omitindo causas históricas e condições macro-estruturais que os geraram. Por isso, torna-se necessária e enriquecedora a complementação dos estudos, a partir do olhar interno. Esse permite reconstruir, no decorrer do processo histórico, os momentos decisivos da educação brasileira, fornecendo senão uma explicação «lógica», uma compreensão sociológica da situação de hoje. Essa compreensão do funcionamento dos mecanismos políticos e econômicos que determinam o processo educacional no interior da sociedade brasileira podem fornecer a chave para a compreensão do passado e oferecer os elementos para uma correção do processo no presente e no futuro.

Economistas, sociólogos, cientistas políticos e antropólogos, preocupados em compreender a «realidade brasileira», convergem em seus estudos em pelo menos um ponto: a «realidade brasileira» tem suas origens em três períodos decisivos para a formação da Nação brasileira:

1. três séculos de colonialismo português (1500-1822),
2. três décadas de intensa industrialização na «era Vargas» (1930-1954) e
3. vinte e um anos de Regime Militar (1964-1985).

A reconstrução das «Grandezas e Misérias do Ensino no Brasil» (Werebe 1993) para esses três períodos permite concretizar o olhar interno e mergulhar no interior do «mundo vivido», conforme sugerido por Habermas (1981). Reincidiremos sobre as práticas cotidianas, a tradição do sempre igual, partilhando um saber que «todos» têm, mas que, à luz das críticas externas, focaliza, sob outra luz, suas raízes históricas e suas consequências políticas.

Ao recapitular este saber, não estou renovando, mas confirmando e reassegurando de forma intersubjetiva o que todos já sabem: a crise permanente da educação brasileira.

O período colonial (1500-1822)

Na interpretação de Cardoso / Faletto (1969), que coincide em linhas gerais com os estudos econômicos de Celso Furtado (1962) e Caio Prado Júnior (1970) e até mesmo do Gilberto Freyre de *Casa Grande e Senzala* (1939), a economia brasileira baseava-se no latifúndio, na monocultura e na mão-de-obra escrava. A produção voltada para o mercado mundial (daí o «modelo agroexportador») era assegurada por escravos importados da África que dispensavam de qualquer forma de educação. Tanto a Coroa Portuguesa quanto a Igreja Católica, que durante o período colonial controlavam o processo educacional no Brasil, não demonstravam nenhum interesse especial

em institucionalizar um sistema de ensino além dos limites restritos às necessidades econômicas e políticas imeditas do Brasil colonial (Azevedo 1964; Fernandes 1969; Freitag 1975; Berger 1976).

Encontram-se aqui as «raízes» da «República da Ignorância», denunciada pela *Folha de São Paulo* em sua série sobre a crise da educação brasileira.¹⁰

O período Vargas (1930-1954)

Em 1930, apoiado pelo movimento dos tenentes e pela classe trabalhadora urbana, Vargas tornou-se Presidente da República através de um golpe de Estado. Depois de um breve interlúdio democrático, transformou o seu governo em ditadura (1937-1945), sendo posteriormente reeleito pelo sufrágio universal para o período de 1950-1954 que terminaria com o seu suicídio. Neste período, o governo tentou modernizar a sociedade brasileira, fazendo o pacto com as velhas oligarquias, a classe operária urbana, os militares e os modernos setores financeiros (cfr. Bodea 1991). Fazia parte deste processo de modernização, além da «substituição de importações» e da reorganização do poder político fora do «eixo do café com leite», a implementação de um sistema educacional oficial, até agora ausente no Brasil.

Durante as diferentes gestões de Vargas foi lançada a primeira legislação educacional brasileira, que determinava a obrigatoriedade do ensino de primeiro grau, a gratuidade neste nível de ensino oficial. Foram implementadas as primeiras escolas profissionalizantes (ensino técnico), de responsabilidade

¹⁰ No final do século XIX, a população «livre» contava aproximadamente nove milhões de pessoas, das quais somente 16 % eram alfabetizadas. Pouco antes da abolição da escravidão, em 1888, ainda havia 1,5 milhões de escravos, dos quais somente 0,1 % sabiam ler e escrever (cfr. Freitag 1976: 26, com dados de Azevedo 1964).

da União, e as primeiras Universidades públicas (cfr. Schwarzmann / Bomeny 1984).

Se o Brasil perde na comparação com seus vizinhos latino-americanos no que concerne os indicadores educacionais mais elementares, é preciso ter em mente que a primeira política educacional promovida pelo Estado inicia-se somente no século XX, quer dizer um século depois da proclamação da independência brasileira. Enquanto isso, os países de colonização espanhola já tinham universidades, fundadas pela Coroa de Espanha e pelo Vaticano, meio século depois da descoberta das Américas por Colombo (cfr. Steger 1974).

O enorme atraso do Brasil com relação aos seus vizinhos latinoamericanos, no que concerne a educação em geral (da primária à superior), tem sua origem nessa diferença dos padrões de colonização e das estratégias diferentes dos dois países colonizadores.

Mas é claro que não justifica, por que o Brasil independente demorou tanto tempo para tomar as primeiras medidas para recuperar o atraso, devido às diferentes estratégias de colonização de Portugal e Espanha.

O Regime Militar (1964-1985)

O período do autoritarismo militar que seguiu ao Golpe de Estado de 1964 é decisivo para compreender a crise educacional brasileira de hoje. A «internacionalização do mercado interno» significava a retomada, sob novas bases (agora amplificadas e com uma produção mais diversificada), do antigo modelo «agroexportador». Para assegurar as altas taxas de crescimento econômico, os salários foram congelados, o consumo de bens manufaturados «aristocratizado», o volume de exportações aumentado e diversificado, incluindo agora produtos industriais e semi-manufaturados, sob a égide de um Estado autoritariamente reestruturado.

Três paradoxos caracterizam a reorganização deste Estado:

1. o favorecimento da economia de mercado associado à crescente intervenção governamental que resultou em um maior «dirigismo» da economia pelo Estado;
2. a criação e o fortalecimento de empresas estatais, acompanhada de uma política protecionista, de cunho nacionalista, do mercado interno;
3. a intervenção do Estado (via política tributária e salarial), assegurando a concentração crescente da renda nas mãos de uma «burocracia estatal» (Cardoso), acompanhada da pauperização das massas urbanas e rurais.

Baixos salários, controlados pelo Estado, proibição de greves, censura da imprensa e dos meios de comunicação de massa, controle dos sindicatos, violação dos direitos humanos, abertura seletiva ao capital privado, transformaram-se nas condições internas para manter em vigor este modelo do «milagre» brasileiro (Furtado 1977; Fernandes 1976).

Encontra-se aqui a chave para a compreensão da questão da concentração crescente da renda, denunciada pelos Relatórios internacionais, que hoje é uma das mais crassas da América; concentração essa que «pesa» tão negativamente no cálculo do HDI brasileiro (cfr. UN-HDRs 1990-1994).

Durante o Regime Militar, à semelhança dos outros dois períodos já comentados, a educação foi ajustada ao modelo econômico e político, entre outras, com a ajuda de técnicos americanos (tratados MEC-USAID) e internacionais (Banco Mundial). O sistema educacional brasileiro foi todo reformado, transformando-se o modelo anterior, inspirado na tradição pedagógica francesa, em um sistema «novo», agora inspirado na tradição e filosofia pedagógica anglosaxônica (cfr. Góes / Rodrigues da Cunha 1985).

Durante o Regime Militar foi criado o MOBRAL que cooptou partes da metodologia de alfabetização de Paulo Freire, omitindo sua «conscientização política», com os resultados que já conhecemos. Foi ampliado o ensino primário compulsatório de quatro para oito anos e decretado obrigatório o ensino

profissionalizante no segundo grau, em escolas públicas e privadas. Também foi elaborada uma nova lei universitária (1968) com o objetivo de «despolitizar» as universidades e transformar o ensino de terceiro grau em um instrumento da promoção do crescimento econômico, seguindo-se, na época, os paradigmas da economia da educação de Schultz.

Encontram-se aqui as raízes para a distorção denunciada no UN-HDR 1991 de investimentos excessivamente altos para o terceiro grau em detrimento do primeiro grau de ensino.

A política educacional brasileira deste período autoritário que «inovou» com resultados positivos e negativos o sistema educacional brasileiro (como veremos no terceiro momento), foi, entre outros, um instrumento tecnocrático para reforçar os esquemas de concentração, incluindo no rol dos privilégios a própria educação, sob a forma de «capital cultural» (Pierre Bourdieu), acumulado pela classe no poder (cfr. Fernandes 1986).

O olhar lançado sobre o «mundo vivido», a vivência interna da realidade social e educacional da sociedade brasileira, como retratada e refletida pelos intelectuais e cientistas brasileiros, complementa a análise dos documentos internacionais, apresentados no início, como «ótica externa». Graças à perspectiva interna, foi possível localizar as origens históricas da crise da educação hoje, focalizando-se alguns mecanismos de inclusão e exclusão, privilegiamento e desprivilegiamento, poder e opressão. Um desses mecanismos é (e sempre foi) o próprio sistema educacional.

Terceiro momento: visão de conjunto

Ao abordar a questão da educação brasileira a partir de duas óticas, a externa e a interna, deixei guiar-me pela proposta habermasiana de integrar a perspectiva sistêmica à perspectiva do mundo vivido, com a promessa de um ganho em conhecimento real.

A visão de conjunto sugerida por Jürgen Habermas permite ponderar, selecionar, aprofundar e rejeitar os fatos apresentados e discutidos de forma unilateral por uma ou outra ótica. Associando o olhar objetivante e frio do observador externo, que se «arvora a ser Deus», à vivência subjetiva do ator envolvido na trama e atingido pelas «grandezas» e «misérias» da vida cotidiana, torna-se possível corrigir distorções introduzidas por ambas as óticas: desconhecimento dos fatos, nacionalismo e masoquismo exacerbados, julgamentos precipitados ou demasiadamente contextualizados. Mas a visão de conjunto também revela coincidências surpreendentes, complementações, reforço na argumentação levantada por vozes críticas dentro e fora do país.

Assim, a ótica externa e o olhar interno pintam o mesmo quadro: pobreza excessiva da grande maioria do povo brasileiro, devida à alta concentração de renda; altos índices de mortalidade, baixos níveis de expectativa de vida, índices inaceitáveis de analfabetismo, baixos índices de escolarização, devidos não à falta de recursos para as áreas sociais, mas à incompetência, incorreção, corrupção e irresponsabilidade de parte dos governantes das décadas passadas (Jaguaribe 1986a e 1986 b).

Quanto aos dados apresentados pelos Relatórios internacionais, há pouco a questionar, pois eles são fornecidos pelas próprias Secretarias de Educação (municipais e estaduais) e encaminhados, via o Departamento Internacional do MEC, aos organismos internacionais. Na pior das hipóteses, eles estão «maquiados», atenuando os aspectos mais gritantes da questão (cfr. Castro / Araújo e Oliveira 1993; Klein / Ribeiro 1991).¹¹

¹¹ No que concerne as estatísticas educacionais brasileiras, torna-se urgente, urgentíssimo, fazer um novo Censo Escolar, sério, exaustivo, confiável. O último (e único jamais feito) remonta ao governo João Goulart e foi realizado em 1963. Seus dados foram negligenciados pelo Governo Militar que assumiu o poder em 1964. Os cientistas sociais baseiam-se em estatísticas ultrapassadas, muitas vezes antiquadas de cinco a dez anos e ainda assim pouco confiáveis. Para resolver o problema da Educação no Brasil para o ano 2000, é preciso ter estatísticas corretas, depuradas das

Os estudos mais detalhados, realizados pelos cientistas sociais brasileiros, muitas vezes trazem à tona informações mais precisas (veja-se a «cultura da repetência» e a falsificação consciente ou inconsciente dos dados estatísticos), aprofundam e radicalizam as críticas, questionam as políticas federais, estaduais e municipais e propõem soluções que merecem a atenção tanto dos nossos governantes como dos críticos internacionais,¹² sediados no Banco Mundial, nas Nações Unidas em Nova York ou Genebra.

A visão de conjunto permite diferenciar melhor a análise da questão, buscar melhores explicações, ponderar as críticas merecidas, rejeitar as incabidas e sugerir as estratégias mais adequadas para a solução dos problemas mais prementes.

É possível afirmar contra os críticos internacionais e os masoquistas nacionais que nem tudo está perdido na área da educação brasileira. Há, até mesmo, razões para um certo otimismo como há saídas dignas para os problemas apontados, como tentarei mostrar em sete «visões síntese».

1. A comparação internacional permite dizer que o Brasil é o país que desde a Guerra do Paraguai não desencadeou nem teve conflitos bélicos com outros países (especialmente seus vizinhos), excetuando-se a participação restrita do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Enquanto isso, a Argentina teve sua Guerra das Malvinas, o Iraque a Guerra do Golfo, Sri Lanka (citada como «good boy» nos Relatórios internacionais) uma guerra civil sangrenta. O Brasil ainda mantém seus conflitos raciais bem abaixo dos níveis dos USA e da África do Sul (cfr. UN-HDR 1993). Nem mesmo a violência

distorções dos (falsos) dados de evasão e repetência, gastos em educação, etc. (cfr. denunciado por Castro / Araújo e Oliveira 1993).

¹² Veja-se, por exemplo, a inclusão de um texto de Cristóvam Buarque: «Brazil: From Inequality to Aparthation», como «Background Paper» para o Relatório do Desenvolvimento Humano das Nações Unidas de 1994 (UN-HDR 1994: 129).

- urbana e o narcotráfico, presentes no país, atingiram os níveis até agora observados na Colômbia, nos USA e até mesmo nos países Europeus. Em suma: O Brasil tem jeito!
2. O Brasil conseguiu redemocratizar-se, depois de 21 anos de ditadura militar, sem banho de sangue e com ampla participação popular (movimento das «diretas já», eleições presidenciais e locais «limpas» e controladas pelos tribunais Eleitorais). Há uma mídia livre e vigilante no país (que provocou o «impeachment» do Presidente Collor, denunciou o escândalo da Comissão do Orçamento no Congresso, ajudou a moralizar politicamente o país). Houve anistia aos políticos exilados (como Brizola, Arraes, Gabeira) que puderam fazer as suas carreiras políticas no Brasil redemocratizado. Novas forças e novos partidos políticos (PT, PSDB) emergiram, renovaram-se os quadros dos políticos «biônicos», pelo sufrágio universal. Vejam-se as últimas eleições para o Congresso Nacional (1994), onde até mesmo as mulheres (como Benedita, Marina Silva, Esther Grossi, Eva Blay, entre outras), algumas de origem extremamente humilde, conseguiram entrar com elevado número de votos. Em suma: A redemocratização foi dolorosa e sofrida, mas provou que as instituições democráticas no Brasil dos anos 90 funcionam.
 3. O Congresso votou uma nova Constituição em 1988, que, com todos os defeitos, é mais democrática que todas as anteriores. Essa Constituição acaba de ser reformulada, conforme previsto, e terá de sofrer novas correções. Apesar das demoras, uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi elaborada e votada pela Câmara, aguardando a aprovação, pelo Senado, no ano de 1995 (cfr. M. F. Pinheiro 1991). Portanto: Há uma base legal para o trabalho político dos governantes futuros com legitimação popular assegurada.

4. A primeira década depois dos governos militares mostrou que apesar das «crises de governo», da suposta «ingovernabilidade» do país e dos incessantes «escândalos» políticos que abalaram os três poderes (o «impeachment» presidencial do Executivo, a cassação de mandatos de Deputados envolvidos no «escândalo do orçamento», a prisão de juizes envolvidos em corrupção no caso do INPS / IAPAS), as instituições democráticas se revelaram ser mais fortes, as leis (bem ou mal) estão sendo respeitadas. Isto é: A redemocratização se fez dentro das instituições legais, acompanhada de uma crescente moralização política dessas instituições, respeitando-se as liberdades do cidadão.
5. Vários planos econômicos se sucederam para estabilizar a economia brasileira nesta última década (Plano Cruzado, Plano Collor, Plano Real), que procuram controlar a inflação, reduzir a dívida externa, conter a dívida interna, sanear os gastos públicos. A «cultura da inflação», que até agora mostrou grande capacidade de sobrevivência no Brasil, começa a ser desmontada, a exemplo do México, da Argentina e do Chile que conseguiram estabilizar suas economias. A população brasileira votou maciçamente em Fernando Henrique Cardoso como Presidente graças ao «seu» Plano Real (1994). A maioria da população brasileira votou pela estabilidade econômica e contra a «cultura da inflação». O Brasil tem tudo para dar certo!
6. Nem todas as críticas feitas pelos observadores externos e os analistas internos com relação à crise da educação brasileira têm fundamentos. As estatísticas dos últimos cinquenta anos mostram que nem tudo deu errado no campo da educação, havendo «ganhos» a registrar que precisam ser contabilizados positivamente:
 - a) As taxas de analfabetismo no Brasil apresentam uma tendência decrescente: 40 % em 1960; 34 % em 1970, 25 % em 1980, 18,7 % em 1990; 14,2 % (estimativas) para o ano

- 2000 (Freitag 1991 e 1992). E, uma tendência crescente na razão direta do aumento das faixas etárias. Quer dizer, o analfabetismo está literalmente «morrendo» (com o envelhecimento dos adultos acima de 40) e sendo erradicado na base (com o crescimento das taxas de escolarização) (cfr. *Plano Decenal 1993-2003* 1994: 101, tab. 6).
- b) A capacidade da rede de ensino de primeiro grau aumentou nesses últimos 50 anos quase *dez* vezes, enquanto a população global aumentou *quatro* vezes (em 1945, havia 3,5 milhões de crianças matriculadas no primeiro grau; em 1990, 24 milhões, com um primário ampliado de quatro para oito anos de escolaridade). As taxas de escolarização cresceram para a faixa etária de sete a quatorze anos de 36,2 % (em 1950) para 86,9 % em 1990 (cfr. *Plano Decenal 1993-2003* 1994: 110-111, tab. 9). Em 1991, já teria atingido 88,0 % (cfr. *World Bank-Report* 1994: 225).
 - c) Em nível secundário e universitário, houve uma expansão extraordinária de matrículas. No secundário, houve um crescimento de 200 % (na década de 1970 a 1980) e de 110 % (1980-1990), quer dizer, para a faixa etária dos estudantes de 15 a 18 anos (cfr. OREALC / UNESCO 1988, 1989, 1990, 1991). No nível universitário, a expansão foi de 500 % nos últimos vinte anos. O ensino privado foi grandemente responsável por esse considerável aumento quantitativo, em parte, em detrimento da qualidade. Em 1970, contavam-se 425.500 universitários matriculados em universidades brasileiras, em 1991 eram 1.581.900 (cfr. MEC 1993: 48, tab. 7). Há um esforço considerável de qualificar o corpo docente das universidades federais e estaduais públicas, criando-se um plano de carreiras e oportunidades sem par de qualificação no exterior e no país para doutoramento e pós-doutoramento (cfr. MEC 1993: 50-51, tab. 9-10).
 - d) Registram-se esforços substanciais na implementação e expansão do ensino profissionalizante no segundo grau e no sistema informal de ensino (SENAI, SENAC, etc.) (cfr. MEC 1993: 43-46).

Em síntese: Os dados podem ser interpretados duma maneira mais otimista do que a maioria dos comentários internacionais e nacionais faz supor.

7. O Brasil, comparado aos seus vizinhos e mesmo aos padrões do Primeiro Mundo (por tudo que foi exposto anteriormente), tem quadros de especialistas competentes, capazes de idealizar e concretizar reformas de base em todos os campos dos chamados «indicadores do desenvolvimento humano». Nas últimas décadas, estes quadros não foram devidamente aproveitados para a construção de um Brasil mais justo e mais digno, por razões aqui elucidadas. Desde a redemocratização do país, este quadro tem sido revertido. Cientistas Sociais e Educadores de renome têm tido ocasião de assumir secretarias e pastas importantes em todos os três níveis administrativos. O melhor exemplo é a eleição recente de Fernando Henrique Cardoso, sociólogo e crítico das «misérias» e «injustiças» da realidade brasileira nos anos 60, 70 e 80, para Presidente da República (1995-1999). Mas outros nomes precisam ser lembrados, especialmente para a área de educação. Aqui merecem destaque: Darcy Ribeiro, para Senador (1990-1998), Florestan Fernandes para Deputado Federal (1986-1994), que deram contribuições importantes para a «confecção» da nova LDB. Paulo Freire como Secretário de Educação, Marilena Chauí como Secretária da Cultura, ambos do governo petista de Erundina em São Paulo; Esther Grossi como Deputada Federal do PT, recentemente eleita (1995-1999); Silke Weber, Secretária de Educação do governo Arraes no Pernambuco; Edivaldo Boaventur, Secretário de Educação da Bahia, e assim por diante, sem esquecer, o Ministro da Educação do governo Itamar Franco, historiador, Murílio de Avelar Hingel; e o do atual governo, ex-reitor da Universidade de Campinas (UNICAMP), Paulo Renato Souza.

Se o ideal platônico de uma «República dos Filósofos» dificilmente será atingido no Brasil ainda neste final de

milênio, tudo indica, porém, que no milênio vindouro tanto representantes das classes oprimidas quanto intelectuais e cientistas brasileiros não ficarão à margem dos processos de humanização da sociedade brasileira, contribuindo para acelerar a implementação de uma sociedade mais justa no Brasil, o «País do Futuro» (como sonhava, em 1941, Stefan Zweig).

Uma última frase para terminar: Ha unanimidade entre os analistas externos e internos: O Brasil só continuará sendo um país subdesenvolvido nos próximos anos e décadas por «ma-landragem», pois tem todas as condições materiais, políticas e econômicas, mas também culturais, intelectuais e históricas para deixar de ser um «continente perdido», integrando-se na ciranda das Nações democráticas, preocupadas em implementar justiça e solidariedade entre seus cidadãos.

Bibliografia

- Azevedo, Fernando de (1964): *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*, São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Berger, Manfred (1976): *Educação e Dependência*, Porto Alegre; São Paulo: EDUFERS; Difel.
- Bodea, Miguel (1991): *Trabalhismo e Populismo: o caso do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre: EDUFERS.
- Buarque, Cristóvam (1994): «Brazil: From Inequality to Apartation», «Backgroundpaper» para o Relatório do Desenvolvimento Humano de 1994, Nova York: UNDP.
- Cardoso, Fernando Henrique / Faletto, Enzo (1971): *Dependencia y desarrollo en América Latina*, México; Argentina; Espanha: Siglo Veintiuno.
- Castro, Claudio de Moura / Araújo e Oliveira, João Batista (1993): *Ensino Fundamental e Competitividade Empresarial: uma proposta para a ação de governo*, São Paulo: Instituto Herbert Levy.

- Cunha, Luiz Antônio Rodrigues da / Góes, Moacyr de (1985): *Golpe na Educação*, Rio de Janeiro (veja-se também Cunha, Luiz Antônio Rodrigues: «El caso brasileiro», em: UNESCO / OREALC 1989: 111-223).
- Fernandes, Florestan (1976): *Circuito Fechado*, São Paulo: HUCITEC.
- Fernandes, Florestan (1965): *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, 2 vols., São Paulo: Dominus Editora.
- Freitag, Barbara (1975): *Die brasilianische Bildungspolitik*, München: Fink.
- Freitag, Barbara (1991): «Wirtschaftsentwicklung und Bildung in Brasilien», em: *Lateinamerika: Analysen — Daten — Dokumente* 16 (número especial sobre o Brasil: «Brasiliens Modernisierung unter Collor»), págs. 87-102.
- Freitag, Barbara: «Alfabetização e desenvolvimento social no Brasil», em: *Interdisciplinaridade: Revista Tempo Brasileiro* 108 (Janeiro - Março de 1992), págs. 69-82.
- Freyre, Gilberto (1945): *Brazil: An Interpretation*, Nova York (versão brasileira: *Interpretação do Brasil*, Rio do Janeiro: José Olympio, 1947).
- Freyre, Gilberto (1962): *Casa Grande e Senzala*, Rio do Janeiro: José Olympio.
- Furtado, Celso (1969): *A formação econômica do Brasil*, Rio do Janeiro: Paz e Terra.
- Furtado, Celso (1977): *Análise do modelo brasileiro*, Rio do Janeiro: Civilização brasileira.
- Habermas, Jürgen (1981): *Theorie des kommunikativen Handelns*, 2 vols., Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- IBGE (=Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (1991): *Anuário Estatístico do Brasil: 1990*, Rio do Janeiro: IBGE.
- Jaguaribe, Helio / Santos, Wanderley Guilherme dos / Abreu, Marcelo de Paiva / Fritsch, Winston / Ávila, Fernando Bastos de (eds.) (1986): *Brasil, 2000: para um novo pacto social*, Rio do Janeiro: Paz e Terra.

- Jaguaribe, Helio / Silva, Nelson do Valle e / Abreu, Marcelo de Paiva / Ávila, Fernando Bastos de / Fritsch, Winston (eds.) (1986): *Brasil: Reforma ou Caos*, Rio do Janeiro: Paz e Terra.
- Klein, R. / Ribeiro, S. C. (1991): «O censo educacional e o modelo de fluxo: o problema da repetência», em: *Relatório de pesquisa e desenvolvimento* 24/94 (1991).
- MEC (=Ministério de Educação) (1993a): *Educação no Brasil: situação e perspectivas*, Brasília: MEC
- MEC (1993b): *Linhas programáticas da educação brasileira 1993/1994*, Brasília: MEC.
- MEC (1994): *Plano Decenal de Educação para Todos 1993-2003*, Brasília: MEC.
- Paiva, Vanilda (ed.) (1984): *Perspectivas e dilemas da Educação Popular*, Rio do Janeiro: Graal.
- Pinheiro, Maria Francisca Sales (1991): «O público e privado na Educação Brasileira: o conflito na Constituinte (1987-1988)», tese de doutoramento aprovada na UnB, Brasília.
- Prado Júnior, Caio (1984): *História econômica do Brasil*, São Paulo: Brasiliense.
- Schwarzmann, Simon / Bomeny, Helena Maria / Costa, V. R. (1984): *Tempos de Capanema*, Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: EDUSP.
- Steger, Hans-Albert (1970): *As universidades no desenvolvimento social da América Latina*, Rio do Janeiro: Tempo Brasileiro.
- UN-HDR (1991-1994): = United Nations: *Human Development Report*, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, Oxford: Oxford University Press.
- UNESCO (=United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation) (1990a): *Basic Education and Illiteracy: World Statistical Indicators*, Paris: Office of Statistics.
- UNESCO (1990b): *Compendium of Statistics on Illiteracy: 1990 Edition*, Paris: Office of Statistics (Statistical Reports and Studies; 31).

- UNESCO / OREALC (=Oficina Regional para Educación en América Latina y Caribe) (1988): *Alternativas de alfabetización en América Latina y Caribe*, Santiago: UNESCO; OREALC.
- UNESCO / OREALC (1989): *Educación en la transición a la democracia: casos de Argentina, Brasil y Uruguay*, Santiago: UNESCO; OREALC.
- UNESCO / OREALC (1990): *Analfabetismo y alfabetización: mesa redonda*, Santiago: UNESCO; OREALC.
- UNESCO / UNICEF (=United Nations Children Funds) (1990): *Meeting Basic Learning Needs: A Vision for the 1990s; Background Document; World Conference on Education for All*, Nova York: UNESCO; UNICEF.
- Werebe, Maria J. (1994): *Grandezas e misérias da educação no Brasil*, São Paulo: Cortez (reedición).
- World Bank (1990-1994): *World Development Reports: 1990/1991/1992/1993/1994*, Oxford: Oxford University Press.

Luiz Alberto Moniz Bandeira (Frankfurt am Main)

A contribuição da Alemanha para o desenvolvimento industrial do Brasil

Durante o simpósio realizado em Heidelberg,¹ um dos colegas observou que eu não referi o contributo da imigração alemã ao desenvolvimento industrial do Brasil. Sem dúvida alguma, a imigração alemã foi muito importante para o Brasil, mas não constituiu o fator determinante no processo de industrialização. Entendo como industrialização do país sua passagem do estágio agro-exportador para o de fabricação predominante de manufaturas, sustentada pela indústria de máquinas e equipamentos. E neste particular, o que mais decisivamente colaborou para a transformação do Brasil de país agrário em país industrializado não foram os imigrantes, mas sim os capitais alemães que para lá afluíram, sobretudo, a partir de 1952. Não sou adepto da teoria da dependência, generalizadamente, porque no sistema capitalista mundial todos os países, dominantes ou dominados, são dependentes uns dos outros. Mas só se pode falar em país plenamente industrializado quando ele consegue desenvolver uma indústria de bens de capital capaz de sustentar a produção de bens de consumo duráveis e não-duráveis, e isto o Brasil o conseguiu, tanto que hoje possui uma indústria de bens de capital que, se não é completa, é quase completa e bastante integrada.² E

¹ Simpósio Interdisciplinar Teuto-Brasileiro «O Brasil no Processo de Transformação: Realidade e Percepções, Reflexão e Perspectivas», realizado entre 7 e 9 de Dezembro de 1994.

² O prof. Manfred Nitsch, da Universidade Livre de Berlim, comentou, no correr do debate, que os povos do Leste Europeu, ao contrário dos latino-americanos, se queixam que seus governos trataram de promover o desenvolvimento da indústria pesada em detrimento da produção de bens duráveis e não-duráveis de consumo. Certamente, houve nos países do antigo Bloco Soviético uma forte distorção na economia. Da mesma forma que o desenvolvimento de uma indústria de bens duráveis de consumo sem

desde há muitos anos exporta mais manufaturados (mais de 55 % para a Europa e os EUA) do que matérias-primas e produtos agrícolas. E, também neste setor, a contribuição da Alemanha foi deveras importante, sobretudo ao permitir-lhe ampliar a sua autonomia relativa na política internacional e levar os EUA a cooperarem para a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional, nos anos 40.

A importância da Alemanha na política exterior do Brasil, àquela época, já se evidenciou. Ao extinguir a Missão Militar que enviara a Berlim após a Segunda Guerra Mundial, o Governo brasileiro, como o primeiro da América Latina a reconhecer a RFA, encarregou o Embaixador Mário de Pimentel Brandão de chefiar, em Bonn, a Missão Especial junto à *Allied High Commission*. Essa Missão Especial tinha caráter civil e, ainda que não possuísse *status* político e diplomático, recebera a «delicada tarefa» de estabelecer *ex novo* todos os intercâmbios entre o Brasil e um país que constituía «o fulcro de toda política mundial em relação à Europa».³ Sem dúvida alguma, em meio da crescente escalada na Guerra Fria, a situação da RFA ainda se afigurava «precária», dado que sua estabilidade estava a depender do destino de toda a Alemanha, ainda ocupada, havia quase cinco anos, pelos exércitos dos EUA, Grã-Bretanha, França e URSS, e dividida, politicamente, em duas Repúblicas antagônicas, «de formação recente e de caráter provisório».⁴ Porém, mesmo diante de tais circunstâncias, o

uma correspondente indústria de bens de capital, setor justamente que permite a auto-sustentação e auto-transformação do capitalismo, gera graves dependências externas, o desenvolvimento apenas da indústria pesada, sem uma satisfatória fabricação de bens de consumo duráveis e não duráveis, cria situações de extremo desequilíbrio econômico, como aconteceu nos países europeus. O desenvolvimento industrial, portanto, deve ser o mais harmônico e equilibrado possível. E isto o Brasil, de certo modo, alcançou.

³ Instruções, confidencial, 921.(42)(81), Chanceler Raul Fernandes a Pimentel Brandão, Rio de Janeiro, 16 de Fevereiro de 1950, AHMRE-B, Bonn, Ofícios Expedidos, 1950/71.

⁴ *Ibidem*.

Brasil tinha seus próprios interesses e objetivos, máxime econômicos e comerciais, a alcançar. O mercado alemão oferecia ao seu comércio exterior «grandes perspectivas», segundo a percepção do Itamaraty, pois havia produtos que ali sempre encontraram canais de escoamento e que, com a eclosão da guerra contra o Eixo, ficaram a depender de reduzido número de países importadores. Por outro lado, a abertura do mercado da Alemanha Ocidental tornava-se «imprescindível», por modo a «contrabalançar [...] a dependência» em que as importações, realizadas pelo Brasil, encontravam-se em relação aos EUA e, em desviando-as, economizar dólares para atender aos encargos do balanço de pagamentos.⁵ Este, aliás, constituía, àquela época, um problema de fundamental importância. O Brasil, ao término da Segunda Guerra Mundial, dispusera de um saldo de US\$ 500 milhões.⁶ Mas, ao invés de investir tais recursos em máquinas, ferramentas, meios de transporte e de comunicação, bem como na compra de outros bens imprescindíveis, o Governo do Presidente Enrico Dutra (1946-1951), orientado pela doutrina do liberalismo econômico, permitiu que aquele saldo se esvaísse quase exclusivamente, com importações de artigos de luxo — automóveis norte-americanos, aparelhos eletro-domésticos, jóias de imitação e artigos de matéria plástica. Além do mais, como a Grã-Bretanha, da mesma forma que a França, países com os quais a maior parte do saldo se encontrava, bloqueara o curso da libra e tanto não dispunha de mercadorias para atender à demanda quanto não tinha interesse em liquidar seus débitos comerciais atrasados, o Governo Dutra foi induzido a comprar — e o mesmo aconteceu com o do General Juan Domingo Perón na Argentina — as empresas ferroviárias (todas de capital britânico) São Paulo Railway

⁵ *Ibidem.*

⁶ Ofício nº 340, Embaixador Luiz de Faro Júnior ao Chanceler Vicente Rao, Bonn, 9 de Dezembro de 1953, Bonn, Ofícios, Setembro/Dezembro de 1953, AHI-MDB 7/5/7.

(Estrada de ferro Santos-Jundiaí), Leopoldina Railway e Great-Western, que constituíam enormes sucatas.

O Brasil, cuja indústria textil muito progredira e suas exportações, devido ao isolamento da Europa, chegaram a ocupar, em 1943, o segundo lugar na pauta do comércio exterior, com uma participação de 13 %, perdera também a maioria dos mercados, conquistados durante a guerra e nos dois anos subsequentes, quando se tornara o mais importante fornecedor de todos os países da América do Sul e até mesmo da União Sul-Africana,⁷ no que se referia aos suprimentos de algodão.⁸ Destarte, uma vez que, em 1947, o valor das importações brasileiras ultrapassara o das exportações, deixando um *deficit* de US\$ 53 milhões, e nada mais restava do saldo positivo em dólares, os atrasados comerciais alcançaram a cifra de US\$ 82 milhões, o que atingiu o crédito do país e provocou a suspensão dos fornecimentos. O Governo Dutra, por modo a enfrentar a crise, estabeleceu então o sistema de licença prévia para as importações e conteve a entrada de automóveis, a possibilitar ligeira melhoria na balança comercial, que apresentou um *superavit* de US\$ 88 milhões, em 1948, e de US\$ 17 milhões, em 1949, ainda assim insuficiente para atender aos compromissos financeiros, os serviços da dívida externa e dos capitais estrangeiros aplicados no Brasil. E esta situação se tornou angustiante, dado que a continuidade do desenvolvimento nacional exigia vultosas importações, inclusive para a reposição do material produtivo desgastado, o que a situação das contas externas não permitia. A origem da crise cambial, portanto, estava no fato de que a capacidade do Brasil para importar crescera, a longo prazo, em ritmo inferior ao do aumento da renda nacional. E, por modo a superar tal situação, a elevação do *quantum* das exportações brasileiras, cuja parti-

⁷ A atual República da África do Sul.

⁸ Ofício nº 340, Embaixador Luiz de Faro Júnior ao Chanceler Vicente Rao, Bonn, 9 de Dezembro 1953, Bonn, Ofícios, Setembro/Dezembro de 1953, AHI-MDB 7/5/7.

cipação no mercado mundial diminuiria, constituía fundamental necessidade, razão pela qual o restabelecimento do comércio com a Alemanha se afigurava imprescindível, uma vez que abriria a diversos produtos novos canais de escoamento e possibilitaria igualmente reduzir as importações da área do dólar, a aliviar a extrema dependência do Brasil em relação aos EUA.

Esta dependência tornara-se incômoda tanto mais quanto o Governo Dutra, no contexto da Guerra Fria, alinhara o Brasil incondicionalmente com os EUA, ao ponto de proscrever o Partido Comunista e romper relações diplomáticas e comerciais com a URSS, sem nada receber em contrapartida por tamanha devoção. O próprio Secretário de Estado, Dean Acheson, compreendeu o problema e advertiu o Presidente Truman que Getúlio Vargas, cuja candidatura à Presidência do Brasil o Partido Trabalhista Brasileiro promovera e sustentava, atacaria o Governo Dutra por não ter conseguido maior colaboração econômica e financeira dos EUA, aos quais faria, se eleito, agressivas e persistentes reivindicações.⁹ Por sua vez, poucos meses depois de inaugurado o segundo Governo Vargas (1951-1954), o Embaixador da Grã-Bretanha, Neville Buttler, percebeu que ele tentaria conter a influência dos EUA, de cujas diretrizes políticas e militares o Brasil não seria «dócil adepto», e trataria de a ela contrapor os interesses da Europa.¹⁰ Realmente, desde a campanha eleitoral, Vargas passara a criticar o Governo Dutra — e continuou a fazê-lo mesmo quando já se encontrava no exercício da Presidência da República — por gastar no exterior centenas de milhões de cruzeiros da reserva nacional,¹¹ bem

⁹ *Memorandum*, secreto, Dean Acheson a Truman, Departamento de Estado, Washington, 1 de Maio de 1950. Harry S. Truman Library Papers of HST — President's Secretary's File.

¹⁰ Despacho nº 154, secreto, Buttler a Morrison, Rio de Janeiro, 4 de Julho de 1951, Seção 1ª, PRO-FO 371-90563.

¹¹ Pronunciamento de Vargas na noite de 31 de Dezembro de 1951. Bericht, Conseheiro Hans U. von Marchtaler ao Auswärtiges Amt, Rio de Janeiro, 4 de Janeiro de 1952, Auswärtiges Amt, AA-PA, Band 2, 205-00/9 2 205-

como não escondeu seu ressentimento, da mesma forma que grande parte das elites brasileiras, tanto políticas quanto militares, com o fato de que os EUA, através do *Plano Marshall*, alocaram vultosos capitais na Europa, sobretudo para a reconstrução da Alemanha e da Itália, nações contra as quais lutara na Segunda Guerra Mundial, enquanto que em nada cooperaram para o desenvolvimento do Brasil.¹² Tal ressentimento, aliás, começara a manifestar-se dentro do próprio Governo Dutra e tão agudo se tornara que o Embaixador Mário de Pimentel Brandão, quando ao Itamaraty transmitiu, em 1950, a informação de que os Altos Comissários Aliados impugnaram a instalação de consulados alemães no Rio de Janeiro e em Santiago do Chile porque consideravam «a liberdade de ação do governo alemão na América Latina [...] como da maior inconveniência», ressaltou que

*O Plano Marshall já nos sacrificou bastante em favor da Europa.*¹³

O nacionalismo brasileiro já estava, então, a recrudescer. E, quando a RFA, em processo de recuperação da soberania, enviou, em 1951, ao Rio de Janeiro o primeiro Embaixador, Fritz Öllers, este logo compreendeu que o Brasil, dentro da moldura de suas obrigações internacionais, implementava uma política exterior, fundamentada sobre os próprios interesses nacionais, e seria, portanto, equivocado descrevê-lo como um

00 Tg G. Nr. 9/52.

¹² Telegrama, secreto, Embaixador Herschell V. Johnson ao Departamento de Estado, Rio de Janeiro, 9 de Maio de 1952, 8 p. m. NA 800-05/325-952; Telegrama — *Memorandum*, confidencial, a) Sterling J. Cottrel, Office of South America Affairs, Washington, 12 de Janeiro de 1953, NA 932/512/1-1253.

¹³ Ofício nº 12, confidencial, Pimentel Brandão a Raul Fernandes, Bonn, 13 de Junho de 1950, AHMRE-B, Bonn, 1950/56.

«satélite dos EUA», conforme o fizera Otto Grotewohl, um dos dirigentes da RDA.¹⁴

Evidentemente, em um país com minério de ferro em abundância, um parque manufatureiro de bens de consumo, sobretudo textéis, já implantado, uma população da ordem de 55,5 milhões de habitantes,¹⁵ a crescer a taxas bastante elevadas e em rápido ritmo de urbanização, o funcionamento, a partir de 1946, do complexo siderúrgico em Volta Redonda — a primeira usina para produção de aço em grande escala instalada na América Latina — ainda mais estimulava a expansão das forças produtivas do capitalismo e as crescentes necessidades do processo de industrialização passaram a condicionar o interesse nacional e a determinar o sentido de sua política e de suas relações exteriores. De qualquer forma, o Brasil tendia a afastar-se dos EUA, que, *de facto*, consideravam a Europa como sua primeira prioridade, devido à proximidade da URSS, e tratavam de manter os países da América Latina, situados à retaguarda, como fornecedores de matérias-primas estratégicas para as suas indústrias de armamentos. E Vargas, desde os primeiros meses de sua administração, empenhou-se no sentido de compensar a dependência do Brasil em face dos EUA, buscando na Europa mercados para suas exportações, sobretudo de café, e novas fontes de capital, equipamentos e tecnologia.¹⁶ Naturalmente, havia dificuldades. O Embaixador Pimentel Brandão, já em 1950, acentuava que o *Plano Schumann* tinha como uma de suas principais finalidades a *mise en valeur* do continente africano, o que equivalia à criação de perigoso concorrente para os produtos naturais do Brasil, pois lá a França ainda possuía diversas colônias. Segundo ele, a perda do mercado europeu para as matérias-primas brasileiras era a perspectiva que então

¹⁴ Bericht, Embaixador Fritz Öllers ao Auswärtiges Amt, Rio de Janeiro, 27 de Março de 1952, AA-PA, Band 2, 205-209, Tgb. Nr. 841 II/52.

¹⁵ *Ibidem*.

¹⁶ Despacho nº 202, M. S. William a K. G. Younger, Rio de Janeiro, 23 de Agosto de 1951, PRO-FO 371-90363.

se configurava.¹⁷ Por isto, recomendara como a «única política séria» a ser adotada pelo Brasil com a «mais enérgica decisão» a de

aproximação intensa e multiforme [...] com a Alemanha, demandando [...] um esforço persistente e decidido para que essa aproximação se faça da maneira mais rápida e completa.¹⁸

Diante daquelas circunstâncias, dentro do contexto internacional bipolar da Guerra Fria, ao Brasil, na condição de país do Ocidente, só restava a opção de voltar-se para a Alemanha, que como Phoenix da cinzas ressurgia. A RFA tinha igualmente interesse em abrir ou reconquistar os mercados, perdidos pelo *III Reich* durante a Segunda Guerra Mundial, e o Brasil afigurava-se-lhe tão importante que, em começo de 1951, enviou ao Rio de Janeiro o *Ministerialdirektor* do *Bundeswirtschaftsministerium* (Ministério Federal da Economia), Barão von Maltzan, como Chefe da Missão Comercial, a fim de negociar um acordo de comércio e um convênio de pagamentos. Poucos meses depois, Carl Spiecker, amigo de Theodor Heuss, Presidente da RFA, visitou também o Brasil e outros países da América do Sul, com o objetivo de colher várias informações especialmente políticas e culturais. E outra vez o Barão von Maltzan voltou ao Rio de Janeiro, em 1951, como Chefe da Missão Especial, às cerimônias de posse de Getúlio Vargas na Presidência da República, por ele considerado um acontecimento de «grande transcendência», motivo de homenagens até então jamais concebidas e prestadas a uma personalidade ou a um país através de todo o mundo ocidental, o que significava «o reconhecimento da importância econômica e política da América do

¹⁷ Ofício nº 12, confidencial, Pimentel Brandão a Fernandes, Bonn, 13 de Junho de 1950, AHMRE-B, Bonn, 1950/56.

¹⁸ *Ibidem*.

Sul».¹⁹ Na oportunidade, ele manteve conversações com as novas autoridades, os Ministros da Fazenda, Ricardo Jaffet, das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura, e o próprio Presidente Vargas, que manifestou o desejo de construir melhores relações com a Alemanha, adiantando que o Brasil tinha muitos artigos interessantes para exportação.²⁰ Sem dúvida alguma, o Brasil possuía enormes reservas de matérias-primas estratégicas e não se conformava com o fato de depender, havia 80 anos, da produção dos EUA, conforme, posteriormente, o próprio Chanceler João Neves da Fontoura salientou para Fritz Öllers, quando este, em meados de 1951, chegou ao Rio de Janeiro para apresentar as credenciais como o primeiro Embaixador da RFA na América do Sul.²¹ O Governo brasileiro estava então convencido de que a guerra entre os EUA e a URSS mais cedo ou mais tarde ocorreria, razão pela qual pretendia aproveitar o prazo restante para impulsionar, em ritmo acelerado, o processo de industrialização do país, atraindo fábricas alemãs para que se instalassem no território nacional. Aliás, o próprio Vargas também manifestou esse desejo, pessoalmente, durante a conversa com o diretor do Serviço de Informações Econômicas de Bonn, Hans Fuchs, ao referir-se, *expressis verbis*, ao exemplo da Mannesmann, então disposta a instalar-se em Minas Gerais²² para produzir 60 000 toneladas de tubo e 20 000 toneladas de aço. E, neste particular, à Alemanha cabia, segundo Fuchs, uma importância toda particular, visto que só ela oferecia a possibilidade de libertar, de certo modo, o Brasil dos

¹⁹ Bericht über die deutsche Sondermission zum Regierungsantritt des Bundespräsidenten von Brasilien, Getúlio Vargas, in Rio de Janeiro am 31. Januar 1951, a) Dr. von Maltzan, Frankfurt, den 12. 2. 1951, AA-PA, Ref. 210-01/9.

²⁰ *Ibidem*.

²¹ Bericht Nr. 48, Öllers ao Auswärtiges Amt, Rio de Janeiro, 2 de Julho de 1951, AA-PA, Ref. 210-02/9, Band 1.

²² Bonner Privat-Informationen, Bonn, 7 de Setembro de 1951, Anexo ao Ofício nº 5, Faro Júnior a Fontoura, Bonn, 2 de Janeiro de 1952, Bonn, Ofícios, Janeiro / Abril de 1952, AHI-MDB 7/5/1.

«fortes laços unilaterais» que o ligavam aos EUA.²³ Mas aí também sua chance residia. E a Alemanha devia aproveitá-la, antes que os EUA a cortassem, o que fariam tão pronto deixassem de voltar suas atenções apenas para a produção de armamentos.²⁴ Fuchs informou, então, que, até meados de 1951, cerca de 40 projetos alemães, dos mais diferentes ramos industriais, encontravam-se em fase de estudos, com a perspectiva de realização no Brasil, onde indústrias da Suíça, Bélgica, Holanda e, sobretudo, França igualmente demonstravam interesse em investir.²⁵

Não restava a menor dúvida de que o ressurgimento da Alemanha como potência comercial significava um forte alento para o Brasil, essencialmente porque a perda da Europa Oriental, que caíra sob o controle dos comunistas, impelia-a a voltar-se mais e mais na direção do Ocidente, a competir nos mercados onde a Grã-Bretanha e os EUA estabeleceram absoluto predomínio desde o início da Segunda Guerra Mundial. Em 1953, as exportações da RFA equivaleram a mais da metade das efetuadas pela Grã-Bretanha, o que notável feito configurava, dado que elas representaram cerca de 91 % entre 1929 e 1937.²⁶ A expansão do comércio com o Ocidente, máxime com a América Latina, não evitava, entretanto, que a RFA pretendesse também reconquistar seus antigos mercados no Leste Europeu. Este intuito se evidenciara, nitidamente, quando o *Bundestag* (Parlamento alemão) decidiu, por unanimidade, recomendar o reatamento de relações normais com os países do Bloco Soviético, com os quais os Aliados ampliavam seu intercâmbio, não obstante ainda imporem restrições à RFA. Em 1951, a Grã-Bretanha vendera-lhes mercadorias no montante de DM 360 milhões, contra exportações de DM 300 milhões, realizadas pela

²³ *Ibidem.*

²⁴ *Ibidem.*

²⁵ *Ibidem.*

²⁶ Ofício nº 290, Faro Júnior ao Chanceler Vicente Rao, Bonn, 29 de Outubro de 1953, Bonn, Ofícios, Setembro / Dezembro de 1953, AHI-MDB 7/5/7.

RFA, segundo revelação do seu Ministro da Economia, Ludwig Erhard.²⁷ A reabertura dos mercados da Europa Central e Oriental continuava a ser, portanto, de suma importância para a RFA, na medida em que, dentro de sua esfera natural de influência econômica, representavam o melhor escoadouro para sua produção, «sem comparação possível com os mercados de ultramar», o que os tornava «insubstituíveis».²⁸ Esta era a percepção do Embaixador brasileiro Luiz de Faro Júnior, para quem o reatamento das trocas comerciais entre a Alemanha e os países do Leste Europeu favoreceria, indiretamente, mas talvez de forma considerável, as exportações do Brasil, uma vez que ela sempre servira como centro de redistribuição de produtos tropicais, dos quais abastecia aqueles mercados, onde havia maior procura dos baixos tipos de café.²⁹

De qualquer modo, o Brasil realmente urgia aumentar as exportações para a RFA. Em 1952, elas totalizaram apenas DM 312,6 milhões, enquanto suas importações alcançaram o montante de DM 646,5 milhões, deixando um *deficit* de DM 333,9 milhões, apesar de que, no meado do ano, o Governo Vargas as suspendesse, provisoriamente, com o intuito de estabelecer o equilíbrio na balança comercial, ao mesmo tempo em que a Bonn enviava o Ministro Plenipotenciário João Alberto Lins de Barros, como chefe de uma Missão Especial, encarregada de negociar novo ajuste e examinar as «imensas possibilidades de investimentos alemães no Brasil».³⁰ Este era

²⁷ Ofício nº 85, Faro Júnior a Fontoura, Bonn, 3 de Junho de 1952; *Memo-randum* nº 26, Mês Econômico, Maio, 1952, Embaixada em Bonn /85/1952, Anexo único, Bonn, Ofícios, Maio-Agosto de 1952, AHI-MDB 7/5/2.

²⁸ Ofício nº 143, Faro Júnior a Pimentel Brandão, Ministro de Estado interino, Bonn, 24 de Junho de 1953, Bonn, Ofícios, Abril / Junho de 1953, AHI-MDB 7/5/5.

²⁹ *Ibidem*.

³⁰ Ofício nº 101, Faro Júnior a Fontoura, Bonn, 1 de Julho de 1952; *Memo-randum* nº 27, Mês Econômico, a) Ezequiel Ubatuba, Embaixada em Bonn 101/1952/, Anexo único, Bonn, Ofícios, Maio / Agosto de 1952, AHI-MDB

um fato muito surpreendente. Sete anos após o término da guerra, com uma renda nacional de DM 111 bilhões e investimentos da ordem de DM 20,4 bilhões, em 1951,³¹ a Alemanha já então se preparava para recomeçar, igualmente, a exportação de capitais. A Krupp A. G. dispunha-se, àquela época, a montar, provavelmente no Rio de Janeiro, uma planta para fabricação de locomotivas.³² Também a Volkswagen pretendia instalar uma fábrica em São Paulo e várias empresas, tais como a Rowenta Metallwarenfabrik e J. Trapp (metalúrgicas), Erich Goetze (aparelhos radiológicos e de raio X); Hummel-Werke (motocicletas), Gutehoffnungshütte (adubos químicos) e Glasinstrumentefabrik Willich (seringas para injeção), manifestavam interesse de instalar-se no Brasil, para onde desejavam transferir máquinas e equipamentos sem cobertura cambial, mas com o direito de os registrar, nos termos da lei, como investimento estrangeiro e promover a remessa de lucros e dividendos para o exterior ou mesmo a repatriação do capital, sob a forma de numerário.³³

Àquela época, apesar das dificuldades, as companhias norte-americanas já se orientavam no sentido de construir fábricas de automóveis (não só para montagem) em São Paulo, por modo a não perder o mercado brasileiro. A Ford planejava produzir caminhões e tratores. E a General Motors tinha um projeto para fabricação de veículos de carga, com 80 % de peças nacionais. Entretanto, elas temiam, sobretudo, que o Governo brasileiro fizesse concessões à Alemanha, como defesa contra a importa-

7/5/2; Ofício nº 137, Faro Júnior a Fontoura, Bonn, 5 de Junho de 1953; *Memorandum* nº 38, Mês Econômico, Embaixada em Bonn, 137/1953/, Anexo único, Bonn, Ofícios, Julho / Agosto de 1953, AHI-MDB 7/5/6.

³¹ Ofício nº 79, Faro Júnior a Fontoura, Bonn, 28 de Maio de 1952, Bonn, Ofícios, Maio / Agosto de 1952, AHI-MDB 7/5/2.

³² Ofício nº 183, Faro Júnior a Fontoura, Bonn, 5 de Novembro de 1952; *Memorandum* nº 31, Mês Econômico, Embaixada em Bonn 183/1952/, Anexo único, AHI-MDB 7/5/3.

³³ Ofício nº 240, Manoel Pio Corrêa Júnior, Encarregado de Negócios, a Vicente Rao, Bonn, 28 de Setembro de 1953, Bonn, Ofícios, Setembro / Dezembro de 1953, AHI-MDB 7/5/7.

ção de automóveis, e outros favores até que a indústria automobilística nacional adquirisse competitividade.³⁴ Realmente, não apenas a Volkswagen, mas também a Mercedes-Benz se preparava para instalar uma fábrica no Brasil. Já adquirira um terreno de 200 000 m², na Via Anchieta, entre a cidade de São Paulo e o porto de Santos, bem como cerca de US\$ 1,5 milhão em máquinas e equipamentos, que, em Hamburg, apenas aguardavam para embarcar a licença de importação solicitada ao Governo brasileiro.³⁵ E ao que tudo indicava, não haveria problema em obtê-lo. Tanto o projeto da Mercedes-Benz quanto o da Volkswagen correspondiam ao objetivo de nacionalizar a produção da indústria automobilística e por esta razão, durante o Governo Vargas, a tendência no sentido de favorecer as empresas alemãs estava a crescer não só nas Forças Armadas como também nos círculos do Itamaraty. Aliás, não fosse a concorrência da Volkswagen e da Mercedes-Benz, a investirem, desde 1953, em projetos para fabricação (não apenas montagem) de automóveis e caminhões no Brasil, a Ford e a General Motors provavelmente nunca o fariam, pois pretendiam conservar o mercado para as suas exportações, a partir dos EUA.

Ao recomendar uma rápida solução para o problema dos bens (*Vermögen*) alemães confiscados durante a guerra, o qual ainda entorpecia a relação entre o Brasil e a RFA, o Embaixador Álvaro Teixeira Soares, Chefe da Divisão Política do ministério das Relações Exteriores, perguntou:

[...] Qual o grande país europeu que nos poderia fornecer técnicos e aparelhamento, a preços mais baratos e em condições mais vantajosas que os norte-americanos? Qual o grande país que, diferentemente dos EUA, tem interesse em ajudar-nos no processo de nossa industrialização? [...] Qual o país que tem possibilidade muito grande de oferecer-nos o *know how* de técnica, operários especializados, maquinaria e até mesmo capitais?

³⁴ Bericht, Tgb. Nr. 2149/53, Generalkonsulat der Bundesrepublik Deutschland an das Auswärtige Amt, São Paulo, den 10. 12. 1953, AA-PA, Ref. 415, Band 44.

³⁵ *Ibidem*.

E ele próprio respondeu:

Esse país só pode ser a Alemanha.³⁶

O Embaixador Teixeira Soares, referindo-se ao caso da Companhia Nacional de Alcalis, «cujos capitais buscados em vão nos EUA», após seis anos de luta e «constantemente bloqueados pela Dupont de Nemours», foram finalmente obtidos na França, «sem maiores dificuldades», ressaltou que,

Neste particular, teremos de vencer resistências de certo ponto do quadrante — para sermos mais claros, os EUA —, porque interesses criados na órbita do dólar vêm obstando a que floresça um comércio eficiente e crescente com a Alemanha: é, mais que isso, que a Alemanha nos proporcione assistência técnica, maquinaria e capitais.³⁷

O nacionalismo, que o Governo Vargas exprimia, voltava-se, como nos demais países da América Latina, contra o predomínio dos EUA. E naturalmente buscou respaldo nos interesses europeus, mormente alemães, que o adensaram e lhe deram maior substância econômica, na medida em que estavam interessados em reconquistar os mercados perdidos, durante a Segunda Guerra Mundial, na América Latina. Entretanto, naquela conjuntura da Guerra Fria, ao agravar-se, durante os anos 50, a confrontação entre os dois pólos de poder internacional, a alguns círculos liberais e conservadores se lhes antolhava que qualquer manifestação contrária aos EUA resultava de manobra comunista, visando ao favorecimento da URSS. Por este motivo, *inter alia*, o Consulado-Geral da RFA em São Paulo procurou, cautelosamente, minimizar as notícias sobre a concorrência entre as companhias alemãs e norte-americanas,

³⁶ Informação para o Embaixador Pimentel Brandão, Secretário-Geral do Itamaraty, a Álvaro Teixeira Soares, Chefe da Divisão Política, Rio de Janeiro, 29 de Março de 1953, AHMRE-B 811(42)(00), Relações Econômicas, Financeiras e Comerciais, (78) a (816), 1947/67-9927.

³⁷ *Ibidem*.

inclusive sobre a criação da Comissão Mista Brasil-Alemanha para o Desenvolvimento Econômico, que muitos imaginavam vir a ser a sucessora da extinta Comissão Mista Brasil-EUA, com a finalidade de completar os projetos do Programa do Ponto 4.³⁸ A frequência com que a imprensa, a partir da publicidade em torno do projeto da Volkswagen, passara a abordar a questão parecera-lhe uma tentativa de jogar a Alemanha contra os EUA. E, sob sua inspiração, o jornal *O Estado de São Paulo* publicou um editorial, a afirmar que a RFA não tinha a intenção de estimular uma política econômica anti-norte-americana.³⁹

Quando o Governo Vargas caiu, em 24 de Agosto de 1954, a RFA já orientava suas relações comerciais e seus investimentos externos da direção, sobretudo, do Brasil, entre outros países da América do Sul, como Argentina, Chile, Colômbia e Uruguai. Apesar da crise de energia elétrica, dos reveses da política financeira bem como da relativa falta de matérias-primas, máquinas e peças de reposição, que importadas não podiam ser devido à escassez de divisas, a industrialização ali prosseguira, impetuosamente, e quem se excluísse daquele

³⁸ Bericht — 303-02 Tgb. Nr. 126/54, Generalkonsulat der Bundesrepublik Deutschland an das Auswärtige Amt, São Paulo, den 26. 1. 1954, AA-PA, Ref. 306, Band 90; A Comissão Mista Brasil-EUA fora criada pouco antes da posse de Vargas na Presidência da República (1951), a fim de equacionar os problemas e formular projetos de desenvolvimento, nos setores de transporte, distribuição e energia, entre outros. Mas o andamento dos trabalhos da Comissão Mista desapontou Vargas. E, entre Junho e Julho de 1953, o Departamento de Estado decidiu, unilateralmente, encerrar suas atividades. Veja-se Moniz Bandeira 1989: 30-39. Em informação, secreta e datada de 29 de Abril de 1953, o Embaixador Teixeira Soares propusera ao Secretário-Geral do Itamaraty, Embaixador Pimentel Brandão, a criação de uma Comissão Mista Brasil-Alemanha, no tipo da que com os EUA ainda funcionava, para zelar pelo «andamento da política comercial entre os dois países», com «termos concretos de mensuralidade econômica e fatos políticos». AHMRE-B 811 (42)(00), Relações Econômicas, Financeiras e Comerciais, (78) a (81b), 1947/67-9927.

³⁹ Bericht 303-02 Tgb. Nr. 126/54, Generalkonsulat der Bundesrepublik Deutschland an das Auswärtige Amt, São Paulo, den 26. 1. 1954, AA-PA, Ref. 306, Band 90.

processo, conforme o Consulado-Geral da RFA em São Paulo observara, perderia um dos mais importantes mercados da América Latina.⁴⁰ Só no Estado de São Paulo, onde, segundo se dizia, 8 ½ obras por hora se realizavam e 50 000 fábricas foram fundadas, em 1953, seu rápido crescimento se afigurava tão estrondoso que o Secretário de Estado norte-americano, Dean Acheson, proclamou-o como o «verdadeiro milagre brasileiro».⁴¹ Naquela época, vinte firmas alemãs, tais como Krupp, Mercedes-Benz, Volkswagen, Büssing, R. Bosch GmbH e August Oetker, já estavam lá instaladas.⁴² Porém, a decisão de orientar as relações comerciais e os investimentos externos da RFA, principalmente, na direção do Brasil fora tomada, ao que tudo indicava, após a viagem que o seu Ministro da Economia, Ludwig Erhard, fizera à América do Sul, em Abril de 1954, e percebera seu potencial econômico.⁴³

Segundo o próprio Erhard admitira, os objetivos da visita aos países da região «mudaram visivelmente» no transcurso da viagem, pois seu receio de que a «tendência inflacionária» e o «pronunciado dirigismo estatal» impedissem o desenvolvimento da riqueza e das relações com o «mundo livre» desaparecera, ao conhecer mais intimamente as circunstâncias econômicas e políticas em que viviam e assim entender melhor os problemas que enfrentavam.⁴⁴ Ele tivera a «feliz experiência» e «especial-

⁴⁰ Bericht 330-00 Tgb. Nr. 537/54, Generalkonsulat der Bundesrepublik Deutschland, São Paulo, 5 de Abril de 1954, AA-PA, Ref. 415, Band 44.

⁴¹ *Ibidem*.

⁴² Anlage zu Bericht vom 5. 4. 1954, 330-00 allg. 537/54, *ibidem*.

⁴³ Ofício nº 177, Faro Júnior a Vicente Rao, Bonn, 21 de Maio de 1954, Bonn, Ofícios, Abril / Maio de 1954, AHI-MDB 7/5/9; Presse- und Informationsamt der Bundesregierung — Pressekonferenz mit Bundeswirtschaftsminister Prof. Ludwig Erhard am Donnerstag, den 22. April 1954, 17 Uhr, im Bundesratssaal, ALES.

⁴⁴ Discurso proferido pelo Ministro da Economia da Alemanha no banquete em sua homenagem, realizado no Palácio do Itamaraty em 14 de Abril de 1954, AHMRE-B 811 (42)(00), Relações Financeiras e Comerciais, (78) a (816), 1947/67 9927.

mente significativa» no Brasil de saber que seus governantes estavam perfeitamente conscientes quanto ao perigo daqueles métodos, dos quais manifestavam a vontade de livrar-se, na medida do possível, abrindo uma «tendência para o multilateralismo e maior liberdade econômica».⁴⁵ De fato, as intervenções do Estado na economia, durante o Governo Vargas, decorreram das necessidades de defender os interesses nacionais e o desenvolvimento do país, como tendia, àquele tempo, a ocorrer no setor da energia elétrica, cujo *deficit* na produção, a ameaçar a continuidade do processo de industrialização, aumentava cada vez mais porque as empresas (Bond & Share e Light, de capital norte-americano e canadense) não mais faziam investimentos para sua expansão, a preferirem outros ramos mais rentáveis de negócios.⁴⁶ E, conforme o Secretário-Geral do Itamaraty, Embaixador Vasco Leitão da Cunha, salientara, o Governo brasileiro, a compartilhar com o alemão a crença nos benefícios do comércio multilateral, julgava, de sua parte, vital à «estabilidade econômica» do país a diversificação dos mercados internacionais, não só daqueles para os quais exportava, mas também, e sobretudo, daqueles para onde se voltava, em busca de bens de capital essenciais à sua industrialização.⁴⁷ Isto significava, em outras palavras, que o Brasil, ao aceitar o multilateralismo comercial, queria igualmente libertar-se da quase absoluta dependência em que ainda se encontrava em relação ao mercado norte-americano e que, para tanto, o desenvolvimento das relações econômicas com a Alemanha, que tornara a ocupar, poucos anos depois do término da Segunda Guerra Mundial, o

⁴⁵ *Ibidem*.

⁴⁶ Bericht 330-00 Tgb. Nr. 537/54, Generalkonsulat der Bundesrepublik Deutschland, São Paulo, 5 de Abril de 1954, AA-PA, Ref. 415, Band 44.

⁴⁷ Discurso pronunciado pelo Secretário-Geral do Itamaraty, Embaixador Vasco Leitão da Cunha, no banquete em homenagem a Ludwig Erhard, AHMRE-B 811 (42)(00), Relações Econômicas, Financeiras e Comerciais, (78) a (816), 1947/67-9927.

segundo posto entre os seus parceiros,⁴⁸ afigurava-se-lhe a melhor alternativa.

Assim, durante prolongadas conversações entre Erhard e o Ministro brasileiro, Oswaldo Aranha, acertaram introduzir cada vez maior liberdade no intercâmbio entre o Brasil e a Alemanha, a começar pela adoção de certas medidas, provisoriamente, até o final das negociações, que em Bonn prosseguiriam. O sistema de pagamentos e o intercâmbio comercial entre os dois países passaria, já, a funcionar em bases mais liberais, ou seja, o Governo brasileiro acabaria o controle de contingentes para o licenciamento de importações oriundas da RFA e o Banco do Brasil, em consequência, teria de oferecer as divisas necessárias, através de licitações simultâneas em todas as bolsas do país, e a cotar o dólar-convênio (*Vertragsdollar*) alemão no mercado de taxa livre, de modo a incrementar o interesse do capital alemão em empresas brasileiras.⁴⁹ A perspectiva, então delineada, da livre negociabilidade da *Deutsche Mark* no mercado brasileiro de câmbio entusiasmou, particularmente, Erhard, que se dispôs a advogar, perante o Conselho de Ministros, um acordo para a consecução de tal iniciativa, embora ela viesse a acarretar uma ligeira desvantagem para os exportadores alemães, obrigados assim a concorrer com os norte-americanos, sem a vantagem de uma moeda especial de troca, mas possibilitaria reduzir, senão

⁴⁸ *Ibidem.*

⁴⁹ Ata final das conversações entre o Ministro da Economia da RFA, Prof. Ludwig Erhard, e o Ministro da Fazenda do Brasil, Sr. Oswaldo Aranha, Rio de Janeiro, 14 de Abril de 1954, confidencial, AHMRE-B 811(42)(00), Relações Econômicas, Financeiras e Comerciais, (78) a (816), 1947/67-9927; Telegrama nº 2185, expedido, confidencial, MRE para a Embaixada em Bonn, 20 de Abril de 1954, AHMRE-B, Bonn, CT Exp., 1947/59; Der Bundesminister für Wirtschaft — IP — Tages-Nachrichten (Für den Dienstgebrauch), Bonn, den 17. 3. 1954, Nr. 1840; den 13. April 1954, Nr. 1863; den 14. 4. 1954, Nr. 1864; den 15. 4. 1954, Nr. 1865; den 21. 4. 1954, Nr. 1867, ALES.

eliminar, rapidamente, o saldo devedor do Brasil.⁵⁰ Apesar da cautela quanto ao prognóstico de que o volume das transações entre os dois países alcançasse o montante de US\$ 142 milhões dentro do ajuste comercial, a política da RFA consistia, na verdade, em incrementar as importações oriundas do Brasil, no qual seus círculos empresariais, desde antes da viagem de Erhard, já se mostravam propensos a aproveitar ao máximo sua capacidade de investimentos.⁵¹ Com efeito, a participação do algodão brasileiro nas importações alemãs já subira de 3,7 % para 6 % em fins de 1953, a do cacau saltara de 8,5 % para 19,5 % e as vendas de minério de ferro atingiram a cifra de DM 44,8 milhões, quatro vezes mais do que em 1952, ou seja, pulando de 2 % para 7 % do total das compras do produto realizadas pela RFA.⁵² A única exceção fora o café, que declinara, ligeiramente, de 46,2 % em 1952 para 41,1 % em 1953.⁵³ E, nos nove primeiros meses de 1954, as exportações brasileiras para a RFA excederam a previsão de US\$ 106 milhões, a aproximar-se do esperado para o ano todo.⁵⁴

A mudança do governo, com o suicídio de Vargas e a ascensão do poder das correntes mais favoráveis aos interesses dos EUA, propiciou, no entanto, certas modificações na política econômica do Brasil. E o regime instituído pela Instrução 99 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), do Banco do Brasil,⁵⁵ pareceu aos empresários alemães criar uma situação

⁵⁰ Ofício nº 133, confidencial, Faro Júnior a Rao, Bonn, 23 de Abril de 1954, AHMRE-B, Bonn, Ofícios Recebidos, 1950/56.

⁵¹ Ofício nº 70, Faro Júnior a Vasco Leitão da Cunha, Ministro de Estado Interino, Bonn, 11 de Março de 1954, Bonn, Ofícios, Janeiro / Março de 1954, AHI-MDB 7/5/8.

⁵² Ofícios nº 128 e 129, Faro Júnior a Rao, Bonn, 21 de Abril de 1954, Bonn, Ofícios, Abril / Maio de 1954, AHI-MDB 7/5/9.

⁵³ *Ibidem*.

⁵⁴ Ofício nº 16, Faro Júnior ao Chanceler Raul Fernandes, Bonn, 6 de Janeiro de 1955, Ofícios, Janeiro / Fevereiro de 1955, AHI-MDB 8/1/1.

⁵⁵ Àquela época, a SUMOC exercia as funções de um Banco Central, responsável pela política monetária.

preferencial em benefício das exportações brasileiras dirigidas à área do dólar, na medida em que 20 % dos cambiais no mercado livre poderiam ser negociados e permitir ganhos em cruzeiros bem superiores aos que as vendas para a RFA possibilitavam.⁵⁶ E eles receberam que, em consequência, as ofertas de dólares-convênio da Alemanha declinassem nas licitações do Banco do Brasil, a acarretar prejuízos para as importações procedentes daquele país.⁵⁷ Protestos houve e o Presidente do Banco do Brasil, Clemente Mariani Bittencourt, declarou que a redução da quota de importação de cafés do Brasil pela RFA prejudicava muito mais o intercâmbio entre os dois países do que medidas tomadas de acordo com os interesses nacionais. Entretanto, o Encarregado de Negócios do Brasil em Bonn, Ministro Manoel Pio Correa Júnior, esclareceu que não houve redução da quantidade «permitida» de compras e sim da quantidade «obrigatória». E ponderou ao Itamaraty que, se algum dano adviesse ao intercâmbio comercial entre os dois países, o qual sob «aspecto singularmente auspicioso se apresentava», decorreria não de medidas tomadas em relação aos cafés brasileiros, desde que eles se mantivessem em um nível de preços competitivos, e sim de um «desvio de expedientes exportáveis para outros mercados, motivado por maiores atrativos de ordem cambial.»⁵⁸ Por sua vez, o Embaixador da RFA no Brasil, Fritz Öllers, previu que, embora a oferta de dólares-convênios da Alemanha, nos leilões de divisas, fosse ainda relativamente maior do que a dos outros países, algumas reações incômodas sobreviriam, quando as pretensões dos EUA — Tratado Interamericano de Comércio, União Interamericana

⁵⁶ Ofício nº 368, Ministro Conselheiro Manuel Pio Correa Júnior a Raul Fernandes, Bonn, 18 de Setembro de 1954, Bonn, Ofícios, Setembro de 1954, AHI-MDB 7/5/11.

⁵⁷ *Ibidem.*

⁵⁸ *Ibidem.*

de Pagamentos — se realizassem.⁵⁹ Segundo ele, se quisesse manter sua posição no Brasil, a RFA deveria rever sua política de investimentos, não deixando de desempenhar importante papel nos momentos psicologicamente corretos, que lá ocorressem, como em qualquer outro país, tal como o fez, ao apoiar o projeto de produção de locomotivas, quando os EUA o abandonaram.⁶⁰ O Embaixador Öllers ponderou, entretanto, que a RFA, na questão dos financiamentos, devia buscar um *modus vivendi* com os EUA, pois uma falta contra a lógica política se lhe afigurava o fato de os dois países, que estreitas relações mantinham, estarem a competir, economicamente, em um importante mercado, como o Brasil, um país tão grande em que espaço havia para ambos.⁶¹ Uma vez que haveria dificuldades em convencer os bancos norte-americanos a financiar empresas alemãs, a solução talvez fosse tentar obter de instituições sob a influência do Governo norte-americano, como o Banco Mundial, o financiamento para os seus projetos.⁶²

Ainda antes de assumir a Presidência da República, Juscelino Kubitschek (1956-1961), além dos EUA, visitou cinco países da Europa, entre os quais a RFA, convidado tanto pelo governo quanto por algumas das suas mais importantes indústrias.⁶³ Devido à situação política interna, ele receou ausentar-se longamente do Brasil, e por esta razão não pôde demorar-se em cada um mais do que dois dias, exceto nos EUA, pois sabia que, enquanto lá estivesse, seus adversários não intentariam qualquer manobra ou mesmo um golpe de Estado que o impedisse de

⁵⁹ Bericht 301-00 Tgb. Nr. 2536/54, Botschaft der Bundesrepublik Deutschland an das Auswärtige Amt, Rio de Janeiro, 23 de Setembro de 1954, AA-Pa, Ref. 306, Band 90.

⁶⁰ *Ibidem.*

⁶¹ *Ibidem.*

⁶² *Ibidem.*

⁶³ Bericht 010-01 Tgb. 3512/55/II, vertraulich, Botschaft der Bundesrepublik Deutschland an das Auswärtige Amt, Rio de Janeiro, 13. 12. 1953, AA-PA, Ref. 306, Band 85.

chegar ao Governo.⁶⁴ No entanto, apesar da escassez de tempo, excepcional homenagem lhe foi prestada em Bonn. Pela primeira vez, o Presidente da RFA, Theodor Heuss, recebeu para um pequeno almoço (*Frühstück*), ao meio dia, um visitante que Chefe de Estado ainda não se tornara⁶⁵ e, igualmente, o *Kanzler* Federal, Dr. Konrad Adenauer, ofereceu uma recepção a personalidade estrangeira, em sua residência oficial, ao Palácio Schaumburg. Estes fatos não apenas evidenciaram o fortalecimento da RFA no Brasil como também representaram, naquelas circunstâncias, significativo apoio a Kubitschek, cujo governo conforme tanto as autoridades quanto os empresários esperavam, nova fase no relacionamento entre os dois países deveria inaugurar. No encontro com o Presidente Heuss, o próprio Kubitschek declarou que, a partir de 1º de Fevereiro de 1956, um dia após sua posse como Presidente da República, as relações do Brasil com a RFA tomariam forma diferente e acentuou que, como valiosos colaboradores e amigos, aceitaria os que lá tecnologia e capitais investir quisessem.⁶⁶ Por outro lado, durante a recepção para a qual Kubitschek convidara cerca de 300 personalidades da indústria, comércio e governo, o Vice-Presidente da *Bundesverband der Deutschen Industrie* (Confederação Alemã de Indústria), o Sr. Kost, anunciou que muitas grandes e médias empresas da RFA estavam interessadas em investir no Brasil, se obtivessem condições satisfatórias de rendimento, amortização e retorno dos capitais aplicados, após a abertura de suas filiais.⁶⁷ E, na mesma oportunidade, ele manifestou a impressão de que o comércio entre os dois países,

⁶⁴ *Ibidem*.

⁶⁵ A única exceção fora a Princesa Margareth da Grã-Bretanha.

⁶⁶ Konzept — Bericht 192/56, Auswärtiges Amt an die Botschaft der BRD — Rio de Janeiro; an das Generalkonsulat der BRD — São Paulo; an das Konsulat der BRD — Porto Alegre, usw., an die Botschaft der BRD — Buenos Aires, usw., Bonn, 25 de Janeiro de 1956, AA-PA, Ref. 306, Band 23.

⁶⁷ *Ibidem*.

que estagnado esteve no segundo semestre de 1955, voltaria a reativar-se depois que Kubitschek assumisse o governo, em 31 de Janeiro de 1956.⁶⁸

Efetivamente, as compras da RFA no Brasil, que aumentaram quase 50 %, ao pularem de US\$ 95 milhões, em 1953, para US\$ 158 milhões, em 1954, decaíram para US\$ 57 milhões, no primeiro semestre de 1955, contra US\$ 71 milhões, no mesmo período do ano anterior, e não evoluíram nos meses subsequentes,⁶⁹ devido, ao que tudo indicava, à política cambial do Governo Café Filho, favorável à área do dólar, quer dizer aos EUA. O Banco do Brasil, nos leilões de divisas, tendia a desvalorizar as moedas dos países, como a RFA, com os quais o comércio se desenvolvia através de acordos bilaterais, em benefício daqueles que praticavam o multilateralismo. Além do mais, outros problemas houve, como a reexportação por firmas da RFA de café brasileiro, comprado com moeda convênio, para a área do dólar. Cerca de 242 900 sacas, no correr de 1953, teriam sido registradas sob falsa indicação de destino e vultosa transação clandestina ocorrera, envolvendo a troca de café brasileiro por cevada, operação esta, da ordem de US\$ dez milhões, financiada pelo Barão Friedrich Karl von Oppenheim, Cônsul honorário do Brasil em Köln e chefe da casa bancária Sal. Oppenheim Jr.⁷⁰ Àquele tempo, meados de 1955, a RFA, Países Baixos e Grã-Bretanha entendimentos mantinham para estabelecer na Europa uma zona multilateral de pagamentos, que a outros países, como Bélgica e Luxemburgo, deveria estender-

⁶⁸ *Ibidem.* Sobre a visita à RFA, veja-se Kubitschek 1976: vol. II, págs. 477-481.

⁶⁹ Aufzeichnung — 415-300-01/9-175/55, Abteilungsleiter, Bonn, 12 de Janeiro de 1956, AA-PA, Ref. 306, Band 23.

⁷⁰ Ofício nº 113, confidencial, Faro Júnior a Raul Fernandes, Bonn, 17 de Março de 1955; Ofício nº 132, secreto, Faro Júnior a Fernandes, Bonn, 31 de Março de 1955, AHMRE-B, Bonn, Ofícios Recebidos, secretos e confidenciais, 1950/56.

se e o Brasil forçosamente teria de aceitar.⁷¹ O principal objetivo consistia em assegurar que, no tratamento das importações e exportações brasileiras, não houvesse mais discriminação contra suas moedas — DM, guilders e libra esterlina — e que elas estivessem disponíveis à taxa de câmbio prevalecente nos mercados oficiais daqueles países e em paridade com o dólar.⁷² Entretanto, as dificuldades para execução desses ajustes com os participantes do *pool* multilateral ocorreram exatamente por causa das reexportações de mercadorias brasileiras para países de moeda conversível ou apenas contra pagamentos em moeda conversível. O Brasil insistira com a RFA no sentido de que realizasse o compromisso de não permitir que mercadorias brasileiras, importadas, por exemplo, pela Suíça, atravessassem seu território, senão contra o pagamento em moeda livremente conversível, o que ela não podia fazer, segundo alegara, pois os negociantes provavelmente receberiam DM por tais reexportações.⁷³

De qualquer forma, as negociações visando à adoção de bases multilaterais para os acordos de comércio e pagamentos entre os dois países prosseguiram, durante a visita de Kubitschek a Bonn, pois o impasse não podia perdurar. A RFA, desde 1952, tornara-se o segundo mais importante parceiro do Brasil, a ocupar, apenas abaixo dos EUA, o segundo lugar no

⁷¹ Telegrama expedido, confidencial, MRE à Embaixada em Bonn, 13 de Julho de 1955; Telegrama Expedido, confidencial — urgente, MRE à Embaixada em Bonn, 22 de Julho de 1955; AHMRE-B, Bonn, Telegrama Expedido, 1950/57; Ofício nº 300, confidencial-urgente, Pio Correa a Raul Fernandes, Bonn, 23 de Julho de 1955, com anexo único; Ofício nº 305, confidencial, Pio Correa a Raul Fernandes, Bonn, 27 de Julho de 1955, com anexo único, AHMRE-B, Bonn, Ofícios Recebidos, secretos e confidenciais, 1950/56.

⁷² *Draft*, 19 de Julho de 1955, anexo único ao Ofício nº 305, Pio Correa a Fernandes, Bonn, 27 de Julho de 1955; *ibidem*.

⁷³ Telegramas, expedidos, confidenciais, MRE à Embaixada em Bonn, 13 de Julho de 1955; 16 de Julho de 1955; 22 de Julho de 1955; 8 de Agosto de 1955, AHMRE-B, Bonn, Telegramas Expedidos, 1950/71.

seu comércio exterior, tanto nas importações quanto nas exportações, e esse intercâmbio tendia a recrescer, pois a situação, com a ascensão de Kubitschek ao governo, deveria ser ainda mais favorável do que antes da Segunda Guerra Mundial ao estabelecimento de uma estreita parceria, conforme a previsão do Secretário-Geral da *Bundesverband der Deutschen Industrie*, Wilhelm Beutler.⁷⁴ *De facto*, a indústria da RFA tinha grande interesse em investir no Brasil⁷⁵ e Kubitschek, que, durante sua curta estadia naquele país, realizara um *tour* pelas fábricas instaladas na região do Reno, manteve importantes conversações com vários empresários, particularmente com Alfred Krupp von Bohlen und Halbach, da firma Friedrich Krupp, e Fritz Koencke, da Daimler-Benz, aos quais acenou com incentivos e concessões, a serem concretizadas mediante ulteriores entendimentos.⁷⁶ Assim, na medida em que se intensificasse, o fluxo de capitais fomentaria, naturalmente, o intercâmbio comercial e permitiria à RFA consolidar sua posição no Brasil, onde as tendências nacionalistas novamente se afirmaram, na política interna, em contradição com os EUA. Essas concessões, *inter alia*, não arrefeceram as tensões entre o Brasil e os EUA, cuja oposição do Plano de Metas, com que Kubitschek tratava de impulsionar o processo de industrialização, só não impediu o fluxo dos capitais privados norte-americanos devido à concorrência dos investimentos europeus, notadamente os alemães. Na verdade, o mecanismo de proteção às manufaturadas de origem nacional, a restringir as licenças de importação, mas a conceder favores, isenções e privilégios às empresas estrangeiras, que quisessem transferir suas fábricas para o Brasil, funcionou de modo a atraí-los, a possibilitar que o ritmo do desenvol-

⁷⁴ Ofício nº 110, Bueno do Prado a Macedo Soares, Bonn, 29 de Fevereiro de 1956, Bonn, Ofícios, Janeiro / Março de 1956, AHI-MDB 8/1/7.

⁷⁵ Aufzeichnung 415-300-01/9-175/55, Abteilungsleiter, Bonn, 12 de Janeiro de 1956, AA-PA, Ref. 306, Band 23.

⁷⁶ Konzept, Bericht 192/56, Auswärtiges Amt an die Botschaft der BRD — Rio de Janeiro usw., Bonn, den 25. 1. 1956, *ibidem*.

vimento econômico se acelerasse, apesar de que a queda ininterrupta das exportações, desde 1951, comprimisse sua capacidade de pagamentos. Desde que o Governo Café Filho, através da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), baixara a Instrução 113, a permitir que firmas estrangeiras fizessem investimentos diretos, sob a forma de importações de divisas, até 31 de dezembro de 1955, o Brasil recebera cerca de US\$ 18,4 milhões dos EUA contra US\$ 5 milhões da RFA, US\$ 5,7 milhões da Grã-Bretanha e US\$ 2,4 da França.⁷⁷ Essas cifras aumentaram, consideravelmente, já nos primeiros seis meses do Governo Kubitschek, ou seja, até 30 de Junho de 1956, quando as máquinas e os equipamentos, oriundos dos EUA e contabilizados como investimentos diretos, somaram US\$ 30,1 milhões, contra US\$ 8,2 milhões da RFA, US\$ 6,1 milhões da Grã-Bretanha e US\$ 4,9 milhões da França.⁷⁸ E a previsão era de que maiores investimentos alemães, sem cobertura cambial, ainda afluíam para o Brasil,⁷⁹ que, entre 1955 e 1959, receberia, através da Instrução 113, bens de capital, avaliados em cerca de US\$ 395,7 milhões, dos quais US\$ 164,2 milhões da Europa Ocidental, quase a alcançar o volume dos investimentos oriundos dos EUA, da ordem de US\$ 192,5 milhões.⁸⁰ Somente a RFA respondera por US\$ 72,2 milhões,⁸¹ sendo que, no final de 1956, o Brasil já se destacava como o país estrangeiro onde ela mais fazia investimentos. Segundo informações do seu Ministério da Economia, a RFA, de 1952 até o terceiro trimestre de 1956, já aplicara em diversos países o total de DM 1 996 344 700, o equivalente, na época, a US\$ 285 630 000,

⁷⁷ Ofício nº 437, Bueno do Prado a Macedo Soares, Bonn, 13 de Novembro de 1956, Bonn, Ofícios, Outubro / Dezembro de 1956, AHI-MDB 8/1/10.

⁷⁸ *Ibidem.*

⁷⁹ *Ibidem.*

⁸⁰ Ferreira Lima 1976: 401.

⁸¹ Ferreira Lima 1976: 401.

dos quais 60,2 %, ou seja, DM 722 132 400 (US\$ 172 milhões), em apenas cinco países.⁸²

	Milhões DM	Equivalente em US\$ milhões	% sobre total
Brasil	273,5	65,1	22,7
Canadá	162,7	38,7	13,5
Zona do Franco	111,3	26,5	10,0
EUA	103,5	24,6	8,6
Argentina	71,1	16,9	5,9

Este fluxo de capitais dirigiu-se, sobretudo, para aqueles setores de produção em que a Alemanha sempre tivera grande predomínio, tais como:⁸³

	Milhões DM
Siderurgia	213,9
Química e Farmacêutica	155,8
Eletrotécnica	133,9
Máquinas	107,1
Veículos	82,4
Bancos	32,0

⁸² Ofício nº 439, Bueno do Prado a Macedo Soares, Bonn, 13 de Novembro de 1956, Ofícios, Outubro / Dezembro de 1956, AHI-MDB 8/1/10.

⁸³ *Ibidem*.

As exportações de capital da RFA ainda eram pequenas, muito inferiores às dos EUA e da Grã-Bretanha, e não alcançavam 10 % dos saldos acumulados no seu balanço de pagamentos. Porém, tais investimentos em indústrias de base contribuíram, decerto, para manter o intercâmbio comercial da RFA com aqueles países, em virtude dos laços duradouros e da complexidade de interesses que eles geravam. E mais ainda ela os teria de aumentar, não só a fim de equilibrar o balanço de pagamentos com os países da Comunidade Econômica Européia (CEE) e permitir a contenção de constante acumulação de divisas como, também, porque seus círculos financeiros estavam convencidos de que os investimentos no exterior constituíam a condição necessária para garantir, a longo prazo, o desenvolvimento das exportações de bens de capital.⁸⁴ Com uma posição fortemente credora na União Européia de Pagamentos, a RFA estava a sofrer pressões para que fomentasse exportações de capital, mas a opção pelo Brasil, ao que tudo indicava, decorreu, entre outras razões, tanto da necessidade de buscar fatores mais baratos de produção — matérias-primas, entre as quais ferro e manganês, força de trabalho etc. — quanto do seu interesse em assegurar o mercado de um país, que era o mais importante da América Latina e se lhe afigurava como uma potência de crescente significado mundial.⁸⁵ Por outro lado, Kubitschek, que quando fora Governador de Minas Gerais, favorecera a instalação da Mannesmann-Werke em Belo Horizonte, continuou a esforçar-se para atrair as empresas alemãs e as induzir no sentido de que cooperassem com seu programa de rápida industrialização do Brasil. Durante sua visita a Bonn, em Janeiro de 1956, ele afirmara que pretendia

⁸⁴ Ofício nº 334, Pio Correa a Macedo Soares, Bonn, 9 de Agosto de 1957, Bonn, Ofícios, Julho / Setembro de 1957, AHI-MDB 8/1/13.

⁸⁵ Entwurf, Allgemeine Instruktion für Herrn Botschafter, Dr. Werner Dankwort, in Rio de Janeiro. Dr. Gerhard Moltmann, Vortragender Legationsrat, an den Botschafter der BRD, Herrn Dr. Werner Dankwort, 306/210-02/91. 04/1485/56, Bonn, den 16. 10. 1956, AA-PA, Ref. 306, Band 21.

dar às relações entre o Brasil e a RFA uma «configuração exemplar».⁸⁶ Seis meses após assumir o governo do Brasil, assinou um decreto, restituindo os bens das empresas alemãs, confiscadas durante a Segunda Guerra Mundial, como um «ato de generosa colaboração», de modo a permitir o pleno desenvolvimento de seus negócios em território nacional e beneficiar o comércio com a RFA.⁸⁷ Com esta medida, cerca de 15 firmas alemãs, entre as quais a Bayer-Leverkusen, Merck-Darmstadt e companhias de seguro, conseguiram, através de negociações e pagamento de uma indenização no valor de DM 8 milhões (CR\$ 140 milhões), a liberação de seus bens ainda não liquidados no Brasil.⁸⁸ Além do mais, o Governo Kubitschek ratificou o acordo sobre a restauração dos direitos de propriedade industrial e patentes de invenção de firmas alemãs, firmado em 1953, problema que tratou de solucionar, «movido pelo mesmo interesse de remover quaisquer obstáculos à mais ampla vinculação das [...] economias» do Brasil e da RFA.⁸⁹

Assim, as últimas grandes questões do pós-guerra, no relacionamento entre os dois países, foram levadas a uma solução satisfatória, conforme o *Auswärtiges Amt* considerava, a salientar que todos esses fatos convergiram para a formação de uma «atmosfera extraordinariamente propícia e favorável»⁹⁰ ao trabalho do Embaixador Werner Dankwort. Porém, a atmos-

⁸⁶ *Ibidem.*

⁸⁷ Telegrama n° 98 expedido, confidencial, MRE à Embaixada do Brasil em Bonn, 16 de Outubro de 1956, AHMRE-B, Telegramas Expedidos, confidenciais, Bonn, 1950/71.

⁸⁸ *Handelsblatt*, 5 de Setembro de 1956, AA-PA, Ref. 306, Band 27.

⁸⁹ Telegrama n° 98, confidencial, expedido, MRE à Embaixada do Brasil em Bonn, 16 de Outubro de 1956, AHMRE-B, Telegramas Expedidos, confidenciais, Bonn, 1950/71.

⁹⁰ «[...] Eine außerordentlich glückliche und günstige Atmosphäre». Entwurf — Allgemeine Instruktion für Herrn Botschafter Dr. Werner Dankwort in Rio de Janeiro. Dr. Gerhard Moltmann, Vortragender Legationsrat an den Botschafter der BRD, Herrn Dr. Werner Dankwort, 306/210-02/91-04/1485/56, Bonn, den 16. 10. 1956, AA-PA, Ref. 306, Band 21.

fera foi, na verdade, extraordinariamente propícia e favorável à própria continuidade do fluxo de investimentos na direção do Brasil, apesar de alguns fatores contrários, como os rumores sobre a revalorização do DM, a atraírem capitais especulativos do estrangeiro para a RFA, e a carência de recursos para atender à demanda interna de uma economia que não demonstrava haver chegado ao fim de sua expansão. E, destarte, a RFA investiu mais na América Latina do que nos próprios países da Europa, durante os anos 50. Desde Fevereiro de 1952 até Julho de 1957, ela aplicara nas Américas do Sul e Central o montante de DM 516 440 600 (US\$ 122,9 milhões), o equivalente a 31 % do total dos seus investimentos externos, sendo que apenas o Brasil, a manter a primeira posição, ainda 22 % continuava a absorver.⁹¹ A Europa, no mesmo período, recebera DM 508,2 milhões, isto é, 29,9 %, o Canadá, DM 217 milhões (US\$ 51,9 milhões) ou 11,5 %, e os EUA cerca de DM 172 milhões, o equivalente a 10,6 %.⁹² E tais investimentos concentram-se na siderurgia (DM 302,4 milhões), indústria química e farmacêutica (DM 207,8 milhões), máquinas e equipamentos (DM 112,7 milhões) e automóveis (DM 90,2 milhões).⁹³

Àquele tempo, conforme se esperava, a RFA estava a acelerar as exportações de capitais e seus investimentos, no estrangeiro, duplicaram em três anos, ao saltarem de um total de DM 1,1 bilhão, no primeiro trimestre de 1956, para DM 2,2 bilhões, no primeiro trimestre de 1959.⁹⁴ Porém, a tendência não se alterou e as Américas, a suplantarem a própria Europa,

⁹¹ Ofício nº 334, Pio Correa a Macedo Soares, Bonn, 9 de Agosto de 1957, Bonn, Ofícios, Julho / Setembro de 1957, AHI-MDB 8/1/13.

⁹² *Ibidem.*

⁹³ *Ibidem.*

⁹⁴ Ofício nº 459, Bueno do Prado a Macedo Soares, Bonn, 13 de Novembro de 1956, Bonn, Ofícios, Outubro / Dezembro de 1956, AHI-MDB 8/1/10; Ofício nº 191, Bueno de Prado ao Chanceler Francisco Negrão de Lima, Bonn, 23 de Junho de 1959, Bonn, Ofícios, Abril / Junho de 1959, AHI-MDB 8/2/6.

permaneceram como o continente que mais despertava o interesse das firmas alemãs.⁹⁵

	Milhões DM
Américas	1.165,7
Europa	828,2
África	148,6
Ásia	100,7

A predominância das Américas nos investimentos externos da RFA se deveu, mormente, ao Brasil, que recebera, desde 1º de Fevereiro de 1952 até o primeiro trimestre de 1959, cerca de 40 % daquele total, seguido pelo Canadá e pelos EUA:

	Milhões DM
Brasil	458,0
Canadá	331,3
EUA	176,8
Argentina	71,8
América Central	47,3

Evidentemente, não só os capitais alemães afluíram para o Brasil. Segundo revelação do próprio Presidente Kubitschek, o ingresso no Brasil de capitais estrangeiros quase que triplicou nos seus dois primeiros anos de governo. Saltou de US\$ 120 milhões, em 1955, para US\$ 205 milhões, em 1956, e US\$ 330

⁹⁵ *Ibidem.*

milhões, até 1º de Dezembro de 1957.⁹⁶ E mais de 50 % provieram dos EUA, concentrando-se, principalmente, em São Paulo, onde cerca de 380 firmas norte-americanas, tais como General Electric, Westinghouse, Dupont, Ford e General Motors já em 1958 a funcionar estavam.⁹⁷ Os investimentos alemães situavam-se, contudo, em segundo lugar e, a liderarem o *rush* de capitais europeus, constituíram um dos fatores que forçaram as companhias norte-americanas, a fim de não perder o mercado, a instalarem também suas fábricas no Brasil, durante os anos 50. De acordo com o depoimento do próprio Kubitschek, a Ford, em face do desafio que o Brasil lhe fazia, insistindo em implantar uma indústria automobilística concorrente, «tudo fez para convencer as autoridades e os empresários de que essa empresa seria impraticável».⁹⁸ Este propósito se evidenciou, nitidamente, desde a implantação e durante o desenvolvimento da indústria automobilística:

Janeiro de 1951: Posse de Vargas na Presidência da República.

Março de 1951: Primeiro *Memorandum* do Governo Vargas sobre a implantação de uma indústria automobilística no Brasil. A Ford Motor Co. em São Paulo, rejeitou a sugestão no sentido de que iniciasse a fabricação (não montagem) de veículos no Brasil.⁹⁹

1952: O Comandante Lúcio Meira, presidente de uma comissão criada por Vargas, visitou os EUA, a convite da Ford Motor Co., de Detroit, para equacionar o problema, e lá ouviu o argumento de que a implantação de uma indústria automobilística era extraordinariamente complicada e para o Brasil

⁹⁶ Bericht 415/91.04-305-05 Tgb. Nr. 440/58, Generalkonsulat der BRD, São Paulo, 24 de Março de 1958, AA-PA, Ref. 415, Band 215.

⁹⁷ *Ibidem*.

⁹⁸ Kubitschek 1978: vol. III, pág. 92.

⁹⁹ «Nationale Brasilianische Kraftfahrzeugindustrie», Anlage 1 zum Bericht vom 25. 3. 1958 — 415/91-04-300-05-440/58, AA-PA, Ref. 415, Band 215.

não compensaria.¹⁰⁰ Logo em seguida a essa viagem, o Diretor-Geral da Ford Motor Co., em São Paulo, Humberto Monteiro, fez diante da Câmara Americana de Comércio, por instrução de Detroit, uma palestra contra a fabricação de automóveis no Brasil.¹⁰¹

Janeiro de 1953: Primeira exposição brasileira de peças e acessórios de automóveis, no Rio de Janeiro.

Maio de 1953: A Ford inaugurou em São Paulo uma planta de montagem, na qual investira US\$ 15 milhões. Henry Ford II cancelou no último minuto uma visita a Vargas e não compareceu à inauguração de sua fábrica, dado que o Governo brasileiro proibira a importação de peças e acessórios para veículos que no Brasil já fabricadas fossem.¹⁰²

Setembro de 1953: A General Motors começou a construção de uma planta de montagem em São Paulo.

Janeiro de 1954: A Mercedes-Benz apresentou a proposta para a instalação de uma indústria em São Paulo e, ao mesmo tempo, a Volkswagen confirmou o propósito de realizar também naquele Estado o projeto de fabricação, não montagem, de 13 000 a 14 000 automóveis por ano.

Janeiro de 1956: Kubitschek, eleito Presidente, visitou os EUA e outra vez tanto a Ford quanto a General Motors recusaram-se a fabricar veículos no Brasil, onde, alegaram, mercado não havia para absorver a produção de uma indústria automobilística.¹⁰³

Junho de 1956: O Governo brasileiro criou o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA).

Setembro de 1956: Kubitschek inaugurou a fábrica da Mercedes.

¹⁰⁰ *Ibidem.*

¹⁰¹ *Ibidem.*

¹⁰² Bericht 300-00-1011/53, Generalkonsulat der BRD an das Auswärtige Amt, São Paulo, 22 de Maio de 1953, AA-PA, Ref. 415, Band 44.

¹⁰³ Entrevista do ex-Presidente Juscelino Kubitschek ao Autor, Rio de Janeiro, 7 de Fevereiro de 1972; veja-se Moniz Bandeira 1973: 374 -375.

Novembro de 1956: Inauguração da fábrica da DKW-Vemag, vinculada à Auto-Union, de Düsseldorf (RFA), e início da produção do DKW-Universal.

Agosto de 1957: A Volkswagen começou a produzir a Kombi em sua própria fábrica. 371 unidades lançadas no mercado até o fim do ano.

Outubro de 1957: A Ford e a General Motors começaram a fabricar caminhões de 5,5 toneladas com motor a gasolina (30 % de peças nacionais, o restante só montagem). A International Harvester apresentou uma proposta para produzir, no Brasil, um caminhão de 7,7 toneladas.

Fim do ano de 1957: A Mercedes-Benz lançara no mercado 6 200 caminhões e ônibus a diesel. Obteve um lucro de Cr\$ 1 bilhão.

Abril de 1958: Início da produção do DKW-Jeep e do DKW-carro de passeio.

Junho de 1958: Fornecimento de veículos da Volkswagen (27 % de peças nacionais, com a condição de chegar a 90 % no final de 1960). Até então foram montadas 1 600 Kombis e a produção de automóveis de passeio subiu para 500 unidades menais.

Fim do ano de 1958: Início da produção de carros de passeio Mercedes-Benz.

Diante deste conjunto de acontecimentos, evidente se tornava, conforme um relatório do Consulado-Geral da RFA em São Paulo salientou, que:

[...] foram as firmas alemãs que compeliram as americanas a começarem no Brasil a fabricação de caminhões, se o mercado não quisessem perder.¹⁰⁴

¹⁰⁴ «Aus diesem Überblick wird ersichtlich, daß es deutsche Firmen waren, die die Amerikaner gezwungen haben, die Fabrikation von Lastwagen in Brasilien aufzunehmen.» Anlage 1 zum Bericht vom 25. 3. 1958 — 415/91.04-300-05-440-58. Generalkonsulat der BRD — São Paulo an das Auswärtige Amt, AA-PA, Ref. 415, Band 215.

O mesmo também deveria ocorrer no setor de automóveis de passeio. A Ford e a General Motors, provavelmente, principiariam sua fabricação, o que levou o Consulado-Geral da RFA, em São Paulo, a comentar:

Da produção destas duas firmas americanas pode-se prever que a encarniçada concorrência pelo mercado brasileiro, em poucos anos, será decidida com luta. Se foi bom ou não desafiar, no Brasil, os americanos, resta esperar para ver.¹⁰⁵

O acirramento dessa disputa, algum tempo havia, afigurava-se inevitável. Já em Outubro de 1956, o *Auswärtiges Amt*, nas instruções ao Embaixador Werner Dankwort, aconselhara-o a não abusar de momentos anti-norte-americanos, que ocasionalmente ocorreriam no Brasil, por modo a tirar «vantagens desleais» (*unlautere Vorteile*) para a RFA, embora reconhecesse que uma «competição justa» (*fairer Wettbewerb*) com os EUA, tanto no campo econômico quanto no cultural, era natural.¹⁰⁶ De qualquer modo, ainda que a RFA, ao nível da diplomacia, não o pudesse desejar, os interesses econômicos de suas empresas contribuíram para robustecer as correntes políticas do nacionalismo, que, no Brasil como nos demais países da América Latina, assumia um caráter essencialmente contrário ao predomínio dos EUA. No entanto, esse nacionalismo, no mais das vezes, aparentava uma configuração de esquerda, dado o contexto internacional, marcado pela confrontação bipolar de poderes, em que a Guerra Fria se processava. E aí suas manifestações também assustavam os círculos econômicos e políticos

¹⁰⁵ «Die von diesen beiden amerikanischen Großfirmen genannten Produktionszahlen lassen ahnen, welch erbitterter Konkurrenzkampf in wenigen Jahren auf dem brasilianischen Markt ausgefochten wird. Ob es gut war, die Amerikaner in Brasilien herauszufordern, bleibt abzuwarten.» (*ibidem*).

¹⁰⁶ Entwurf — Allgemeine Instruktion für Herrn Botschafter Dr. Werner Dankwort in Rio de Janeiro. Dr. Gerhard Moltmann, Vortragender Legationsrat, an den Botschafter der BRD, Herrn Dr. Werner Dankwort. 306/210 — 02/91.04/1485/56, Bonn, den 16. 10. 1956, AA-PA, Ref. 306, Band 21.

da RFA, sobretudo ao evoluírem para a estatização de empresas. Por esta razão, quando o Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, nacionalizou a subsidiária de uma companhia norte-americana de energia elétrica, a Bond & Share, o Itamaraty instruiu o Embaixador em Bonn no sentido de que, em conversações oficiais e particulares com autoridades, banqueiros e homens de negócios alemães, explicasse que tal medida de modo algum podia ser interpretada como «gesto de desapreço pela participação do capital estrangeiro no desenvolvimento nacional», pois «constituía a solução que a própria empresa interessada admitia como adequada, nas circunstâncias», ou seja, diante da «precaríssima situação financeira», em que se encontrava e do seu «desaparelhamento técnico e material para prestar o serviço de que tinha concessão».¹⁰⁷ O Brasil, segundo ainda a instrução do Itamaraty, esperava continuar a receber «em ritmo crescente os investimentos alemães», para os quais, assim como para os de qualquer origem, dispensada sempre seria a «mais absoluta proteção jurídica».¹⁰⁸

De fato, as indústrias alemãs tinham muito a ganhar com seus investimentos no Brasil, que lhes oferecia não só um mercado em expansão, matérias-primas, especialmente manganês e minério de ferro, mas também força de trabalho abundante e barata, de que elas, na RFA, cada vez mais careciam. E, na segunda metade dos anos 60, o estreito relacionamento econômico existente permitiu que os dois países iniciassem uma cooperação científica e tecnológica, já ensaiada entre 1953 e 1954, no campo da energia nuclear. Embora houvesse aderido ao Tratado de Proscrição das Armas Atômicas na América Latina (Tlatelolco), o Brasil, de acordo com as diretrizes do Conselho de Segurança Nacional e do Estado Maior das Forças Armadas, estabeleceria tantas ressalvas, que praticamente o

¹⁰⁷ Telegrama nº 41, confidencial, expedido, MRE para a Embaixada em Bonn, 20 de Junho de 1959, AHMRE-B, Telegramas Expedidos, secretos e confidenciais, Bonn, 1950/71.

¹⁰⁸ *Ibidem*.

invalidaram.¹⁰⁹ Reservara-se o direito de utilizar, «sob todas as suas formas», a energia nuclear para fins pacíficos.¹¹⁰ E, desde 1967, reorientara sua política exterior e intensificava seus esforços no sentido de obter a «cooperação necessária» à sua «rápida nuclearização», conforme as próprias palavras do General Arthur da Costa e Silva,¹¹¹ que assumira a Presidência da República (1967-1969), apoiado pela direita nacionalista das Forças Armadas.¹¹² Por esta razão, o Governo militar também se recusava a subscrever o Tratado de Não-Proliferação das Armas Nucleares (TNP), ao percebê-lo como um instrumento da URSS e dos EUA para estratificar o *status quo* mundial e preservar sua hegemonia.¹¹³ E, como julgasse o programa nuclear, proposto pelos EUA, insatisfatório e medíocre, por não transferir tecnologia, entrou em negociações secretas com a RFA, que em 1968 sondara, informalmente, a possibilidade de concluir com o Brasil um acordo de cooperação, permitindo às firmas alemãs construírem no seu território uma usina para a separação do isótopo U-235, por meio da ultra-centrifugação, como contra-

¹⁰⁹ William Perry: *Contemporary Brazilian Foreign Policy: the International Strategy of an Emerging Power*, Beverly Hills; London: Sage Publications, 1976, pág. 32.

¹¹⁰ Exposição do Chanceler José Magalhães Pinto na Câmara dos Deputados, Brasília, 10 de Maio de 1967, em: Secretaria-Geral Adjunta para o Planejamento Político: *Documento da Política Externa* (de 15 de Março a Outubro de 1967), Brasília, sem data, pág. 26.

¹¹¹ Discurso de Costa e Silva no Itamaraty, em 5 de Abril de 1967, *obra citada*, pág. 14.

¹¹² Veja-se Luiz Alberto Moniz Bandeira: *Brasil — Estados Unidos: A Rivalidade Emergente (1950-1988)*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989, págs. 163-185.

¹¹³ O Embaixador Mário Gibson Barboza, Ministro das Relações Exteriores durante o Governo Médici, considerou-o «discriminatório e leonino» (Mário Gibson Barboza: *Na diplomacia, o traço todo da vida*, Rio de Janeiro: Record, 1992, pág. 201).

partida dos trabalhos da pesquisa e prospecção de urânio.¹¹⁴ Este acordo, no qual Hans H. Haunschild, Subsecretário do Ministério de Pesquisa Científica por mais de uma década, e Franz Josef Strauß, ex-Ministro da Energia Atômica e, na época, Ministro das Finanças, confirmaram o interesse, convinha evidentemente aos dois países. A RFA desenvolvera, em nível de demonstração técnica, dois processos para a separação do isótopo U-235 — o da ultra-centrifugação, nos laboratórios do Centro de Pesquisa Nuclear (*Kernforschungsanlage* — KFA) de Jülich, e do jato centrífugo (*Jet Nozzle*), no Centro de Pesquisa Nuclear (*Kernforschungszentrum* — KFZ) de Karlsruhe — mas o Tratado de Paris, de 1955, impedia a produção de urânio enriquecido, em escala industrial, dentro de suas fronteiras, o que a colocava na dependência de fornecimentos, cada vez mais incertos, dos EUA. O Brasil, por sua vez, empenhava-se em obter a tecnologia do enriquecimento de urânio e a proposta informal da RFA atendia às exigências de *compensações específicas* para os fornecimentos de material físsil a outro país, estabelecidas, desde o início dos anos 50, pelo Conselho de Segurança Nacional e pelo CNPQ. Assim, em meados de 1968, o Itamaraty encaminhou ao Governo de Bonn, embora sem caráter oficial, um projeto de Acordo sobre a Utilização Pacífica da Energia Nuclear, no qual revelava particular interesse em desenvolver estudos sobre os reatores do ciclo de tório.

Um ano depois, em 9 de Junho de 1969, o Brasil e a RFA firmaram um Acordo Geral de Cooperação nos Setores de Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico, a possibilitar a execução de vários projetos, inclusive para o desenvolvimento da energia nuclear. E, quando o sequestro do Embaixador von Holleben ocorreu, em Junho de 1970, o Brasil ainda estava

¹¹⁴ Paulo Nogueira Batista: «O Acordo Nuclear Brasil-Alemanha», papel apresentado no IV Seminário Nacional sobre 60 Anos de Política Externa promovido pelo Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais do MRE, juntamente com o Programa de Política Internacional & Comparada da USP, Brasília, 8 de Março de 1993.

a negociar com o Governo de Bonn um convênio especial sobre energia atômica, mediante o qual tratava de assegurar a transferência de conhecimentos (*know-how*) para os especialistas brasileiros e a posição de nação mais favorecida, para si, no mercado de assistência técnica remunerada, o que parecia constituir uma vantagem, dada a participação ativa da RFA no mercado dos seis — a Comunidade Européia de Energia Atômica (EURATOM). Um representante do Centro de Pesquisa Nuclear (*Kernforschungsanlage* — KFA) de Jülich, Dr. Nehring, já mantivera, em Maio de 1970, entendimentos com a CNEN. E os dois órgãos, em 23 de Abril de 1971, firmaram em Brasília o Convênio Especial sobre Cooperação Científico-Tecnológica, prevendo o intercâmbio de técnicos e cientistas em tecnologia da produção de energia, mediante o uso de reatores atômicos, matérias-primas utilizadas, bem como em combustíveis e ciclos de combustíveis etc. O convênio também previa um programa de cursos de verão, a serem ministrados, em Brasília, por professores do Centro de Pesquisa Nuclear de Jülich, para capacitação e aperfeiçoamento de técnicos brasileiros. Entretanto, a idéia da construção de uma usina para o enriquecimento do urânio, através da ultra-centrifugação, não prosperou, naquela ocasião, dado o temor do Ministro de Minas e Energia, Antônio Dias Leite, de que o projeto pudesse prejudicar as negociações em curso com o Banco Mundial sobre o financiamento das usinas hidroelétricas.¹¹⁵ E a RFA terminou por concluir, em 1970, entendimentos (iniciados também em 1968, quando fizera as sondagens junto ao Brasil) para a construção das usinas de enriquecimento de urânio, pelo processo de ultra-centrifugação, em Almelo, na Holanda, em em Capenhurst, na Grã-Bretanha, países com os quais formara então uma *joint-venture*, a empresa tripartite URENCO.

Ao mesmo tempo em que fomentava, com a cooperação científica e tecnológica da RFA, diversos empreendimentos de pesquisa, para os quais especialistas militares, bem como alguns

¹¹⁵ *Ibidem*.

civis, cumpriam o programa de formação e aperfeiçoamento no centro de Jülich, o Governo brasileiro continuou as negociações para a instalação da primeira usina de produção de energia nuclear em Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro. E o acordo foi finalmente fechado, em 1972, com a Westinghouse. Esta corporação norte-americana, cuja tentativa de adquirir o controle acionário da Jeumont-Schneider (Fr. 650 milhões em volume de negócios) o Presidente da França, George Pompidou, vetara, a fim de impedir que ela se estabelecesse dentro da CEE, tinha já a seu crédito a experiência com a construção de 43 centrais nucleares e, juntamente com a General Electric, dominava 50 % do mercado internacional de reatores. Entretanto, a fim de preservar o monopólio tecnológico dos EUA e manter o *status quo* mundial, o Governo de Washington não permitia que as empresas norte-americanas participassem na produção de material nuclear fora do seu território ou cooperasse com outros países na compra, projeção ou construção de usinas para o enriquecimento do urânio e reprocessamento do combustível irradiado. E o Brasil ainda teve de aceitar severas restrições, ao firmar o contrato com a Westinghouse. Conforme o General Hugo Abreu, Chefe do Gabinete Militar e Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional no Governo do General Ernesto Geisel (1974-1979), observou,

[...] os norte-americanos não apenas nos privaram do conhecimento dos detalhes técnicos como, muito mais que isso, nos forneceram uma «caixa preta» lacrada e nem nos disseram o que há lá dentro. Nossos técnicos podem apenas operar a usina. Nada mais.¹¹⁶

Os militares brasileiros não se conformaram com tal situação. Não somente eles queriam a transferência dos conhecimentos científicos e tecnológicos relativos a todo o ciclo de produção da energia nuclear como a crise de 1973-1974, detonada

¹¹⁶ Hugo Abreu: *Tempo de crise*, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1979, pág. 43.

quando os Estados árabes, em guerra contra Israel,¹¹⁷ embargaram o fornecimento de petróleo ao Ocidente e elevaram o preço do barril a níveis até então inimagináveis, mostrou a urgente necessidade de capacitar o Brasil com fontes alternativas de geração térmica de energia, por modo a atender à expansão industrial, que se presumia fosse continuar em taxas bastante altas ainda por outras décadas. O chamado Plano 90, estudo elaborado pela Eletrobrás entre 1973 e 1974, estimava que a demanda de eletricidade cresceria a uma taxa média anual de 8,7 %, no caso de mercado baixo, ou de 11,4 %, no caso de mercado alto, e previa a necessidade de 6 a 8 usinas nucleoeleétricas de 1 200 MW cada, ou seja, entre 7 200 a 9 600 MW, dentro de um programa de construção de usinas hidroelétricas, com capacidade total de 44 600 MW, estimado o potencial hidráulico em 150 000 MW.¹¹⁸ E a expectativa, de acordo com as avaliações, era a de que o aproveitamento dos recursos hídricos da região centro-sul aproximava-se do limite.¹¹⁹

Evidentemente, fatores de insegurança e preocupação aí também se apresentavam. Os EUA, como os únicos fornecedores do combustível, comprometeram-se com o fornecimento de, pelo menos, 500 toneladas de urânio enriquecido ao Brasil e o Departamento de Energia dos EUA, a fim de o garantir, solicitara o pagamento antecipado de um montante em torno de US\$ quatro milhões.¹²⁰ Todavia, em Março de 1974, os EUA, a alegarem problemas burocráticos, deixaram de fornecer à RFA

¹¹⁷ Em Outubro de 1973, durante a celebração do Yom Kipur, início do ano judaico, a Síria e o Egito atacaram Israel, com o objetivo de recuperar os territórios perdidos em consequência da guerra de 1967.

¹¹⁸ Entrevista do Embaixador Paulo Nogueira Batista ao autor, São Paulo, 26 de Maio de 1994. O Embaixador Paulo Nogueira Batista foi que negociou o Acordo Nuclear com a RFA, na condição de Secretário-Geral Adjunto de Assuntos Econômicos do Itamaraty, e exerceu posteriormente a Presidência da NUCLEBRÁS.

¹¹⁹ Entrevista de Shigeaki Ueki, Ministro de Minas e Energia no Governo Geisel, ao autor, São Paulo, 2 de Maio de 1994.

¹²⁰ *Ibidem*.

o serviço de enriquecimento de urânio, o que obrigou o Governo de Bonn a recorrer às suas reservas, para evitar a paralisação dos reatores da RWE (*Rheinische Westfälische Elektrizitätsgesellschaft*).¹²¹ E, pouco tempo depois, colocaram sob ressalva contratos para o abastecimento de 45 reatores estrangeiros, inclusive o comprado pelo Brasil à Westinghouse, com a explicação de que as demandas comerciais de urânio enriquecido superavam sua capacidade de produção. O motivo parecia verdadeiro e o valor do pagamento adiantado, naturalmente, foi devolvido, mas a instabilidade do fornecimento, pelos EUA, do serviço de enriquecimento de urânio ressaltou a extrema vulnerabilidade da posição do Brasil. A segurança do aprovisionamento e a redução das dependências externas, mediante a absorção da tecnologia nuclear, tornava-se, portanto, um imperativo estratégico. O Brasil, ao decidir-se pela linha de reatores de potência a urânio enriquecido, não podia permitir que os suprimentos desse combustível contivessem os mesmos elementos de incerteza, que no abastecimento do petróleo se configuravam. Seu objetivo consistiu então em capacitar-se plenamente para a produção de energia nuclear com fins civis, embora pudesse obter, como consequência, um potencial bélico, cujo desenvolvimento, porém, dependeria de ulterior decisão, naquelas circunstâncias, o General Geisel procurou entendimento com outros países, no sentido de obter a cooperação necessária ao desenvolvimento, no Brasil, da indústria nuclear, usando, a fim de robustecer seu poder de barganha, a disposição de comprar até oito usinas nucleares. A França, através do Comissariado de Energia Atômica, manifestou o desejo de participar na prospecção de minerais radioativos e no estabelecimento de uma indústria de componentes de reatores, mas não se interessou pela etapa de enriquecimento de urânio. Só a RFA se dispôs a negociar um acordo profundo e integrado, visando à

¹²¹ Kurt Rudolf Mirow: *Loucura nuclear (os enganos do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha)*, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979, pág. 14.

implantação, no Brasil, de todo o ciclo de geração da energia nuclear, desde a pesquisa e lavra do urânio até o enriquecimento, produção do elemento combustível e reprocessamento, além da fabricação de reatores de potência. E, após um ano de negociações secretas, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da RFA, Hans Dietrich Genscher, e o Chanceler brasileiro Antônio Azevedo da Silveira firmaram, em 27 de Junho de 1975, o Acordo de Cooperação para Usos Pacíficos da Energia Nuclear, que previa a instalação, no Brasil, de oito centrais termonucleares, cada uma com capacidade de 1 200 MW, uma usina de enriquecimento de urânio através do processo de jato centrífugo (*Jet Nozzle*), ainda em fase de experimentação, bem como de uma fábrica de reatores, a ser construída em Sepetiba (Rio de Janeiro) e cuja produção, com início calculado para o fim de 1978, possibilitaria a completa nacionalização dos equipamentos. A execução desse programa ficou a cargo de consórcios formados, basicamente, pela NUCLEBRÁS, empresa estatal brasileira, vinculada, formalmente, ao Ministério de Minas e Energia, e pela *Kraftwerk Union* (KWU), subsidiária da Siemens e que, inicialmente, fora constituída como *joint venture* com a *AEG-Telefunken*.

A RFA dispôs-se, assim, a cooperar com o Brasil para a implantação e o desenvolvimento, no seu território, de uma indústria nuclear autônoma capaz de abastecer futuramente a América Latina e outras regiões do Terceiro Mundo, bem como transferir-lhe, paralelamente à construção das oito usinas de geração de energia, os conhecimentos tecnológicos associados ao tipo de reator escolhido (reator a água pressurizada). Ela tivera, sem dúvida alguma, fortes razões para assumir esse empreendimento, a desafiar a política dos EUA, que sempre se opuseram à transferência das tecnologias de enriquecimento e reprocessamento de urânio para países do chamado Terceiro Mundo. De um lado, embora já estocasse grandes reservas de combustível nuclear, a cooperação com o Brasil permitia à RFA assegurar seu acesso a jazidas de urânio porventura lá existentes, libertando-se também da dependência em relação aos

suprimentos norte-americanos. Do outro, a indústria alemã percebera que podia valer-se da tecnologia nuclear para abrir aos seus produtos novos mercados no exterior, onde a concorrência se intensificava, e compensar, desse modo, a tendência declinante, a médio prazo, da demanda interna.¹²² Entretanto, o Acordo Nuclear provocou a mais vigorosa oposição dos EUA, que tudo fizeram para o inviabilizar, a aplicarem fortes pressões sobre o Brasil e a RFA. A alegação constituiu, sobretudo, no fato de que o Brasil não subscrevera o TNP. O Senador John Pastore, Presidente do *Joint Congressional Committee on Atomic Energy*, exprimiou, em enérgico discurso, o temor de que, diante da instabilidade política mundial, um novo Fidel Castro surgisse em outro país da América Latina, dispondo de instalações para a fabricação de bomba atômica, e ressaltou que

[...] este perigo em potencial está sendo criado por um aliado nosso, em nosso próprio quintal, enquanto o Governo dos EUA está fortemente empenhado em defender a Alemanha Ocidental de um perigo semelhante.¹²³

A celebração do Acordo Nuclear com o Brasil gerou, pela primeira vez, grave crise nas relações entre os EUA e a RFA.¹²⁴ Suas implicações militares e estratégicas, devido às características peculiares da indústria atômica, inquietaram, naturalmente, as autoridades de Washington. Esse aspecto político não constituiu, porém, a causa fundamental das desavenças. Fortes interesses comerciais, na verdade, alimentaram-nas, conforme

¹²² Ronaldo A. C. Fabrício / Gerold Herzog: «Energia Nucleelétrica para o Brasil», em: *Deutsch-Brasilianische Hefte*, Bonn, 4 de Maio de 1985, págs. 232-247. O primeiro dos autores era diretor da NUCLEBRÁS e o segundo da KWU.

¹²³ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 de Junho de 1975, pág. 4.

¹²⁴ Wolfram F. Hanrieder: *Deutschland — Europa — Amerika: die Außenpolitik der BRD — 1949-1989*, Paderborn; München; Wien; Zürich: Ferdinand Schöningh, 1991, págs. 358-359. Veja-se também Wolf Grabendorff: «El Brasil y la RFA: ¿un modelo para las relaciones entre el Primer y Tercer Mundo», em: *Estudios Internacionales* 57 (Enero-Marzo de 1982; Instituto Internacionales de la Universidad de Chile), págs. 38-59.

Helmut Schmidt, que substituíra Willy Brandt na chefia do Governo de Bonn, percebera,¹²⁵ pois as grandes corporações norte-americanas — Westinghouse e General Electric, com as quais o Senador John Pastore, como *lobbyist*, se identificava — estavam a perder sua supremacia.

Com efeito, até então, os EUA monopolizaram a comercialização de usinas e equipamentos nucleares, a fornecerem, entre 1968 e 1971, mais de 90 % dos reatores vendidos no mercado internacional. Entretanto, ao mesmo tempo em que a demanda mundial de reatores nucleares, tecnologia e elementos combustíveis rapidamente aumentara, como consequência da crise do petróleo, aquela percentagem decaíra para 70 % em 1974. E, quando o Brasil e a RFA, no ano seguinte, firmaram o Acordo Nuclear, a KWU já recebera mais encomendas que o total dos quatro consórcios norte-americanos liderados pela Westinghouse e a General Electric, cujos negócios o Governo de Washington começava a prejudicar, ao vedar-lhes a exportação do ciclo completo de produção do combustível nuclear. Este impedimento, que servira para manter o monopólio da tecnologia atômica e a predominância estratégica dos EUA, como potência industrial e militar, tornara-se uma desvantagem comercial para aquelas companhias norte-americanas *vis-à-vis* das concorrentes européias, a KWU (alemã) e a FRAMATOME (francesa).¹²⁶ E elas, assim, não tiveram condições nem de conquistar os novos mercados, então a se abrirem, nem de conservar aqueles, como o Brasil, onde os EUA tradicionalmente predominaram. Aliás, dentro do Governo norte-americano, alguns círculos entenderam que a Westinghouse teria fechado o contrato para o fornecimento de reatores ao Brasil, em lugar da KWU, se recebesse autorização para exportar, conjuntamente, a tecnologia de enriquecimento e reprocessamento do urânio. Porém, mudança na política de Washington

¹²⁵ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 de Junho de 1975, pág. 3.

¹²⁶ Erwin Häckel: «Der Export von Nukleartechnologie», em: *Die internationale Politik 1975/76*, München; Wien: R. Oldenburg, 1981, págs. 78-89.

não houve. Pelo contrário, James Earl Carter, candidato do Partido Democrata à Presidência dos EUA, explorou o tema durante a campanha eleitoral e anunciou que, se vencesse, tomaria medidas contra a proliferação das armas nucleares, a começar por um apelo a todas as nações no sentido de que cessassem a venda de usinas e enriquecimento e processamento de urânio, paralisando a execução dos acordos Brasil-RFA e França-Paquistão.¹²⁷ Com efeito, ao iniciar, em Janeiro de 1977, sua administração, ele aplicou fortes pressões sobre o Brasil e a RFA. Cyrus Vance e Warren Christopher, Secretário e Sub-secretário de Estado dos EUA, logo viajaram a Bonn e a Brasília, mas suas gestões não tiveram sucesso. Em fins de Março de 1977, o Presidente Jimmy Carter pressionou então o Chase Manhattan Bank e o Eximbank para que suspendessem todos os financiamentos já negociados com o Brasil e até mesmo paralisou o fornecimento à RFA do serviço de enriquecimento de urânio. Seu objetivo consistiu em compelir os dois países a denunciarem ou reverem o Acordo Nuclear, com a introdução de salvaguardas complementares (*comprehensive safeguards*), semelhantes às estabelecidas pelo TNP, e na exclusão da usina de enriquecimento do urânio e reprocessamento do combustível. Estas exigências eram inaceitáveis e a intromissão do Governo norte-americano no Acordo Nuclear aguçou o nacionalismo nas Forças Armadas brasileiras. Como consequência, a pretexto de um relatório do Departamento de Estado sobre a situação dos direitos humanos no Brasil, o Presidente Geisel, em 19 de Setembro de 1977, abrogou então o Acordo Militar com os EUA, de 1952, bem como os demais instrumentos bilaterais de cooperação entre as Forças Armadas dos dois países.¹²⁸ Seis meses depois, março de 1978, ele realizou uma visita oficial a Bonn, a primeira de um Chefe de

¹²⁷ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 de Setembro de 1976, pág. 16.

¹²⁸ Sobre o tema veja-se Moniz Bandeira 1989: 234-243.

Estado brasileiro à RFA,¹²⁹ e lá foram assinados vários convênios complementares ao Acordo Nuclear, visando ao desenvolvimento da tecnologia de reatores de alta temperatura e utilização do tório como combustível.

Naquela ocasião, durante um banquete oferecido a Geisel pelo Presidente da RFA, Walter Scheel, Helmut Schmidt criticou duramente o comportamento dos EUA,¹³⁰ onde quatro dias depois (10 de Março de 1978) o Presidente Jimmy Carter sancionou o *Nuclear Non-Proliferation Act*, com base no qual poderia suspender, a qualquer instante, o fornecimento de urânio enriquecido aos países que não acatassem as diretrizes de política atômica emanadas de Washington. Essa lei proposta fora, em 1975, pelos Deputados norte-americanos Clarence Long e Jonathan Bingham, por causa, exatamente, do Acordo Nuclear Brasil-RFA. Eles consideraram que os exportadores norte-americanos sofreram enormes prejuízos, devido ao fato de estarem submetidos a controles mais rígidos quanto ao tipo de equipamento a oferecer, o que permitiu à RFA conseguir os contratos, embora necessitasse importar dos EUA 86 % do combustível consumido pelas suas usinas. O *Nuclear Non-Proliferation Act* constitui, portanto, grave ameaça não só contra a RFA como também contra a França, cujo abastecimento de urânio enriquecido dependia, fundamentalmente, do serviço dos EUA.¹³¹ O próprio Deputado Clarence Long, em discurso no Congresso norte-americano, declarou:

Se dissermos que não venderemos determinado tipo de equipamento, outros países vão vendê-lo. Entretanto, esses países dependem de nós por muitos anos para o fornecimento de urânio enriquecido. Esse combustível é usado

¹²⁹ Kubitschek lá estivera, em 1956, mas ainda não assumira a Presidência do Brasil.

¹³⁰ *Isto É*, São Paulo, 15 de Março de 1978, pág. 7.

¹³¹ A RFA necessitava importar dos EUA 86 % do combustível nuclear, que utilizava, e a França, 62 %. Ambos continuariam a depender dos EUA até a década de 1980, segundo o Deputado Clarence Long (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 de Março de 1978, pág. 10).

para gerar energia elétrica e movimentar as indústrias desses países. O corte dos suprimentos, portanto, ameaçará esses países com a paralisação de seus reatores nucleares e a perda de energia elétrica necessária para sustentar suas indústrias.¹³²

Contudo, ao contrário das expectativas, Carter aparentemente evitou agravar a crise no relacionamento dos EUA com o Brasil e a RFA. Autoconvidado, no final de Março, ele visitou Brasília e afirmou que o *Nuclear Non-Proliferation Act* não se aplicava nem ao Brasil nem à RFA.¹³³ E o mesmo o Secretário de Estado norte-americano, Cyrus Vance, repetiu para o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo de Bonn, Hans Dietrich Genscher. As autoridades norte-americanas possivelmente confiaram em que os atrasos, bem como os problemas técnicos e financeiros, que já se evidenciavam, dificultariam a execução do Acordo Nuclear, o que tornava desnecessária sua oposição.¹³⁴ Mas, na verdade, continuaram a exigir do Governo brasileiro a aceitação de salvaguardas abrangentes (*full-scope safeguards*), ao que o Departamento de Energia dos EUA condicionou a emissão de licença de exportação para o fornecimento de UF6 enriquecido, destinado à usina construída pela Westinghouse, Angra I. E, dado que o contrato lhe dava exclusividade do fornecimento de tais serviços para Angra I, ameaçou cobrar multa de US\$ 20 milhões, caso o Governo brasileiro recorresse à URENCO, como fonte alternativa. O impasse, que se estabeleceu ao nível do próprio Departamento de Estado, só foi solucionado em 1981, após entendimentos diretos do Embaixador

¹³² *Ibidem*.

¹³³ Entrevista do ex-Chanceler Antônio Azevedo da Silveira ao autor, Rio de Janeiro, 20 de Julho de 1987.

¹³⁴ «Deutsch-Brasilianisches Atomgeschäft läuft heiß — Verzögerungen und technische Schwierigkeiten stellen Milliarden-Projekt in Frage», em: *Süddeutsche Zeitung*, 6 de Outubro de 1978. Sobre o tema veja-se também José Enrique Greno Velasco: «El Acuerdo Brasil-RFA y el Principio de No-Proliferación Nuclear», em: *Revista de Política Internacional*, Madrid (Centro de Estudios Constitucionales), Noviembre-Diciembre de 1977, págs. 113-143.

Paulo Nogueira Batista, Presidente da NUCLEBRÁS, com o então Vice-Presidente dos EUA, George Bush.¹³⁵

Conquanto as dificuldades financeiras do Brasil, acentuadas, no início dos anos 80, pela recessão mundial e pelo consequente agravamento da crise da dívida externa, concorressem, juntamente com outros fatores, para inviabilizar o programa de construção das usinas nucleares, paralisando até mesmo as obras de Angra II, o Acordo Nuclear de 1975 alcançou, de certa forma, alguns objetivos. As atividades de prospecção e pesquisa de urânio elevaram as reservas do Brasil, da ordem de 11 140 toneladas, conhecidas em 1975, para cerca de 301 290 toneladas, dez anos depois, ao mesmo tempo em que a construção do complexo Minerio-Industrial de Poços de Caldas, inaugurado em 1982, permitia a exportação, até 1985, de 670 toneladas de concentrado de urânio, inclusive para a Argentina, Grã-Bretanha e França. E o Brasil obteve, igualmente, o domínio da tecnologia de enriquecimento de urânio. Embora o Acordo Nuclear só se referisse ao processo de jato centrífugo (*Jet Nozzle*), a formação de cientistas e técnicos brasileiros na RFA, de conformidade com o Acordo Geral de Cooperação, de 1969, e o Protocolo Industrial, de 1975, possibilitou a transferência da tecnologia de ultra-centrifugação, dado que eles não estavam sujeitos às salvaguardas da Agência Internacional de Energia Atômica (AICA) e foram absorvidos, ao regressarem, pelo Programa Nuclear Paralelo. Entrementes, o fluxo dos capitais alemães recresceu e sua participação subiu de 11,4 % em 1974, para 13,25 % em 1983, e atingiu, posteriormente, 14 % do total dos investimentos estrangeiros registrados naquele país, patamar em que até 1994 se manteve. Mas o Acordo Nuclear não apenas contribuiu para o adensamento das relações econômicas, comerciais, científicas e tecnológicas entre o Brasil e a RFA. Ele constituiu um dos fatores que mais concorreram para assegurar a redemocratização do Brasil, uma vez que nem a SPD, no

¹³⁵ Entrevista do Embaixador Paulo Nogueira Batista ao autor, São Paulo, 26 de Maio de 1994.

Governo de Bonn, nem seu aliado de então, a *Freie Demokratische Partei* (F.D.P.), nem a *Christlich-Demokratische Union* (CDU), na oposição, podiam concordar, mormente em face da opinião pública nacional e internacional, com a transferência de tecnologia nuclear para um país que funcionava em permanente regime de exceção, sem respeitar as próprias normas jurídicas e os direitos humanos. O Acordo Nuclear e o Ato Institucional nº 5, decretado em 1968 para robustecer o autoritarismo, não podiam coexistir, e isto levou o Presidente Ernesto Geisel a promover o processo de distensão lenta e gradual na direção do Estado de direito.

Nos anos 70, mais do que qualquer outra nação da Europa, a RFA passou a exercer maior influência política no Brasil e em outros países da América Latina. A crise de hegemonia dos EUA e a crescente multipolarização da economia internacional facultaram à RFA expandir sua influência, como um polo alternativo, na América Latina, onde, no curso da década de 80, o processo de redemocratização alcançou todos os países, inclusive o Paraguai e o Chile. O Brasil, por outro lado, aproveitou tais condições para alargar sua margem de autonomia internacional, na condição de potência emergente. Entretanto, a partir de 1989, a RFA teve de reduzir suas atividades não só econômicas como políticas na América Latina, a fim de destinar os recursos ao Leste Europeu. A situação aí não se apresentou tão segura e favorável a investimentos quanto se esperava, devido a diversos fatores, como carências estruturais, conflitos étnicos, ameaça de instabilidade social e, conseqüentemente, incerteza política. De qualquer modo, o esbarrondamento dos regimes comunistas, com a transição para a economia de mercado, criou as condições para que a RFA se tornasse o grande fornecedor comercial do Leste Europeu, a abastecê-la, inclusive, com produtos da América Latina e, em particular, do Brasil, cujas exportações para aquele país, as quais, no primeiro semestre de 1991, aumentaram mais de 9 % em relação ao

mesmo período do ano anterior.¹³⁶ Porém, quando o *Kanzler* Helmut Kohl, em Outubro daquele ano, visitou o Brasil e anunciou a concessão de DM 250 milhões para a proteção da floresta na Amazônia, os interesses da RFA pareciam concentrar-se nas questões ecológicas, a constituírem uma «*naionale Obsession*»,¹³⁷ e passara a exigir salvaguardas abrangentes para o fornecimento de tecnologia sensível e renovação do Acordo Nuclear, por mais cinco anos, a partir de 1995. Assim, além dos prejuízos financeiros causados por não o cumprir dentro do prazo, o Brasil, que modificara sua política, dado que a própria Constituição de 1988 proibira a fabricação de armas atômicas, e firmara o Acordo quadripartite com a Argentina, a Agência Brasileiro-Argentina de Controle e Contabilidade de Materiais Nucleares (ABACC) e a AIEA, aderiu integralmente, quer dizer, sem ressalvas, ao Tratado de Tlatelolco, a aceitar, *de facto*, todas as limitações impostas pelo Tratado de Não-Proliferação das Armas Nucleares (TNP) à utilização plena da energia nuclear, mesmo que para fins pacíficos, se algum dia a necessitar viesse. Essa decisão possibilitou que o Chanceler Celso Amorim, em Fevereiro de 1994, negociasse, em Bonn, a prorrogação do Acordo Nuclear por um período de mais cinco anos, a partir de 1995, com o prosseguimento das obras de Angra II (o projeto de Angra III foi arquivado) e a exclusão do Brasil da lista H dos regulamentos de comércio exterior da RFA.

¹³⁶ *Ensaio*, Informações de Comércio Exterior do Banco do Brasil, nº 4, Janeiro de 1994, pág. 5.

¹³⁷ Cfr. Botet 1993.

Índice de fontes e livros

Arquivos

Archive du Ministère des Affaires Étrangères de France
Arquivo de Getúlio Vargas¹³⁸
Arquivo Doutel de Andrade
Arquivo Histórico do Itamaraty (Rio de Janeiro)¹³⁹
Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores —
Brasília
Arquivo Nacional — Arquivo Particular de San Tiago Dantas
Arquivo Oswaldo Aranha
Arquivo Renato Archer
Auswärtiges Amt — Politisches Archiv
Deutsch-Brasilianische Gesellschaft
Harry S. Truman Library
National Archives
Public Record Office — Foreign Office
Rothschild Archives — London

Literatura

Abreu, Hugo (1979): *Tempo de Crise*, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
Ambrose, Stephen E. (1985): *Rise to Globalism: American Foreign Policy Since 1938*, New York: Penguin Books.
Andert, Reinhold / Herzberg, Wolfgang (1991): *Erich Honnecker im Kreuzverhör*, Berlin: Aufbau-Verlag.

¹³⁸ A abreviatura e os códigos referentes ao Arquivo de Getúlio Vargas referem-se ao tempo em que estavam em poder de sua filha, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, antes de sua transferência para o CPDOC Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea na Fundação Getúlio Vargas.

¹³⁹ O Arquivo Histórico do Itamaraty tem sua sede no Rio de Janeiro, onde estão depositados os documentos até 1960. A documentação a partir de 1960 (bem como grande parte dos documentos secretos desde 1945) encontra-se no Arquivo do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília.

- Archer, Renato (1956): *Política Nacional de Energia Atômica*, Rio de Janeiro: edição do autor.
- Autorenkollektiv (1981): *Geschichte der DDR*, Berlin: VEB Deutscher Verlag der Wissenschaften.
- Barboza, Mário Gibson (1992): *Na diplomacia, o traço todo da vida*, Rio de Janeiro: Editora Record.
- Bartlett, C. J. (1984): *The Global Conflict 1880-1970: the International Rivalry of the Great Powers*, London; New York: Longman.
- Benecke, Dieter W. et al. (Arbeitsgemeinschaft Deutsche Lateinamerika-Forschung — ADLAF) (1984): *Las relaciones de la República Federal de Alemania con América Latina: situación actual y recomendaciones*, Bonn: Forschungsinstitut der Friedrich-Ebert-Stiftung.
- Börner, Holger (1988): «Zur Arbeit der Friedrich-Ebert-Stiftung in Brasilien», em: *Deutsch-Brasilianische Hefte* 26/5 (Bonn: Lateinamerika-Zentrum e.V.).
- Borowsky, Peter (1993): *Deutschland 1945-1969*, Hannover: Fackelträger.
- Botet, Violanda (1993): «Die deutsch-lateinamerikanischen Beziehungen in den neunziger Jahren», em: *Außenpolitik* 44/1 (Hamburg: Interpress).
- Bouças, Valentim (1950): *História da dívida externa*, Rio de Janeiro: Edições Financeiras.
- Brunn, Gerhard (1969): «Deutscher Einfluß und deutsche Interessen in der Professionalisierung einiger lateinamerikanischer Armeen vor dem 1. Weltkrieg (1885-1914)», em: *Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas* 6 (Köln: Böhlau).
- Brunn, Gerhard (1971): *Deutschland und Brasilien (1889-1914)*, Köln: Böhlau.
- D'Anthouard, Baron (1911): *Le Progrès Brésilien*, Paris: Plon-Nourit et Cie.
- Dennis, Mike (1988): *German Democratic Republic: Politics, Economics and Society*, London; New York: Pinter Publishers.

- Dreifuss, René Armand (1981): *1964: a conquista do estado — ação política, poder e golpe de classe*, Petrópolis: Vozes.
- Dupeux, Louis (1992): *História cultural da Alemanha 1919-1960*, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- Durán, Esperanza (1985): *European Interests in Latin America*, London: The Royal Institute of International Affairs.
- Erhard, Ludwig (1988): *Gedanken aus fünf Jahrzehnten: Reden und Schriften*, ed. por Karl Hohmann, Düsseldorf; Wien; New York: Econ.
- Fabrício, Ronaldo A. C. / Herzog, Gerold: «Energia Nuclelética para o Brasil», em: *Deutsch-Brasilianische Hefte* 24 (Julho-Outubro; Bonn: Lateinamerika-Zentrum).
- Ferreira Lima, Heitor (1976): *História político-econômica e industrial do Brasil*, São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Fischer, Peter (1985): «Ist der deutsch-brasilianische Nuklearvertrag gefährdet?», em: *Deutsch-Brasilianische Hefte* 24/1 (Bonn: Lateinamerika-Zentrum).
- Fulbrook, Mary (1991): *The Fonana History of Germany — 1918-1990: The Divided Nation*, London: Fontana Press.
- Füllgraf, Frederico (1988): *A bomba pacífica, o Brasil e outros cenários da corrida nuclear*, São Paulo: Editora Brasiliense.
- Goldenberg, Boris (1969): «Lateinamerika», em: *Die internationale Politik 1963*, München; Wien: R. Oldenbourg.
- Görge, Hermann (sem ano): «Deutsche Außenpolitik in Lateinamerika», em: *Deutschlands Außenpolitik seit 1955*, ed. por Helmut Reuther, sem lugar: Seewald.
- Göthner, Karl Christian (1990): *El comércio entre América Latina y Alemania Oriental en la retrospectiva*, Hamburg: Deutsch-Südamerikanische Bank.
- Grabendorff, Wolf (1982): «Brasil y la República Federal de Alemania: ¿Un modelo para la relaciones entre el Primer y Tercer Mundo?», em: *Estudios Internacionales* 15/57 (Janeiro-Março; Santiago: Instituto de Estudios Internacionales de la Universidad de Chile).

- Greño-Velasco, José Enrique (1977): «El Acuerdo Brasil-RFA y el principio de no proliferación nuclear», em: *Revista de Política Internacional* 154, Madrid: Centro de Estudios Constitucionales (Novembro-Dezembro).
- Gromyko, Andrei (1989): *Memoirs*, New York: Doubleday.
- Häckel, Erwin: «Der Export von Nukleartechnologie», em: *Die internationale Politik 1975/76* (München; Wien: R. Oldenbourg).
- Hanrieder, Wolfram F. (1991): *Deutschland — Europa — Amerika: die Außenpolitik der BRD 1949-1989*, Paderborn: Ferdinand Schöningh.
- Heitzer, Heinz (1987): *DDR: geschichtlicher Überblick*, Berlin: Dietz.
- Hell, Jürgen (1966): «Der Griff nach Südbrasilien: die Politik des Deutschen Reiches zur Verwandlung der drei brasilianischen Südstaaten in ein überseeisches Neudeutschland (1890-1914)», tese de doutoramento, Rostock.
- Hierneis, Günther (1988): «Warum braucht Deutschland Brasilien? — Wirtschaftliche und politische Betrachtungen zum Verhältnis Deutschland-Brasilien 1983», em: *Deutsch-Brasilianische Hefte* (Bonn: Lateinamerika-Zentrum e.V.).
- Hilferding, Rudolf (1968): *Das Finanzkapital*, Band 1 e 2, Frankfurt am Main; Köln: Europäische Verlagsanstalt.
- Hilton, Stanley G. (1977): *O Brasil e a crise internacional: 1930-1945*, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- Hilton, Stanley G. (1977): *O Brasil e as grandes potências: os aspectos políticos da rivalidade comercial, 1939-1945*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Hilton, Stanley G. (1977): *Suástica sobre o Brasil: a história da espionagem alemã no Brasil*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Horne, Alistair (1956): *Return to Power: a Report on the New Germany*, New York: Frederick A. Praeger.
- Kindleberger, Charles P. (1987): *Marshall Plan Days*, Boston: Allen & Unwin.

- Kleinmann, Hans-Otto (1993): *Geschichte der CDU*, Stuttgart: Deutsche Verlagsanstalt.
- Kosthorst, Daniel (1993): *Brentano und die deutsche Einheit: die Deutschland- und Ostpolitik des Außenministers im Kabinett Adenauer 1955-1961*, Düsseldorf: Droste, 1993.
- Kubitschek, Juscelino (1974): *Meu caminho para Brasília*, Rio de Janeiro: Bloch.
- Kubitschek, Juscelino (1975): *Por que construí Brasília*, Rio de Janeiro: Bloch.
- Kubitschek, Juscelino (1976): *A escalada política*, vol. 2, Rio de Janeiro: Bloch.
- Kubitschek, Juscelino (1978): *50 anos em 5*, vol. 3, Rio de Janeiro: Bloch.
- Lilge, Herbert (1965): *Deutschland von 1955-1963*, Hannover: Verlag für Literatur und Zeitgeschehen.
- Lipkau, Ernst Günther: *Brücke zwischen Brasilien und Deutschland: 75 Jahre Handelskammer São Paulo*, São Paulo: Melhoramentos.
- Magalhães, Sérgio (1963): «O período crítico», em: *O Semanário* 361, 28 de Novembro a 4 de Dezembro.
- Manchester, Alan K. (1973): *Preeminência inglesa no Brasil*, São Paulo: Brasiliense.
- Marques, Aguinaldo N. (1960): *Fundamentos do Nacionalismo*, São Paulo: Fulgor.
- Maull, Hanns W. (1981): «Von der Neuen Weltwirtschaftsordnung zur Neuen Weltwirtschaftsordnung», in: *Die internationale Politik 1975/76*, München; Wien: R. Oldenbourg.
- McCauley, Martin (1979): *Marxism-Leninism in the German Democratic Republic: the Socialist Unity Party (SED)*, London; Basingstoke: Macmillan Press.
- Melo Franco, Afonso Arinos de (1968): *Planalto: memórias*, Rio de Janeiro: José Olympio.
- Menezes, Albene Miriam Ferreira (1987): «Die Handelsbeziehungen zwischen Deutschland und Brasilien in den Jahren 1920-1950 unter besonderer Berücksichtigung des Kakao-handels», tese de doutoramento, Hamburg.

- Ménudier, Henri et al. (1990): *La République Fédérale d'Allemagne dans les Relations Internationales*, Belgique: Éditions Complexe.
- Miller, Susanne / Potthoff, Heinrich (1988): *Kleine Geschichte der SPD: Darstellung und Dokumentation 1848-1983*, Bonn: Neue Gesellschaft.
- Minnemann, Herbert (1977): *Handels- und Schiffsverkehrsvertrag zwischen den Freien und Hansestädten Lübeck, Bremen und Hamburg, und Sr. Majestät dem Kaiser von Brasilien, unterzeichnet zu Rio de Janeiro am 17. November 1827*, Hamburg: Institut für Iberoamerika-Kunde.
- Mirow, Kurt Rudolf (1979): *Loucura nuclear: os enganos do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Moltmann, Günter (1965): *Die Entwicklung Deutschlands von 1949 bis zu den Pariser Verträgen 1955*, Hannover: Verlag für Literatur und Zeitgeschichte.
- Mols, Manfred (1984): «Las relaciones políticas entre la República Federal de Alemania y América Latina», em: *Contribuciones: Estudios Interdisciplinarios sobre Desarrollo y Cooperación Internacional 1* (Janeiro-Março; Buenos Aires: CIEDLA).
- Moniz Bandeira, Luiz Alberto (1973): *Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Moniz Bandeira, Luiz Alberto (1977): *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Moniz Bandeira, Luiz Alberto (1989): *Brasil — Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988)*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Moniz Bandeira, Luiz Alberto (1992): *Do ideal socialista ao socialismo real: a reunificação da Alemanha*, São Paulo: Ensaio.

- Moniz Bandeira, Luiz Alberto (1993): *Estado nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)*, São Paulo: Editora Ensaio.
- Niemayer, Waldir (sem ano): *O Brasil e seu mercado interno*, apêndice, Brasil; EUA: sem editora.
- Normano, J. F. (1939): *A evolução econômica do Brasil*, São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Oberndörfer, Dieter (1975): «Lateinamerika als Bezugfeld westdeutscher Außenpolitik», em: *Handbuch der Deutschen Außenpolitik*, München; Zürich: R. Piper.
- Oberacker Jr., Carlos H. (1985): *A contribuição teuta à formação da nação brasileira*, vol. 1 e 2, Rio de Janeiro: Presença.
- Perry, William (1976): *Contemporary Brazilian Foreign Policy: the International Strategy of an Emerging Power*, Beverly Hills; London: Sage Publications.
- Pfetsch, Frank R. (1993): *Die Außenpolitik der Bundesrepublik 1949-1992*, München: Fink.
- Pinto, Ferreira (1965): *Capitais estrangeiros e dívida externa*, São Paulo: Brasiliense.
- Prien, Hans-Jürgen (1989): *Evangelische Kirchwerdung in Brasilien: von den deutsch-evangelischen Einwanderergemeinden zur Evangelischen Kirche Lutherischen Bekenntnisses in Brasilien*, Gütersloh: Gerd Mohn.
- Rexin, Manfred (1965): *Die Jahre 1945-1949*, Hannover: Verlag für Literatur und Zeitgeschehen.
- Rühle, Jürgen / Holzweissig, Gunter (1988): *13. August 1961: die Mauer von Berlin*, Köln: Edition Deutschland Archiv.
- Salles, Dagoberto (1958): *Energia Atômica: um inquérito que abalou o país*, São Paulo: Fulgor.
- Santos, Maria da Guia (1984): *Außenhandel und industrielle Entwicklung Brasiliens unter besonderer Berücksichtigung der Beziehungen zu Deutschland (1889-1914)*, München: Wilhelm Fink.

- Schmidt-Eenboom, Erich (1993): *Schnüffler ohne Nase: der BND — die unheimliche Macht im Staate*, Düsseldorf: Econ.
- Schwartz, Stuart B. (1985): *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society: Bahia, 1550-1835*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Schwartz, Thomas Alan (1991): *America's Germany: John J. McCloy and the Federal Republic of Germany*, Cambridge (Mass.): Harvard University Press.
- Schwarz, Hans Peter (1991): *Adenauer: der Aufstieg: 1876-1952*, vol. 1, Stuttgart: Deutsche Verlagsanstalt.
- Schwarz, Hans Peter (1991): *Adenauer: der Staatsmann: 1952-1967*, vol. 2, Stuttgart: Deutsche Verlagsanstalt.
- Seitenfus, Ricardo A. S. (1985): *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos: 1930-1942: o processo do envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial*, São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Setti, Ricardo A. (1986): «Alemães tiram dinheiro do país e adiam investimento», em: *Jornal do Brasil*, 4 de Novembro (Rio de Janeiro).
- Spittmann, Ilse (1990): *Die DDR unter Honecker*, Köln: Edition Deutschland Archiv.
- Staritz, Dietrich (1990): «Ein 'besonderer deutscher' Weg zum Sozialismus», em: *Geschichte und Gesellschaft*.
- Steltzer, Hans Georg (1984): *Die Deutschen und ihr Kolonialreich*, Darmstadt: Sozietätsverlag.
- Taunay, Alfonso de E. D. (1939): *História do Café no Brasil*, vol. 3, Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café.
- Távora, Juarez (1958): *Atomos para o Brasil*, Rio de Janeiro: José Olympio.
- Thompson, Robert Smith (1992): *The Missiles of October: the Declassified Story of John F. Kennedy and the Cuban Missiles Crisis*, New York: Simon & Schuster.
- Treue, Wilhelm (1990): *Deutsche Geschichte von Metternich bis zur Gegenwart*, vol. 1 e 2, Stuttgart: Weltbildverlag.
- Truman, Harry (1956): *Memoirs: Year of Trial and Hope*, vol. 2, New York: Doubleday.

- Ulam, Adam B. (1983): *Dangerous Relations: the Soviet Union in World Politics 1970-1982*, New York: Oxford University Press.
- Viana, Cibilis da Rocha (1967): *Estratégia do desenvolvimento brasileiro*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Waldman, Eric (1976): *Deutschlands Weg in den Sozialismus*, Mainz: v. Hase & Koehler.
- Werth, Alexander (1967): *De Gaulle*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Westphal, Wilfried (1984): *Geschichte der deutschen Kolonien*, München: Gondron.
- Wirth, John D. (1973): *A política do desenvolvimento na era de Vargas*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Wyneken, Klaus (1958): «Die Entwicklung der Handelsbeziehungen zwischen Deutschland und Brasilien», tese de doutoramento, Köln.
- Ziller, Gebhard (1983): «20 Jahre Deutsch-Brasilianische Zusammenarbeit in Wissenschaft und Technik», em: *Deutsch-Brasilianische Hefte* 4 (Bonn: Lateinamerika-Zentrum e.V.)

Outras fontes impressas

- Brasil — 1985 — Comércio Exterior — Séries Estatísticas*, IBGE.
- Brasil Industrial — 1974*, vol. 1, Anuário da Editora Banas.
- Brasilien-Bibliothek der Robert Bosch GmbH*, catálogo, vol. 1, Stuttgart: Deutsche Verlagsanstalt.
- Deutsche Bundesbank: *Monatsbericht April 1993*, Frankfurt am Main.
- Documento da Política Externa*, Rio de Janeiro: Secretaria-Geral Adjunta para o Planejamento Político, sem data.
- Exposição geral da situação econômica do Brasil 1956*, Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Economia, 1957.
- Guerra da Europa: documentos diplomáticos, atitude do Brasil*, Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores; Imprensa Nacional, 1918.

Papers Relating to the Foreign Relations of the United States, Washington 1936.

Outros Documentos

Bastista, Paulo Nogueira (1993): «'O Acordo Nuclear Brasil-Alemanha', IV Seminário Nacional sobre 60 Anos de Política Externa», Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais do MRE, Programa de Política Internacional e Comparada da USP, Brasília, 8 de Março de 1993, tiposcrito ainda não publicado.

Bundesminister für Wirtschaft (VB 5-954 449), Betr. Brasilien, aqui: «Bilaterale Wirtschaftsbeziehungen», Bonn, 4 de Julho de 1990.

Ferreira Jr., Geraldo Miniuci (1993): «Brasil-Alemanha: relações económico-comerciais - 1827-1993», Köln, tiposcrito ainda não publicado.

Ministério das Relações Exteriores / Secretaria Geral de Política Exterior / Divisão Especial de Pesquisa e Estudos Económicos: «Perfil económico-comercial da Alemanha unificada», Brasília, Junho de 1991.

Thompson Flores, Francisco: «Relações Brasil-Alemanha», 1993, tiposcrito ainda não publicado.

Sérgio Paulo Rouanet (Praga)

Transformações na cultura brasileira¹

Se quisesse caracterizar o processo de transformação da cultura brasileira, da Independência aos nossos dias, diria que depois de ter passado por uma fase cosmopolita e uma fase de intensa afirmação nacionalista, ela se aproxima, hoje, de um universalismo concreto, em que o caráter nacional da cultura é dado pela apropriação livre e seletiva da cultura estrangeira, com vistas a uma crescente projeção no mundo.

Não é evidentemente minha intenção formular uma nova lei dos três estágios, nem muito menos uma nova dialética em que o universalismo aparecesse como a síntese do cosmopolitismo e do nacionalismo. Estou propondo apenas uma faseologia aproximativa, que não deve ser tomada num sentido cronológico rigoroso, porque em todos os períodos houve momentos nacionalistas e cosmopolitas, simultaneamente. Mas se nenhuma época foi exclusivamente uma ou outra coisa, não há dúvida de que em cada uma delas houve maior predomínio de uma ou de outra tendência.

Sob todas as reservas, portanto, podemos dizer que o cosmopolitismo predominou durante boa parte do século XIX, até as primeiras duas décadas do século XX, que a fase nacionalista se estendeu, *grosso modo*, dos anos 20 até os 80, e que estamos vivendo, hoje, uma fase de transição para o universalismo.

De modo geral, a cultura brasileira foi basicamente cosmopolita — na verdade, eurocêntrica — durante o primeiro século de vida independente do Brasil. Ela recebeu influências inglesas e alemãs, mas a influência francesa foi tão hegemôni-

¹ Este texto já foi publicado na revista *Lusorama* 29 (Março de 1996), págs. 20-33.

ca que podemos tomá-la como estudo de caso para compreender o impacto da cultura européia.

No século XIX e primeiras décadas do século XX, víamos tudo pela ótica francesa. Paris nos ensinava a sentir e a pensar. Tudo vinha de França, desde a culinária à filosofia, desde a comédia de *boulevard* até o tratado de balística.

Vivíamos as crises políticas da França, numa solidariedade que às vezes ia além dos bons sentimentos, como quando os brasileiros fizeram doações de alimentos para os mutilados, órfãos e viúvas da França, na guerra de 1870.

A esse propósito, Castro Alves compôs uma das suas odes mais condoreiras: «Ó França! deste a luz que de teu ser jorrava! / Ó França! acolhe agora em recompensa o pão!».²

Joaquim Nabuco deplorou em versos franceses a perda da Alsácia-Lorena: «Nous sommes les deux bras mutilés de la France / Qu'elle tend toujours vers le ciel.»³

Com o advento da República, proclamada sob inspiração do positivismo francês, o Quatorze de Julho transformou-se em feriado nacional.

Durante o caso Dreyfus, todo o Brasil pensante era *dreyfusard*. Era ainda uma maneira de cultuar a França, pois todos estavam certos da vitória final do direito. Dizíamos, com Ruy Barbosa, que do seu exílio na Inglaterra não cessava de denunciar os perseguidores de Dreyfus, que não se podia esperar senão a justiça daquele país, «pays de la raison ornée et des pensées bienveillantes, terre des magistrats équitables et des philosophes humains.»⁴

O Brasil inteiro acompanhava a batalha do Marne e nosso chão tremia com os tiros do Grande Bertha. A queda da França,

² Apud A. Carneiro Leão: *Victor Hugo no Brasil*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1960, pág. 7.

³ *Op. cit.*, pág. 8.

⁴ *Ibidem*.

em 1940, mergulhou o país no luto, enquanto a libertação de Paris foi saudada com júbilo pelo povo e pela imprensa.

Mas foi sobretudo na literatura que a influência francesa se fez sentir com mais força. Dois escritores, admirados no mundo inteiro, no Brasil foram divinizados: Victor Hugo e Anatole France.

Amigo pessoal do Imperador Dom Pedro II, Hugo foi traduzido por Maciel Monteiro desde 1841. Não há gênero literário que não tenha sido influenciado por Hugo, da poesia lírica à épica, do teatro ao romance. O soneto «A Victor Hugo», de Raimundo Correia,⁵ é bem representativo da hugolatria reinante: o poeta sublime era ao mesmo tempo a musa colérica que fustigava os déspotas e a musa que tinha palavras de bondade para os mansos, como o rochedo de Guernesey, que sabia repelir os vagalhões e oferecer musgo aos pássaros para a construção dos ninhos.

Poucos sabem da existência de uma carta dirigida pelo poeta aos brasileiros. Foi quando a imprensa brasileira decidiu erguer um monumento ao amigo de Hugo, Charles Ribeyrolles, um dos degredados de 1851, que se refugiara no Brasil e aqui morrera. A pedido dos organizadores, Hugo enviou um epitáfio em versos para Ribeyrolles, acompanhado de uma carta em que dizia que a homenagem era «o encontro de dois mundos junto ao túmulo de um proscrito; era a mão do Brasil apertando a mão da França através dos ocêanos.»⁶ Nos anos 1880, Hugo reincide: «Eh bien, prenez la main / De l'avenir puissant qui vous attend. Alors, / Dans ce vaste Brésil aux arbres semés d'or, / Passeront le progrès, la force et la clarté; / On voit sur votre front une aurore d'été.»⁷

Quanto a Anatole France, ele ainda tem leitores fervorosos, entre os quais eu me incluo, mas a maioria das pessoas não consegue mais conceber o culto que nas primeiras duas décadas

⁵ *Op. cit.*, pág. 4.

⁶ *Op. cit.*, pág. 72.

⁷ *Op. cit.*, pág. 73.

do século o Brasil tributava ao criador de *Thais*, num delírio coletivo que Augusto Meyer caracterizou como «um feitiço, uma coqueluche, uma deliciosa peste».⁸

Para Gilberto Amado, por exemplo, «Luciano de Samósata, se ressuscitasse agora, o único escritor que leria sem desprazer seria Anatole France. Creio também que Píndaro, Anacreonte, os sofistas, os trágicos, não desdenhariam de descer sobre ele os olhos. A própria Venus Afrodite, se soubesse francês, com que surpresa deleitada não percorreria as páginas do *Lys rouge!*»⁹

Em 1909, Anatole passou pelo Brasil, sendo recebido pelo Barão do Rio Branco e mais tarde homenageado pela Academia. Saudou-o Ruy Barbosa, num admirável discurso em francês, que tinha a graça e a leveza que faltavam aos discursos redigidos em sua própria língua, certamente porque, escrevendo no idioma de Racine, Ruy não precisava ter medo de cometer galicismos. É verdade que Ruy censurava, nas entrelinhas, a impiedade de Anatole, mas elogiava sem reservas a perfeição clássica do seu estilo. E quem diria? Ao contacto com Anatole France, manifesta-se em Ruy um insuspeitado senso de humor. Ele se diverte muito, por exemplo, com aquela passagem da *Rôtisserie de la reine Pédauque* em que um pobre padre moribundo recebe a visita do seu bispo. O agonizante pede perdão de ser obrigado a morrer diante de Sua Eminência, ao que o Príncipe da Igreja responde: «Faites, faites, ne vous gênez pas»,¹⁰ continue, continue, não faça cerimônia.

Quando anos depois o secretário particular de Anatole, Jean-Jacques Brousseau, lança um livro irreverente sobre o Mestre — *Anatole France en pantoufles*¹¹ — e descreve em termos que feriram as susceptibilidades nacionais a viagem do escritor ao

⁸ Augusto Meyer: «Sobre Anatole France», em: *Preto e Branco*, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1956.

⁹ Apud Homero Senna: «Rui Barbosa: Saudação a Anatole France», Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1980, pág. VII.

¹⁰ *Op. cit.* (Senna), pág. 20-21.

¹¹ J. J. Brousseau: *Anatole France en pantoufles*, Paris: G. Crès, 1926.

Brasil, a ira brasileira não teve limites. O próprio genro de Ruy Barbosa, Batista Pereira, publicou com o pseudônimo de Jacques Tournebroke um panfleto contra o réprobo, num francês puríssimo, mas com uma truculência muito pouco anatólica, onde o mínimo que se dizia era que o culpado não tomava banho.

O auge da influência francesa ocorreu no período que se estendeu até o primeiro após-guerra. Cada brasileiro podia aplicar a si próprio a *boutade* de Oscar Wilde sobre os americanos: «When good Americans die, they go to Paris.» Isto chegou a se realizar literalmente, quando Guimarães Passos quis ter a glória de morrer em Paris, o que ocorreu logo que ele desembarcou na Gare du Nord.¹²

Mas em geral, nossos patrícios preferiam *viver* em Paris, como o brasileiro que na *Vie Parisienne*, de Offenbach, deixava as dançarinas do Maxim's roubarem em Paris o dinheiro que ele tinha roubado no Brasil.

Olavo Bilac viajava todos os anos para Paris. Regressando de uma dessas viagens, o poeta da *Via Láctea* mostrou-se tão nostálgico dos *Boulevards* que inspirou o seguinte comentário a Artur Azevedo: «Nosso poeta está seriamente intoxicado — ingeriu pantagruélicas doses de „parisina”, a famosa bebida de que falava Charles Nodier».¹³

Todos os nossos intelectuais cumprem sua romaria a Paris — João do Rio, Luís Edmundo, Nestor Victor. O que variava era o talento.

A Paris de Theo Filho e do cronista mundano Paulo de Gardênia certamente não era a mesma que Gilberto Amado conheceu em 1912. «Como ensinar o que não se aprende?»,¹⁴ pergunta Gilberto. E sem esperar a resposta: «Quem precisa de

¹² Brito Broca: *A vida literária do Brasil em 1900*, Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura, s. d., pág. 93.

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ Gilberto Amado: «Mocidade no Rio e primeira viagem à Europa», Rio de Janeiro: José Olympio, 1956, pág. 213.

mestre para ser feliz na França e conhecer Paris, jamais conhecerá Paris ou será feliz na França. Nasce-se para entender a França; o conhecedor de Paris não se faz [...] Quanto a Paris, eu não ia vê-lo; ia *verificá-lo*. Ruas, praças, localizações de monumentos, teatros, museus, escolas, cabarés, me eram conhecidos. Sabia quais as peças que estavam sendo representadas, de quem se falava nos jornais, o que era preciso ver e ouvir. Atravessava pontes da margem direita para a esquerda e vice-versa, entrava nos lugares, como se de fato já neles tivesse estado. Sabia onde morara Auguste Comte; onde Descartes passara tempos antes de ir para a Holanda; onde ficava o convento a que se recolhera a La Vallière, depois que Luís XIV a abandonara; onde Madame Récamier recebia Chateaubriand; conhecia as várias residências de Victor Hugo; a casa onde, levado por Théophile Gauthier, Baudelaire ia fumar haxixe; o segundo andar onde Stendhal escrevera em quatro semanas a *Chartreuse de Parme*; o lugar onde Gérard de Nerval se enforcara.»¹⁵

Dizer que a fase nacionalista começou com o modernismo de 1922 não significa esquecer os fortíssimos impulsos nacionalistas que ocorreram desde o século XIX.

Foi o caso, por exemplo, do nativismo romântico de Gonçalves Dias, Gonçalves de Magalhães e José de Alencar, que surgindo no período posterior à Independência, tentaram, pela ênfase em temas, paisagens e tipos humanos locais, plasmar uma identidade cultural brasileira que correspondesse à autonomia política.

Também não devemos esquecer o nacionalismo «científico» de um Silvio Romero, que partindo da teoria de Taine de que toda cultura é sempre condicionada por três fatores — o homem, o meio, a época — sustentava a necessidade no Brasil

¹⁵ *Op. cit.* (Amado), pág. 216.

de uma cultura que refletisse nossas próprias características raciais, mesológicas e históricas, sem o que ela seria um pastiche, a mera «macaqueação» da cultura estrangeira. Era esse, para ele, o defeito de Machado de Assis, culpado de ter imitado o humorismo inglês, nascido numa conjunção homem-meio-momento profundamente diferente da nossa.¹⁶

Há também em Euclides da Cunha o embrião de um nacionalismo científico, quando ele condena as elites litorâneas por não terem permitido a emergência no Brasil de uma cultura própria, abrangendo, por igual, todas as camadas da população. Em vez disso, elas resolveram queimar etapas, absorvendo, pela cópia, idéias e instituições estrangeiras, correspondentes a estágios evolutivos mais avançados, e aprofundando com isso o fôssco que as separava do outro Brasil, o país do jagunço, do messianismo sertanejo — o país arcaico de Canudos.¹⁷

Mas sem insistir no fato de que nesses exemplos se tratava de um nacionalismo ambíguo, produzido a partir de modelos estrangeiros (Chateaubriand, Fenimore Cooper, Taine, Spencer) — pecado venial, porque afinal de contas *todos* os nacionalismos padecem do mesmo defeito — resta que foi só com o advento do modernismo, nos anos 20, que o nacionalismo começou a afirmar-se de modo sistemático como exigência estética, teórica e política da cultura brasileira.

Para os modernistas, a chamada cultura acadêmica tinha que ser demolida não somente por ser anacrônica como por ser estrangeira. Tratava-se ao mesmo tempo de atualizar a inteligência artística brasileira, libertando-a da métrica, e de descolonizá-la, libertando-a da Europa: era a dupla tarefa que se punha para cada artista, inventar seu ritmo e recriar o Brasil.

Daí o tom nacionalista, que só a auto-ironia salva da xenofobia, dos manifestos de 1924 e de 1928. O Carnaval do

¹⁶ Silvío Romero: *Machado de Assis*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1936, págs. 72-73.

¹⁷ Euclides da Cunha: *Os sertões*, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963, pág. 162.

Rio é o acontecimento religioso da nossa raça. Wagner submerge ante os cordões do Botafogo. Bárbaro e nosso. O vatapá, o ouro e a dança. Ruy Barbosa: uma cartola na Senegâmbia. Anti-bacharelismo: engenheiros em vez de juristas. Língua brasileira. Sem arcaísmos, sem erudição, natural e neológica, a contribuição milionária de todos os erros. Contra a cópia, pela invenção e pela surpresa. Estado de inocência substituindo o estado de graça. O contrapeso da originalidade nativa para neutralizar o academicismo. Reação contra todas as indigestões de sabedoria. Bárbaros, crédulos, pitorescos e meigos. Poesia Pau-Brasil: sala de jantar domingueira, com passarinhos cantando na gaiola, um sujeito magro compondo uma valsa para flauta e Maricota lendo o jornal. Sem nós a Europa não teria sequer sua pobre Declaração dos Direitos do Homem. Nunca fomos catequisados. Contra todos os importadores de consciência enlatada. O índio, fingindo de Pitt, vestido de senador do Império ou figurando nas óperas de Alencar cheio de bons sentimentos portugueses. Antes dos portugueses descobrirem o Brasil, o Brasil tinha descoberto a felicidade. Contra o índio de tocheiro, filho de Maria, afilhado de Catarina de Medici e genro de Dom Antonio Mariz. Contra a realidade castradora, o matriarcado de Pindorama. Absorção do inimigo sacro: a Europa. Antropofagia. Ano 374 da Deglutição do bispo Sardinha.¹⁸

O chauvinismo, ainda disfarçado no modernismo paulista, ficaria inteiramente claro no famoso discurso de junho de 1924 — «O Espírito Moderno» — com que Graça Aranha declarava guerra ao academicismo. Segundo o conferencista, tudo no Brasil era uma cópia da cultura européia. «A imitação é uma prática brasileira. Em tudo renunciamos à energia de criar para fazermos comodamente a cópia, que mal se ajusta à nossa índole e ao nosso temperamento.» O modernismo, como Graça

¹⁸ Oswald de Andrade: «Manifesto Pau-Brasil» e «Manifesto antropófago», em: *Do Pau-Brasil à antropofagia e às utopias*, Rio de Janeiro: Civilização, 1978, págs. 5-19.

o concebe, é uma guinada em direção à autenticidade nacional. Modernismo é libertação. Temos que libertar-nos, em primeiro lugar, do modelo linguístico português. «Em vez de tendermos para a unidade literária com Portugal, alarguemos a separação [...] Não somos a câmara mortuária de Portugal.» O modernismo deve libertar o Brasil, em geral, da cultura européia. «É tempo de sacudirmos todos os jugos e formarmos definitivamente a nossa emancipação espiritual». A partir de agora, faremos «coisa nova e coisa nossa [...] saída do nosso fundo espiritual, que seja determinada pelo prodigioso ambiente em que vivemos.»¹⁹ Em proposta apresentada à Academia Brasileira de Letras, em julho do mesmo ano, Graça precisava suas idéias nacionalistas. O dicionário da Academia excluiria todos os «portuguesismos». A Academia não aceitaria para seus concursos obras de assunto mitológico que não fosse do folclore brasileiro e só promoveria conferências públicas sobre temas que tivessem relação direta com a cultura brasileira. Com a rejeição dessa proposta, Graça Aranha formalizou sua ruptura com a Academia.²⁰

O modernismo é em grande parte uma combinação de vanguardismo formal, de origem externa, com a valorização do passado nacional — ou passado pré-cabralino (vertente primitivista) ou passado colonial (vertente regionalista).

Para o modernismo antropofágico, essa recuperação do passado tinha um sentido subversivo: a intenção era promover uma «revolução caraíba».

Mas outras variantes do modernismo foram numa direção oposta, de caráter conservador (escola de Recife) ou francamente reacionário (verde-amarelismo). Em ambas, a nota dominante é o nacionalismo cultural.

A Escola de Recife era a síntese das duas tendências: inovação formal e tradicionalismo político. Modernismo, sim,

¹⁹ Graça Aranha, em: Josué Montello: *O modernismo na Academia*, Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1994, págs. 59 e 61-62.

²⁰ Projeto Graça Aranha, em: *op. cit.* (Montello), págs. 103-104.

mas no quadro da tradição regional. O Manifesto de 1926, de Gilberto Freyre, exprime perfeitamente o sentido desse regionalismo. Até agora o Brasil tinha sido governado por um centralismo unitário ou por um falso federalismo que consagra o predomínio dos grandes estados, ignorando, nos dois casos, as unidades políticas naturais do país, as regiões. É preciso agora dar a palavra a essas regiões, valorizando sua cultura. Para quê? Para proteger o Brasil como um todo — esse agregado de regiões — das influências desfiguradoras que vêm do exterior.

É o ponto de articulação do regionalismo com o nacionalismo cultural. «Nosso movimento», diz Gilberto, sonha com um Brasil «em que as vestes em que anda metida a República — roupas feitas, roupagens exóticas, veludos para frios, peles para gelos que não existem por aqui — sejam substituídas não por outras roupas feitas por modista estrangeira, mas por vestido ou simplesmente túnica costurada pachorrentamente em casa [...] O caminho indicado pelo bom senso para a reorganização nacional parece ser o de dar-se, antes de tudo, atenção ao corpo do Brasil, vítima, desde que é nação, das estrangeirices que lhe têm sido impostas, sem nenhum respeito pelas peculiaridades e desigualdades da sua configuração física e social e com uma ou outra pena de índio ou um ou outro papo de tucano a disfarçar o exotismo norte-europeu do traje.»²¹

O primitivismo conheceu uma variante de direita com o verde-amarelismo, em torno do grupo Anta, de Plínio Salgado e Tasso da Silveira. A Anta é o tótem nacional, cuja função é simbolizar a ascendência indígena da raça brasileira.

O que pretende a Anta? Nada de muito diferente do que desejaram todas as outras versões do nacionalismo cultural, de direita ou de esquerda: a formação de uma cultura brasileira, pelo repúdio às influências européias.» «Incontestavelmente», escreve Plínio em 1927, «temos vivido desde a nossa independência política como miseráveis escravos da cultura européia.

²¹ Gilberto Freyre: *Manifesto regionalista*, Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1967, pág. 31.

Pior do que escravos: como uma nação fêmea, gestando maravilhosamente o pensamento estrangeiro. Mas isso é simplesmente humilhante. O Brasil não produziu ainda a sua filosofia, o seu pensamento, a sua arte. Nem o poderá fazer, sem, primeiro, possuímos o senso da independência. [...] O movimento da Anta é mais de ação que de pensamento. É uma guerra contra tudo o que, inculcando-se brasileiro, seja essencialmente estrangeiro. Proclamando nós a nossa procedência do índio [...] romperemos com todos os compromissos que nos têm prendido indefinidamente aos preconceitos europeus. E só no dia em que se tiver formado uma «consciência nacional» forte e definitivamente caracterizada, poderemos pensar pelas nossas cabeças, oferecendo ao mundo um pensamento, uma arte e uma política genuinamente americanas. Por isso mesmo, o que nos interessa, a nós, escritores brasileiros do século XX [...] são os fatores comuns de que resultou a unidade nacional e que podem constituir uma força de ação invencível na destruição, a que nos propomos, dos ídolos estrangeiros.»²²

Com a ditadura Vargas, o nacionalismo cultural passa a incidir predominantemente sobre as idéias e instituições políticas. Seguindo uma trilha já explorada por Oliveira Viana desde a *Evolução do Povo Brasileiro*, de 1923, segundo a qual tanto o parlamentarismo do Império como o presidencialismo republicano eram importações alheias à realidade brasileira, o que se contesta, agora, é o liberalismo, a democracia, a doutrina dos direitos humanos. Os teóricos do Estado Novo, como Francisco Campos e Azevedo Amaral, afirmam que essas idéias nasceram nas circunstâncias históricas específicas da Europa e dos Estados Unidos e não são transferíveis para o Brasil. Até o marxismo é convocado para justificar essa tese. Para Azevedo Amaral, por exemplo, o liberalismo é a ideologia da burguesia

²² Plínio Salgado: «A revolução da Anta», em: Menotti del Picchia / Plínio Salgado / Cassiano Ricardo: *O curupira e o carão*, São Paulo: Editorial Helios, 1927, pág. 95-97.

européia em sua luta contra o feudalismo. Ora, o Brasil nunca teve nem feudalismo nem burguesia.

Em consequência, tais idéias são impróprias. Elas foram importadas por uma elite parasitária de mestiços, alheios à atividade produtiva, que se constituiu no Brasil a partir da inchação urbana introduzida por Dom João VI. «Semelhantes influências não podiam deixar de deformar o espírito brasileiro, orientando-o em direções que de modo algum se conformavam com os rumos naturalmente indicados ao desenvolvimento da futura nacionalidade [...] A nossa organização nacional no momento crítico da Independência foi portanto elaborada sob a pressão de várias forças sociais e influências culturais que tendiam a imprimir à plasmagem das instituições políticas do Brasil um cunho de artificialidade, em que se refletia mais o espírito de imitação de modelos exóticos que os frutos da análise objetiva da realidade nacional.»²³ A mesma irreabilidade dominou o Segundo Reinado e a República. Felizmente, veio o Estado autoritário, que repele as ideologias estrangeiras, abstratas e aprioristas, inaplicáveis ao Brasil, e adota uma política verdadeiramente nacional, com raízes profundas na realidade brasileira.

O país se redemocratiza. Nos anos 50, delineia-se como grande projeto nacional o desenvolvimento através da industrialização, e a industrialização através da substituição de importações. É o desenvolvimentismo.

Sua contrapartida filosófica e sociológica é elaborada pelo ISEB (= Instituto Superior de Estudos Brasileiros): uma nova variedade de nacionalismo, também ela, de certo modo, calcada no modelo da substituição de importações — consolidação de uma consciência nacional a partir da exclusão seletiva das idéias estrangeiras. Como princípio geral, o Brasil tem que desenvolver sua própria sociologia, sua própria filosofia, sua própria política. No entanto, pode utilizar a produção estrangeira, desde que em caráter subsidiário. É a antropofagia aplicada à sociolo-

²³ Azevedo Amaral: *O Estado autoritário e a realidade nacional*, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981, págs. 28-32.

gia. Algumas tecnologias podem ser importadas, desde que o produto final seja brasileiro, do mesmo modo que se podem utilizar, para a produção de teorias brasileiras, alguns insumos intelectuais gerados no exterior.

É a redução sociológica, idealizada por Guerreiro Ramos.

Numa metáfora extremamente expressiva para um país que tinha ambições de se transformar numa grande potência siderúrgica, a redução é em primeiro lugar um termo de metalurgia: o metal é produzido depois da redução do minério, afastando-se a ganga, da mesma forma que a redução sociológica purifica as teorias estrangeiras dos elementos que não possam ser transpostos para o Brasil.

Mas a redução é também, em segundo lugar, um termo técnico da filosofia de Husserl: a colocação entre parênteses (*epoche*) de certos conteúdos da consciência e de certas configurações do mundo empírico, o que a redução sociológica também pretendia fazer, pondo entre parênteses o que não fosse aproveitável pelo Brasil. Para Husserl, continua Guerreiro, todo projeto teórico é referido a uma intencionalidade, e como esta varia de sociedade para sociedade, não podemos, sem um rigoroso trabalho de redução, importar a produção teórica externa, porque nesse caso estaríamos importando um objeto constituído segundo uma intencionalidade que não é nossa.

É verdade que existe, para Guerreiro, um «núcleo central do pensamento sociológico», constituído pelo que em cada sistema transcende sua intencionalidade imediata. Mas o que é significativo é que essa intencionalidade tem sempre caráter nacional, seu sujeito é sempre a nação. «Um produto sociológico qualquer [...] é sempre elaborado *para* atender a uma imposição. Esse *para* é que constitui o sentido do produto sociológico. O sistema de Spencer tem pleno sentido, sobretudo *para* os ingleses. Como o de Comte, *para* os franceses, o de Max Weber, *para* os alemães, o de Lester Ward, *para* os americanos.»²⁴

²⁴ Guerreiro Ramos: *A redução sociológica*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965, pág. 122.

Do mesmo modo, uma teoria será brasileira se fizer sentido *para* o Brasil. Quem decide o que faz sentido para o Brasil? O intelectual portador de uma «consciência crítica», identificado com forças sociais transformadoras, que pretendem elevar o Brasil da condição de objeto à de sujeito da história.

Implanta-se uma noite de vinte e um anos. A ditadura militar dissolve o ISEB e aparentemente substitui o pensamento nacionalista por um internacionalismo de guerra fria, em que as fronteiras nacionais são anuladas por fronteiras ideológicas. Mas seria mesmo?

Tudo indica, pelo contrário, que os militares se mantiveram fiéis ao tema da autenticidade nacional. O marxismo era combatido por ser uma «ideologia exótica», alheia à realidade nacional. O liberalismo e a democracia, *mutatis mutandis*, também eram plantas de clima frio, adaptadas à Europa e aos Estados Unidos, mas que só podiam vingar no Brasil depois de algumas alterações genéticas. Essa botânica dos militares tinha estranhas analogias com o conceito de redução sociológica. É que uma e outra se moviam num espaço intelectual comum: o do nacionalismo cultural.

Este não se deixou desmobilizar, uma vez restaurada a democracia. Sempre alerta, ele voltou a reivindicar, desde 1985, a preservação da cultura nacional contra as agressões desfiguradoras que vinham do exterior. Pregou-se uma nova gastronomia (na verdade uma culinária que remontava aos modernistas), que repunha em todas as mesas iguarias antropofágicas e substituíra em todos os cardápios tortas de maçã por broas de milho.

Um marxista vulgar diria que essas duas fases, a cosmopolita e a nacionalista, corresponderiam a dois momentos da evolução econômica do Brasil. Ao primeiro momento, em que o país tinha uma estrutura exclusivamente agrária e importava tudo da Europa, correspondeu, na cultura, a fase cosmopolita, em que íamos buscar na Europa todas as idéias e modismos

literários e artísticos. Ao segundo momento, o da industrialização incipiente dos anos 20 e o da política de substituição de importações, nos anos 50 e 60, que se traduziu numa forte proteção ao mercado interno, correspondeu a fase nacionalista, em que a prioridade era a produção de uma cultura nacional, excluídas as influências estrangeiras.

O mesmo marxista vulgar, encorajado com esse elegante paralelismo entre estágios culturais e econômicos, se aventuraria a profetizar o advento de um novo estágio cultural, correspondente à nova etapa econômica em que estamos ingressando: a internacionalização da economia brasileira, no duplo sentido da abertura do nosso mercado para as importações e da entrada maciça das nossas exportações nos mercados mundiais.

Mas para evitar acusações de reducionismo, usemos o paralelismo cultura-economia como uma simples metáfora, e digamos que na etapa atual tudo se passa *como se* também no plano da cultura o país estivesse se internacionalizando, abrindo-se gradualmente às influências estrangeiras e esforçando-se por penetrar em outros universos culturais.

Do lado da importação, deve-se notar em primeiro lugar nossa curiosidade por culturas de que não tomávamos conhecimento na fase cosmopolita, como se verifica pela extraordinária voga da literatura de língua espanhola.

Mas observa-se, também, uma mudança em nossa relação com a própria cultura européia.

Nosso interesse por essa cultura é mais intenso que nunca, como se pode verificar pela leitura de qualquer suplemento cultural de um grande jornal brasileiro. Há sempre resenhas de um novo livro de Jacques Derrida, notícias sobre o mais recente congresso de filosofia em Milão, artigos sobre uma montagem shakespeariana particularmente revolucionária, em Londres. Pode ser que me engane, mas tenho até a impressão de que o público brasileiro toma conhecimento de todas essas novidades muito mais rapidamente que o público alemão, talvez como consequência paradoxal da menor densidade da nossa cultura. O intelectual brasileiro, para sobreviver, precisa bem ou mal ter

um mínimo de familiaridade com o francês, o inglês, o espanhol e o italiano. Em consequência, ele lê no original um romance de Umberto Eco um mês depois de sua publicação na Itália, e discute num bar, entre duas caipirinhas, revelações inéditas sobre o passado político de Heidegger, lidas num artigo em francês publicado no *Nouvel Observateur* uma semana depois de sua divulgação na Alemanha. Em contraste, o intelectual alemão é obrigado a esperar que a editora Suhrkamp publique o último livro de Lyotard, já que normalmente ele só domina o alemão e no máximo o inglês.

No entanto, se quantitativamente a atenção dedicada à cultura européia é tão grande como na fase cosmopolita, sua qualidade não é mais a mesma. Antigamente havia uma atitude de submissão colonial. Hoje creio que se trata simplesmente de uma necessidade de desprovincianização, de tomar conhecimento do que se passa no resto do mundo, para a aquisição de materiais que serão utilizados, produtiva e seletivamente, numa criação cultural própria.

Por outro lado, verifica-se crescentemente a tendência oposta, a tentativa de sair do Brasil, de produzir o que Oswald de Andrade chamava «cultura de exportação», de conquistar, por traduções numerosas e de boa qualidade, territórios culturais estrangeiros.

A produção cultural brasileira está sendo marcada cada vez mais por essas tendências universalistas. Ao contrário do que acontecia na fase cosmopolita, não mais copiamos modelos europeus, como nos romances do princípio do século, cujos heróis pareciam ter saído diretamente dos bulevares parisienses. Mas superamos também a fase heroica no nacionalismo modernista, que nos impunha a obrigação cívica de situar nossos romances no sertão da Paraíba. Hoje estão ficando cada vez mais frequentes os romances urbanos, passados em São Paulo e no Rio, e impregnados pelo clima de cidade grande, que é necessariamente aberto ao mundo. Nosso universalismo não chegou ainda ao ponto de ousarmos produzir romances passados em Cartago, como Flaubert fez com *Salammbo*, mas

não está longe o momento em que seguiremos o exemplo, pelo menos, de Henry James, criando novelas que mesmo se passando em Paris serão absolutamente brasileiras.

Bem entendido, esse modelo que chamei «universalista» não está definitivamente consolidado. Os outros dois estágios ainda sobrevivem.

O cosmopolitismo subsiste sob a forma de uma subordinação cultural aos Estados Unidos — não à sua alta cultura, que só interessa aos intelectuais, mas à sua cultura de massas, que fascina a grande maioria. Essa subordinação é por isso mesmo muito mais alienante que o eurocentrismo dos nossos avós, porque no passado as senhoras burguesas que mandavam buscar seus vestidos em Paris sabiam quem era Racine, e hoje as que regulam sua vida pelo meridiano de Nova York nunca ouviram falar em Ezra Pound.

O nacionalismo está vivo em chavões sobre a inteligência, a espontaneidade e o calor humano dos brasileiros, em contraste com a obtusidade e a frieza dos europeus. Ele se manifesta com especial virulência na sensibilidade excessiva diante das críticas feitas ao Brasil, como se viu durante a última Feira do Livro, em Frankfurt am Main. Cada vez que se falava em violação dos direitos humanos no Brasil, alguns escritores se embrulhavam no pavilhão nacional e defendiam a honra do Brasil dizendo (ou apenas dando a entender, por polidez) que em compensação os alemães jogavam africanos nos trilhos de metrô.

Em outras palavras, não se alcançou ainda um equilíbrio que permita de todo integrar a vertente interna e a externa, assimilando com naturalidade a cultura mundial, sem servilismo, e projetando no mundo, sem arrogância, a própria cultura.

A Alemanha pode dar sua contribuição para que o universalismo brasileiro se estabilize.

Ela pode reforçar a primeira dimensão do universalismo — a absorção da grande cultura estrangeira — aumentando a divulgação no Brasil de sua cultura, estimulando, inclusive financeiramente, a tradução dos grandes nomes de sua literatura clássica e contemporânea e favorecendo o ensino do alemão.

E pode agir sobre a segunda dimensão — a difusão externa da cultura brasileira — dando caráter permanente às iniciativas de divulgação que ocorreram episodicamente no período em que o Brasil foi país-tema da Feira do Livro de Frankfurt am Main. Seria preciso fomentar o aprendizado do português, formar brasilianistas, encorajar programas de rádio e televisão sobre nossa literatura ou nossa música, e sobretudo multiplicar as traduções de autores brasileiros. Essas traduções aumentaram, mas são ainda uma fração das traduções de autores hispano-americanos, para não mencionar os de língua inglesa e francesa. As traduções não deveriam apenas crescer em quantidade, mas também diversificar-se. Quero dizer com isso que chegou o momento de oferecer aos leitores europeus obras que lidem com temas outros que o sol, a mulata, o carnaval, a praia, a floresta tropical e o índio. O Brasil de hoje é um país urbano, com todos os dramas e contradições de qualquer civilização urbana, e seria absurdo apresentar dele uma visão folclórica, que não corresponde mais à nossa realidade, se é que jamais correspon-
deu.

E com isso chegamos à mais importante contribuição que a Alemanha pode dar ao universalismo brasileiro: ela deveria, tão rapidamente quanto possível, livrar-se dos seus clichês sobre o Brasil. É urgente descartar tanto os clichês negativos, que enxergam esquadrões da morte em toda parte, como os positivos, para os quais o Brasil é apenas o país do futebol, da cordialidade e da alegria.

Já se disse que a ideologia não tem história. Na verdade, o que não tem história é o estereótipo. Pois tanto os estereótipos negativos como os positivos são descendentes diretos, sem qualquer modificação intrínseca, das duas fantasias imemoriais com que a Europa viu o Brasil, desde o princípio do século XVI: a fantasia negativa do país habitado por seres perversos e monstruosos, e a fantasia positiva, que chegaria a Rousseau através de Montaigne, do país povoado por selvagens nobres, numa natureza idílica.

As versões contemporâneas dessas duas fantasias reforçam um nacionalismo pouco saudável.

Os estereótipos negativos alimentam o ressentimento chauvinista, e favorecem o uso pelos brasileiros, contra os europeus, de estereótipos defensivos, tão infantis quanto os ofensivos: não, não somos assassinos de crianças, são vocês que são neo-nazistas.

Os estereótipos positivos exprimem a velha nostalgia européia por um mundo mais inocente, liberto das pressões impostas pela modernidade capitalista: nós, europeus, somos excessivamente rígidos, racionalistas, materialistas, enquanto vocês, brasileiros, são flexíveis, afetivos, e portadores de uma visão mágica do mundo. Ora, por estranha coincidência é exatamente assim que muitos nacionalistas brasileiros se vêm. Eles se orgulham de serem exatamente aquilo que os europeus dizem que eles são, sem perceberem que não estão com isso se rebelando contra a Europa, como eles supõem, mas realizando, pelo contrário, uma aspiração do imaginário europeu. O primitivismo neo-rousseauista do europeu, nascido da revolta contra os imperativos sistêmicos de um mundo hiper-racionalizado, passa a coincidir com o primitivismo nacionalista do brasileiro, que julga desfazer-se de sua herança colonial quando entra num terreiro de umbanda. O que no caso do europeu é exotismo, no caso do brasileiro é nacionalismo, e os dois se aliam na produção de diferenças ilusórias entre o Brasil e a Europa, dificultando o ingresso da cultura brasileira na fase universalista.

Mas penso que esses obstáculos são passageiros. Todos os sinais apontam para a entrada definitiva do Brasil no estágio universalista, em que nossa cultura será tão aberta ao mundo como na fase cosmopolita, tão sensível à realidade brasileira como na fase nacionalista, e poderá, por isso mesmo, ser ao mesmo tempo mais universal e mais brasileira.

Endereços dos autores

Affonso Romano de Sant'Anna, Rua Nascimento e Silva, 7,
Apto. 1504, 22421-020 Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

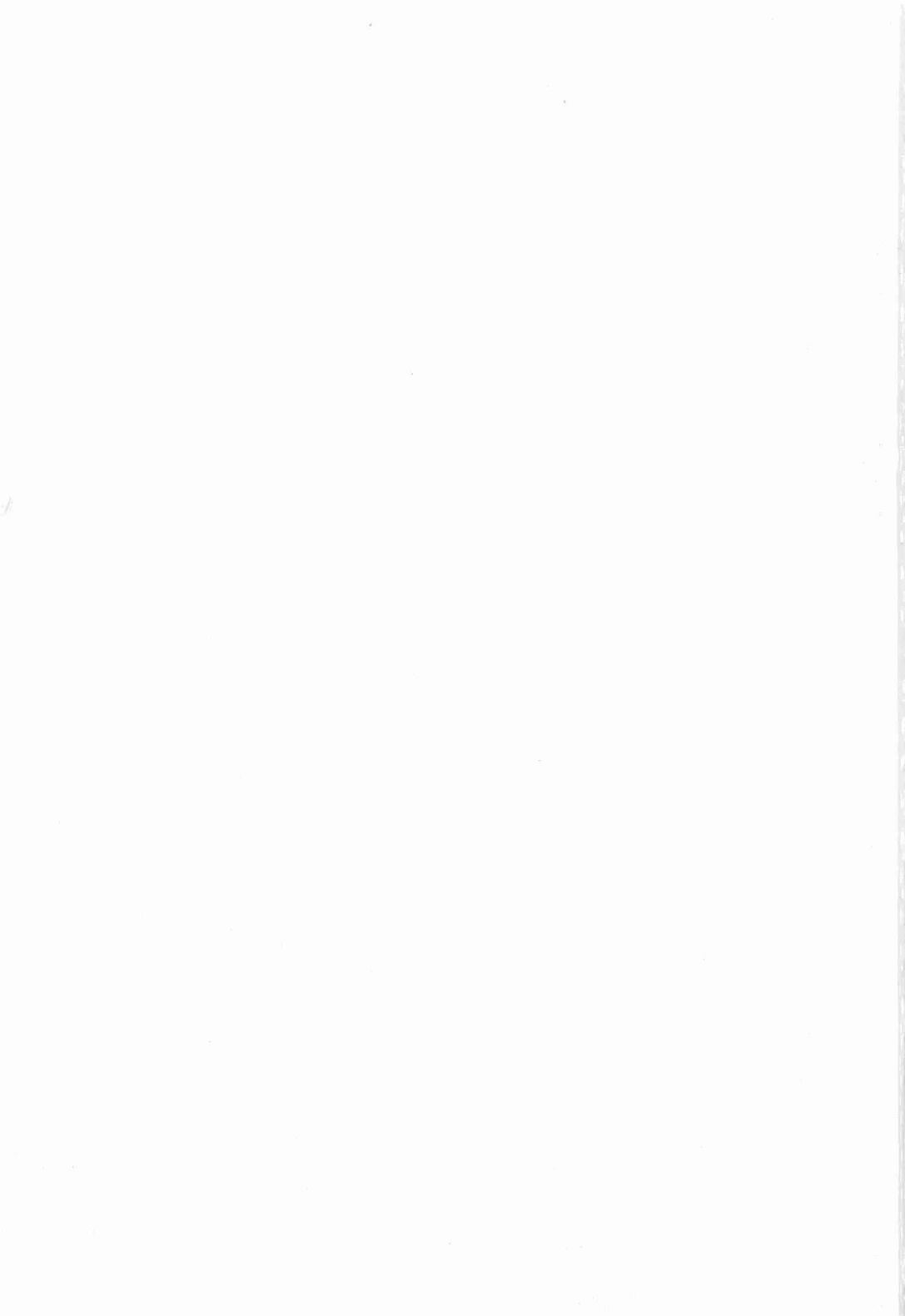
Prof. Dr. Luiz Alberto Moniz Bandeira, Brasilianisches General-
konsulat, Stephanstraße 3, D-60313 Frankfurt am Main.

Prof. Dr. Dietrich Briesemeister, Ibero-Amerikanisches Institut
Preußischer Kulturbesitz, Potsdamer Straße 37, D-10785
Berlin, Alemanha.

Prof. Dr. Tércio Sampaio Ferraz Júnior, Diretor Jurídico,
Siemens, S. A., Avenida Mutinga, 3800 — Pirituba, 05110-
901 São Paulo, SP, Brasil.

Prof. Dr. Barbara Freitag-Rouanet, Nad Kazankou 7, 170 00
Prague 7, Czech Republic.

Sergio Paulo Rouanet, Embaixador, Embaixada do Brasil, Nad
Kazankou 7, 170 00 Prague 7, Czech Republic.





Centro do Livro e do Disco de Língua Portuguesa

EDITORA DISTRIBUIDORA LIVRARIA

Postfach 10 08 39, Telefon (0 69) 28 26 47, Fax (0 69) 28 73 63, 60008 Frankfurt

FRANKFURT/M

Verlag Teo Ferrer de Mesquita – Zentrum für Bücher und Schallplatten in portugiesischer Sprache

LISBOA • FRANKFURT • SÃO PAULO • LUANDA • MAPUTO